UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL - PDGS

ANA PAULA SOARES DA SILVA

APA SERRA DO BARBADO: DOS EMPECILHOS À POSSÍVEL VIABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE UM TERRITÓRIO NO CIRCUITO DO OURO – CHAPADA DIAMANTINA

Salvador
2014

ANA PAULA SOARES DA SILVA

APA SERRA DO BARBADO: DOS EMPECILHOS À POSSÍVEL VIABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE UM TERRITÓRIO NO CIRCUITO DO OURO – CHAPADA DIAMANTINA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira de Andrade.

Salvador
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva, Ana Paula Soares da.
APA Estadual Serra do Barbado: dos empecilhos à possível viabilidade socioambiental de um território no Circuito do Ouro – Chapada Diamantina / Ana Paula Soares da Silva. – 2014.
180 f.

Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira de Andrade.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Barbado, Serra do (BA) – Desenvolvimento sustentável. 2. Áreas de conservação de recursos naturais – Diamantina, Chapada (BA).
3. Ecoturismo – Viabilidade econômica. 4. Ecologia agrícola – Aspectos sociais. 5. Política ambiental – Bahia. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.927

APA SERRA DO BARBADO: DOS EMPECILHOS À POSSÍVEL VIABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE UM TERRITÓRIO NO CIRCUITO DO OURO – CHAPADA DIAMANTINA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José Célio Silveira de Andrade _____
PHD em Ciências Políticas e Relações Internacionais (Quebec – Canadá)
Doutor em Administração (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.ª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza _____
Pós-Doutorado. Centre d'Etudes Técniques de l'equipement de Lyon
Doutora em Geografia (Universidade de Rouen - França)
Universidade Salvador - UNIFACS

Prof. Dr. Paulo Eduardo Oliveira _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano – (UNIFACS)
Diretor Científico do Centro Contemporâneo para o Desenvolvimento Sustentável - CEPENDES

Salvador, BA, 28 de fevereiro de 2014.

Universidade Federal da Bahia
Escola de Administração da UFBA
Programa de Desenvolvimento e Gestão Social - PDGS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE EMERSON ERBETE CARDOSO MACEDO DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos 01 dia do mês de abril de dois mil e quatorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Benito Juncal** (PDGS/UFBA), orientador do aluno, pelos membros titulares **Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira** (UFBA), **Prof. Dr. Reginaldo Conceição Cerqueira** (UNEB) e o **Me. Tiago dos Santos Xavier** (SEPLAN) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **"TERRITÓRIO DA CIDADANIA VELHO CHICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJETO IMPLEMETADO PELO SEBRAE–BAHIA"** de autoria de **Emerson Erbete Cardoso Macedo**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser.....APROVADO..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 01 de abril de 2014.

Prof. Dr. Benito Juncal
(PDGS/UFBA - Orientador)

Me. Tiago dos Santos Xavier
(SEPLAN)

Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira
(UFBA)

Sr. Emerson Erbete Cardoso Macedo
(Mestrando)

Prof. Dr. Reginaldo Conceição Cerqueira
(UNEB)

Av. Reitor Miguel Calmon, s/n Escola de Administração da UFBA térreo- Vale do Canela
Salvador - Bahia - Brasil - 40.110-903
Telefone: 71 3283-7360 / 3331-2949

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos,

Ao meu orientador, professor Célio, pela sabedoria tranquila de quem muito já trilhou por este caminho dos estudos socioambientais;

À professora Tânia Fischer, em especial, pela inspiração em seu empreendedorismo em nome do ensino profissional, e a todos os colaboradores do CIAGS pela dedicação em todos os momentos deste curso de Mestrado;

Aos queridos professores da Escola de Administração da UFBA em especial ao Professor José Pinho, à Professora Claudiane Waiandt, à Professora Denise Ribeiro, ao Professor Genauto França, ao Professor Robinson Tenório e ao Professor Sandro Cabral e pelas valiosas contribuições dadas para esta pesquisa;

Aos meus colegas Emanuelle Daltro, Erika Campos, pois foi ela quem me indicou este mestrado tão inovador, Carla Rocha, Bruna Zagatto, Jeanne Florence pela motivação, apoio emocional e técnico que me permitiram concluir a tarefa de dissertar;

Ao INEMA pela oportunidade de aprendizagem e apresentação de desafios que me servirão de experiência em gestão, estratégias e aproximação com a realidade territorial, servindo de estímulo à capacitação desta servidora.

Aos membros do Conselho Gestor da APA Estadual Serra do Barbado, moradores, mestres, amigos, parceiros, interlocutores que me deslocaram de muitas verdades acomodadas e me desafiaram a aprofundar o olhar sobre a complexidade deste meu objeto de pesquisa.

À minha família, por todo apoio incondicional oferecido durante o percurso.

"Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça."

(Cora Coralina)

SILVA, A. P. S., **APA ESTADUAL SERRA DO BARBADO**: dos empecilhos à possível viabilidade socioambiental de um território no Circuito do Ouro – Chapada Diamantina, Bahia. 144 f. 2014. Dissertação. (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, 2014.

RESUMO

A pesquisa em tela buscou diagnosticar os contornos que delineiam a gestão estadual da unidade de conservação de uso sustentável APA Estadual Serra do Barbado, seu histórico, sua composição social, sua práxis, seus conceitos e sua influência nos conflitos socioambientais existentes, bem como no desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental para o chamado Circuito do Ouro da Chapada Diamantina. Nesse sentido, este estudo buscou os marcos referenciais legais, práticos e teóricos que respaldam a abordagem sobre a Unidade de Conservação de uso sustentável em questão, seu histórico, suas funções e objetivos, a percepção dos *stakeholders* institucionais sociais e oficiais envolvidos com sua existência, seu funcionamento, seus limites, gargalos e desafios e a consonância entre o que está previsto e preconizado no conjunto de leis que regem este tipo de unidade de conservação e a gestão real. Além disso, contemplamos neste estudo um capítulo sobre a Residência Social cumprida durante o mestrado, no âmbito dos Parques Naturais de Portugal, sua proximidade e distanciamento político-administrativo, econômico e social à nossa realidade. Ao fim, do projeto buscamos apontar caminhos para que esta unidade de conservação possa encontrar a consolidação e representar algo dinâmico e exemplar para o território Circuito do Ouro, ecoando em sua população, através de proposição de políticas públicas aliadas à tecnologia e inovação social, tendo como foco o conceito de Pagamentos por Serviços Ambientais aplicáveis à agroecologia e ao ecoturismo. A proposta de intervenção ainda buscou ser uma solução reaplicável para outras UC de Uso Sustentável na Bahia e no Brasil, guardadas as devidas especificidades de cada uma.

Palavras-chave: APA Serra do Barbado, Marcos Regulatórios, Ecoturismo, Agroecologia, Pagamentos por Serviços Ambientais.

ABSTRACT

The research sought to diagnose screen contours that outline the state management of the protected area of sustainable use of the APA State Serra Barbados, its history, its social composition, its praxis, its concepts and its influence on existing environmental conflicts, as well as developing economic, social justice and environmental balance to the call of the Gold Chapada Diamantina Circuit. In this sense this study sought the legal, practical and theoretical benchmarks that support the approach on the conservation area of sustainable use in question, its history, its functions and objectives, the perception of social and official institutional stakeholders involved in its existence, its functioning, their limitations and bottlenecks and the line between what is expected and called the set of laws that govern this type of protected area management and real. Furthermore, this study contemplates a chapter on Social Housing fulfilled during the Masters, under the Natural Parks of Portugal, its proximity and political- administrative, economic and social distancing to our reality. At the end, the project sought to point out ways that this conservation unit to find the consolidation and represent something dynamic and exemplary for the Gold Circuit territory, echoing its population through proposition allied to technology and social innovation, public policy, and focus on the concept of Payments for Environmental Services applicable to agro-ecology and ecotourism. The proposed intervention also sought reaplicável be a solution for other UC Sustainable Use in Bahia and Brazil, kept into account the specificities of each.

Key-words: APA Serra do Barbado, regulatory frameworks, ecotourism, agro-ecology, payments for environmental services.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APEDEMA – Associação Permanente em Defesa do Meio Ambiente

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ANF - Agencia Nacional de Florestas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S.A.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável

CDB – Convenção de Biodiversidade

CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental

CERB – Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia

CRFB/88 – Constituição da República Federativa de 1988

CG – Conselho Gestor

CGP - Conselho Gestor do Programa

CIAPRA – Consorcio Intermunicipal da APA do Pratigi

CIARC – Consórcio Intermunicipal do Alto Rio das Contas

CI – Conservação Internacional

CODETUR – Coordenação de Desenvolvimento Turístico

CODIS – Coordenação de Interação Social

COGES – Coordenação de Gestão

COPLA – Coordenação de Planejamento

COELBA – Companhia Elétrica da Bahia

CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CSA – Compensação

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CT – Câmara Técnica

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento Social e Econômico da Bahia

DIBIO – Diretoria de Biodiversidade

DIEAS - Diretoria de Educação Ambiental e Sustentabilidade

DIFIM – Diretoria de Fiscalização e Monitoramento

DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças

DIRAG - Diretoria de Águas

DIREG - Diretoria Geral

DIRRE – Diretoria de Regulação

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra Secas

DIRUC – Diretoria de Unidades de Conservação

DUC – Diretoria de Unidades de Conservação

DVAC – Divisão de Valorização de Áreas Classificadas

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - 1992

EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento

FERFA – Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães

FLONA – Floresta Nacional

FMMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente

FUNBIO – Fundo Nacional de Biodiversidade

GAC – Gestão Ambiental Compartilhada

GPS – Global Position System – Sistema de Posicionamento Global

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMA – Instituto de Meio Ambiente

INEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IVA – Imposto sobre valor aumentado

MAMAGAOT – Ministério da Agricultura, Meio Ambiente, Águas e Ordenamento Territorial (Portugal).

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

NUC – Núcleo Urbano Consolidado

OCT – Organização de Conservação da Terra

ONG – Organização não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PERH – Programa Estadual de Recursos Hídricos

PM – Plano de Manejo

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PRODETUR-BA – Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

RL – Reserva Legal

RPGA – Região de Planejamento e Gestão das Águas

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEAGRI – Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Secretaria Estadual de Educação

SEDES – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento

SEPLANTEC – Secretaria Estadual de Planejamento e Tecnologia

SESAB – Secretaria Estadual de Saúde da Bahia

SETRE – Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SISMUMA – Sistema Municipal de Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPA – Superintendência de Políticas Ambientais

SUDETUR – Superintendência de Desenvolvimento do Turismo

SWOT - (Análise FOFA) Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TDR – Termo de Referência

UC – Unidade de Conservação

UICN – União Internacional pela Conservação da Natureza

UR – Unidade Regional

WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial da Natureza)

ZAG – Zona de Agricultura e Pecuária

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

ZOC – Zona de Ocupação Controlada

ZPR - Zona de Proteção Rigorosa

ZPV – Zona de Proteção Visual

ZVS – Zona de Vida Silvestre

ZVT – Zona de Viabilidade Turística

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Principais Culturas Agrícolas 28
Tabela 02: Principais plantéis pecuários. 28
Tabela 03: Altitudes das sedes dos municípios. 29
Tabela 04: População Rural dos municípios da APA Serra do Barbado. 29
Tabela 05: Área dos municípios em KM². 30
Tabela 06: IDH dos municípios componente da APA Serra do Barbado 30
Tabela 07:. Povoados no âmbito da APA Serra do Barbado 34
Tabela 08: Participação dos municípios nas Bacias Hidrográficas 40
Tabela 09: Categorias de Participação. 87

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Chapada Diamantina e sua localização no estado da Bahia. 26
Ilustração 02: Poligonal da APA Serra do Barbado sobreposta aos limites municipais. 27
Ilustração 03: Distribuição das UC no estado da Bahia. 55
Ilustração 04: Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Serra do Barbado. 72
Ilustração 05: Resumo do quantitativo de UC na Bahia e área. 54
Ilustração 06: Quadro resumo dos PM APA Bahia. 57
Ilustração 07: Estrutura administrativa e de funcionamento do INEMA. 60
Ilustração 08: Estrutura da DIRUC. 65
Ilustração 09: Mapa estratégico da DIRUC para o período de 2011-2014. 99
Ilustração 10: Processo do funcionamento em torno da gestão de UC. 102
Ilustração 11: Fluxograma de Gestão de Áreas Protegidas. 103

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17

2. CONTEXTUALIZANDO E RESGATANDO MEMÓRIAS NO TERRITÓRIO DA APA ESTADUAL SERRA DO BARBADO..... 21

2.1. UM OLHAR ANTROPOLÓGICO E HISTÓRICO SOBRE O TERRITÓRIO CIRCUITO DO OURO NA CHAPADA DIAMANTINA**.....22**

2.2. PERFIL SOCIOAMBIENTAL E POLÍTICO ADMINISTRATIVO DA POPULAÇAO DO CIRCUITO DO OURO – CHAPADA DIAMANTINA **.....24**

2.2.1. Os municípios da APA Estadual Serra do Barbado **.....25**

2.2.2. Perfil socioambiental e econômico da população atualmente residente na UC **.....32**

2.2.3. Biomas da APA: Caatinga e Cerrado e fragmentos de Mata Atlântica (realidades da Chapada Diamantina) **.....38**

2.3. HISTÓRICO DAS UC NO MUNDO, NO BRASIL E NA BAHIA **.....40**

2.3.1. No Brasil **.....44**

2.3.2. Na Bahia **.....49**

2.4. A SITUAÇÃO DAS UC ESTADUAIS DE USO SUSTENTÁVEL NA BAHIA **...52**

2.4.1. A lei complementar nº 140/2011, Novo Código Florestal e novos paradigmas para os gestores das APA **.....61**

2.4.2. A experiência piloto de PSA na APA Estadual de Pratigi: a iniciativa bem articulada de uma OSCIP **.....68**

2.5. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APA SERRA DO BARBADO, A ATUAL SITUAÇÃO DA GESTÃO**.....70**

2.6. ZEE DA BAHIA: NOVA POSSIBILIDADE DE INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE SURGE NO HORIZONTE. **.....77**

3. EXPLICITAÇÃO DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS PRÁTICOS E METODOLÓGICOS 79

3.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS UC DE USO SUSTENTÁVEL **.....79**

3.1.1. Marcos conceituais e regulatórios**.....80**

3.1.2. Possibilidades legais e políticas**.....84**

3.2. A PERCEPÇÃO DOS STAKEHOLDERS E AS MUDANÇAS NO MODELO DE GESTÃO; APA ESTADUAL SERRA DO BARBADO: O QUE A SOCIEDADE QUER? **.....88**

3.2.1. Escutando os stakeholders **.....89**

3.2.1.1. Respostas dos membros do CG e outros parceiros locais 90

3.3. DADOS FORNECIDOS PELA DIRUC, COPLA E COGES **.....97**

3.4. PERCEPÇÃO DOS CONFLITOS, EXPECTATIVAS E OPORTUNIDADES PELA ÓTICA DOS STAKEHOLDERS **..... 104**

4. PORTUGAL RECONHECENDO AS RAÍZES DO BRASIL.....108

4.1. RESIDÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA A AÇÃO 109

4.2. MERGULHANDO NA CULTURA PORTUGUESA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....110

4.2.1. O INEMA e o ICNF 111
4.2.2. Instrumentos legais de gestão e os CG 112
4.2.3. A conservação e a biodiversidade 113
4.2.4. As APAS e os parques naturais.....113
4.2.5. Estratégias para prevenção e combate aos incêndios florestais 114
4.2.6. A agricultura familiar (Brasil & Portugal).....116

4.3. ECOTURISMO NOS PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DA SERRA DA ESTRELA: UMA INSPIRAÇÃO 117

5. PROJETO DE INTERVENÇÃO 120

5.1. QUAL É O HORIZONTE? DESAFIOS, PROJETOS, PROPOSTAS E UTOPIAS.....120

5.2. PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS 121

5.3. ECOTURISMO COMO POLÍTICA ESTRUTURANTE.....124

5.4. AGROECOLOGIA COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POSSÍVEL.....126

5.5. PROJETO DE INTERVENÇÃO.....128

6. CONCLUSÕES.....138

REFERÊNCIAS..... 140
ANEXO A : RELATÓRIO SÍNTESE DO MAPA FALADO 147

1. INTRODUÇÃO

A dissertação em tela busca delimitar o problema das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Estado da Bahia, mais precisamente fazendo um recorte sobre a Área de Proteção Ambiental Estadual Serra do Barbado e suas limitações e desafios no que se refere ao ordenamento territorial e promotora de desenvolvimento sustentável no Circuito do Ouro, e ainda, se os marcos regulatórios e instrumentos de gestão clássicos previstos e obrigatórios dão conta de realizar este ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável previstos nos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC.

A busca por respostas que concernem a esta questão ainda tem como objetivo o desenho de um planejamento estratégico de desenvolvimento local a partir da ótica de uma UC de uso sustentável e sua contribuição para outras APA do território baiano e também brasileiro, traduzindo-se assim em uma pesquisa de relevante importância sobre a temática.

As unidades de conservação de modo geral, incluindo o Brasil, são espaços especialmente protegidos, para conservação e preservação do meio físico e biológico dos mais diversos biomas existentes no país, e são divididas basicamente em duas categorias: unidades de conservação de proteção integral e unidades de conservação de uso sustentável. A primeira experiência em unidade de conservação conhecida no Brasil é o Parque Nacional do Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, de 1937, inserido no bioma Mata Atlântica. Esta UC foi inspirada no modelo concebido para o parque norte-americano de Yellowstone, fundado em 1872, e que serviu de base à criação de vários outros parques em diversos países das Américas. Só bem a posteriori, 1981, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) surgem na legislação brasileira, com a criação da lei federal nº6902, como resposta à necessidade de ordenamento territorial e conservação ambiental em regiões que se destacavam por sua biodiversidade, beleza cênica, recursos hídricos e preservação natural. Neste sentido, com o amadurecimento da discussão sobre meio ambiente, outras vertentes conceituais foram surgindo a partir de 1972, marco histórico do meio ambiente, pela

Conferência de Estocolmo[1], e definiu-se com mais clareza a diferença entre os conceitos “Preservação” e “Conservação” (VALEJJO, 2005).

Assim sendo, pode-se determinar que o conceito de preservação estivesse mais relacionado às Unidades de Conservação de Proteção Integral, haja vista esse conceito significar nos estudos ambientais uma forma mais protecionista, uso indireto, enquanto que a conservação estaria mais relacionada a práticas de manejo, uso ordenado do território, ligada assim às Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Portanto, várias foram as leis e decretos criados dando respostas às necessidades específicas de UC de uso sustentável, com o objetivo de regulamentar as Apas no Brasil, por exemplo. Atualmente temos alguns marcos regulatórios mais sistematizados que auxiliam na gestão desta categoria de Unidade de Conservação, dos quais trataremos no decorrer desta pesquisa.

A pesquisa objetivou analisar os marcos regulatórios federais, estaduais, em suas formas de leis, regulamentações, decretos e resoluções, fazendo um recorte no período da década de 90, o processo histórico de criação de APAs no Brasil, na Bahia, no Território Chapada Diamantina, em especial da APA Serra do Barbado, unidade de conservação tombada pelo decreto estadual nº 2183 em 05 de junho de 1993. Nesse sentido, este trabalho analisará, dentre as mais variadas perspectivas possíveis, seus móveis e objetivos, a efetividade, eficiência e eficácia, ou falta delas, de sua gestão nas duas últimas décadas a partir dos instrumentos de gestão disponíveis.

Por outro lado, ainda se buscará com a metodologia definida, e a revisão teórica e prática, definir os contornos que tangem essa UC, seus limites, desafios, gestão cotidiana, e ainda e principalmente, a percepção dos *stakeholders*[2], com ênfase na escuta das comunidades locais, habitantes desse território e de seu entorno, a percepção da instituição que a gere e do seu respectivo Conselho Gestor (CG).

Nesse sentido ainda, buscou apontar caminhos possíveis para diretrizes de gestão participativa e empoderamento local, como saída para a sustentabilidade

---

[1] Ver mais em www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/**estocolmo**.doc

[2] Termo ligado à administração criado por Freeman em 1963, e significa todo aquele que tem interesse em um determinado empreendimento, organização ou negócio. Acesse: http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html

desse território, assim como para que esta APA sirva de vetor de desenvolvimento territorial para o Circuito do Ouro na Chapada Diamantina.

Dessa maneira, este trabalho tem como **objetivo geral** identificar e discutir as particularidades e dificuldades do processo de planejamento e gestão da APA Serra do Barbado e de seus instrumentos, visando contribuir para maior viabilização da APA enquanto instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), de ordenamento territorial, de promoção do desenvolvimento sustentável e de fortalecimento das comunidades locais como participantes desse processo. Nesse âmbito procurou-se detalhar **os objetivos específicos** por questões metodológicas: 1. Analisar os marcos regulatórios e teóricos que norteiam a criação, a existência e a gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável de Uso Direto, com o foco em APAs, em especial a APA Serra do Barbado no Circuito do Ouro, Chapada Diamantina; 2. Identificar a percepção que a sociedade envolvida de alguma forma com este território tem da unidade de conservação, mais precisamente a de uso sustentável em relação a sua importância para a preservação da biodiversidade ou ainda, como obstaculizadora do desenvolvimento do território no qual está localizada; 3. Identificar o grau de influência dos instrumentos de gestão previstos e obrigatórios na efetividade do Manejo da Unidade de Conservação e o empoderamento das comunidades locais; 4. Perceber o conceito, anseios e percepção que os entes participantes da APA, sejam instituições que atuam ou moradores locais, tem desta Unidade de Conservação e sua gestão; 5. Relatar a experiência vivenciada na Residência Social nos Parques Naturais de Portugal e suas aproximações e distanciamentos com o objeto desta pesquisa; 6. Apontar a possível adoção de novas abordagens de gestão socioambiental para a APA Serra do Barbado, com a apresentação de tecnologias sociais, com ênfase na possibilidade de pagamento por serviços ambientais com o foco nas vocações naturais da região: agroecologia e ecoturismo. Com base no diálogo entre a vivência e a teoria serão abordados nos capítulos a seguir:

Capítulo 1 – Introdução – faz uma abordagem preliminar do tema e um recorte do problema de pesquisa.

Capítulo 2 – Neste primeiro capítulo discorre-se sobre o território de identidade Chapada Diamantina, com ênfase no chamado Circuito do Ouro, onde está inserida a UC APA Estadual Serra do Barbado, lançando sobre o assunto um olhar antropológico e histórico por toda a profundidade histórica, com trechos significativos

da Estrada Real baiana, pois participou ativamente do período do Ciclo do Ouro no período colonial brasileiro, nos séculos XVII e XVIII, e os resquícios ainda encontrados na formação da população regional, com seu perfil extrativista, sua cultura nas mais variadas nuances, seja na forma do cultivo, nas festas, liturgias religiosas, comunidades tradicionais e campesinas. Neste capítulo ainda trataremos do contexto, a iniciar pelo conceito e histórico que envolve o processo de criação de UC de forma geral até chegar ao caso particular da Bahia e da APA Serra do Barbado. Será analisado a partir de tabelas e fluxogramas a situação atual da dinâmica na gestão das UC de Uso Sustentável no estado da Bahia. Ainda discorreremos sobre o território, incluindo seus biomas, o perfil socioeconômico e político-administrativo dos municípios pertencentes a APA Serra do Barbado e seu grau de influência na condução desta UC.

Capítulo 3 – Neste capítulo trataremos da análise dos dados coletados, a partir de referenciais teóricos, práticos e metodológicos destes mesmos dados, entrevistas, tabelas comparativas, percepções empíricas e vivência neste tema, relacionando os marcos conceituais à práxis da dinâmica local, as possibilidades, conflitos, desafios, oportunidades e limites entrevistos pelos *stakeholders*.

Capítulo 4 – Neste capítulo abordaremos a realização e a vivência da Residência Social em Portugal e suas contribuições para o estudo e o projeto de intervenção, com ênfase na experiência do ecoturismo em Parques Naturais de montanhas no interior lusitano.

Capítulo 5 – Será apresentada a Proposta de Intervenção, relacionando os dados analisados com a temática do Pagamento por serviços ambientais, e seus possíveis desdobramentos a partir das vocações naturais e culturais desse território, com ênfase na Educação Ambiental, como instrumento político, no Ecoturismo e na Agroecologia para o desenvolvimento equitativo, busca por inclusão econômica desse território, compatibilizando-a com a conservação ambiental.

Capítulo 6 – Por fim serão feitas as Conclusões.

2. CONTEXTUALIZANDO E RESGATANDO MEMÓRIAS NO TERRITÓRIO DA APA ESTADUAL SERRA DO BARBADO

A colonização dos sertões brasileiros foi a principal e definitiva forma de ocupação territorial para que o Brasil apresentasse esta conformação atual. Muitas destas regiões ocupadas, principalmente na Bahia, se devem aos bandeirantes e sertanistas baianos.

Os bandeirantes baianos eram, em sua maioria, sesmeiros, habitantes do Recôncavo Baiano, que viram nestas entradas, sertão adentro a possibilidade de ampliar seus domínios. Gabriel Soares Souza, em 1592, foi um dos primeiros sesmeiros a se aventurar pelo interior com seus homens em busca de riquezas minerais, e deu pelas cercanias do atual rio das Contas e rio Paramirim. Subindo às cabeceiras do rio Paraguaçu (atual Barra da Estiva), desce próximo às margens do Rio de Contas, na antiga Fazenda do Gado, atual Jussiape, depois seguiu pelas margens do Rio Paramirim e faleceu em algum lugar impreciso nas proximidades desse rio. Tudo indica, pela disposição geográfica de seu mapa, que passou pela região onde está localizado hoje em dia, o município de Rio de Contas. (FREIRE, 1998)

Assim sendo, os bandeirantes paulistas e sertanistas baianos com suas expedições, acabaram por transformar tais eventos em um fator de ocupação e povoamento no interior do atual estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Por motivo destas estradas abertas e a importância desta para o escoamento do ouro e para o abastecimento mapa dos mineradores e moradores dos povoamentos, arraiais e vilas que surgiram em decorrência das jazidas de mineração, o território das Minas de Rio de Contas, em 1724, era imenso e compreendia à norte até a região de Seabra (antigo Cochó do Pega), à leste, Itacaré, antiga Barra do Rio de Contas, à oeste a região do atual município de Guanambi, e ao sul, até Arassuahy, atual Minas Novas, hoje pertencente ao estado de Minas Gerais. É importante ressaltar que esta condição de domínio sobre territórios que atualmente pertencem ao estado de Minas Gerais perdurou até o ano de 1757. (FREIRE, 1998).

Portanto, a antiga Vila de Rio de Contas teve uma importância geopolítica de grande expressão à época. Atualmente a área territorial de Rio de Contas corresponderia a 84 municípios baianos. Com o declínio do extrativismo aurífero, a Vila das Minas do Rio de Contas foi perdendo território, foram surgindo novas vilas,

mas podemos afirmar que todos os municípios que compõem atualmente o Circuito do Ouro foram desmembrados ao longo dos séculos do município de Rio de Contas.

O Circuito do Ouro, que engloba os municípios de Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Érico Cardoso, Jussiape, Rio do Pires, e posteriormente foram integrados os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Paramirim, é região meridional da Chapada Diamantina e está, por seu histórico, inexoravelmente ligado à história colonial brasileira, ao ciclo do ouro brasileiro, e consequentemente ligado ao extrativismo, seja na mineração em suas variadas formas, seja na fauna e flora. O seu grande diferencial é a altitude das cadeias serranas, as mais altas do nordeste brasileiro.

2.1. UM OLHAR ANTROPOLÓGICO E HISTÓRICO SOBRE O TERRITÓRIO CIRCUITO DO OURO NA CHAPADA DIAMANTINA

Caracterizado por ser a região de maiores altitudes da Bahia, e consequentemente do Nordeste brasileiro, o Circuito do Ouro é a região do extremo sul da Chapada Diamantina, e foi ocupado muito antes desta região ser conhecida por esse nome. Seus veios auríferos de aluvião, ao serem descobertos ainda no final do século XVII pelos bandeirantes paulistas, atraíram populações imensas, e das mais variadas etnias e origens para esse território:

> Nas regiões das minas, povoados, vilarejos, surgiam, como por encanto, de uma noite para o dia. Eram paulistas, baianos, reinóis, estrangeiros, pessoas de todas as condições, homens e mulheres, brancos e pretos, índios e mulatos, moços e velhos, pobres, ricos, nobres, plebeus, seculares, clérigos e religiosos das mais diversas instituições, uns ocupados em catar, outros em mandar catar, outros ainda em negociar, vendendo e comprando, mas todos confundidos naquela atividade desordenada, naquela ansiedade incontida de enriquecer. (ANTONIL, p. 77, 1952)

Esses grupos heterogêneos que ocuparam inicialmente as regiões dos Altos Sertões de Cima, são a protogênese que se transformariam séculos depois no povo campesino e urbano que conformaram as antigas cidades e zona rural dos municípios componentes desta região, e guardam até hoje na sua diversidade cultural ampla, intensa e íntima relação com a diversidade biológica local, e que resultou em preservação e conservação do território que justificasse posteriormente a criação de uma Unidade de Conservação. Com o declínio da atividade garimpeira nesta região, e mudanças na conformação geopolítica do Brasil colonial, a partir da

segunda metade do século XVIII, parte dessa população arribou, buscando novas jazidas e oportunidades do ganho rápido com a extração do ouro ou diamante. Mas parte dessa população permaneceu na região das antigas minas sedentarizando-se e passando a viver do extrativismo vegetal, com ênfase na madeira, desenvolvendo atividades de manufatura, especialmente em artefatos como selas, arreios, cabos de taca, chicotes, feitos em madeira, couro e metal, promovendo também o tropeirismo que perdurou até meados do século XX.

Ao passo que essas atividades econômicas se desenvolveram na região, também teve destaque a agricultura familiar, principalmente de subsistência, particularmente na região do entorno das serras, área de transição cerrado-caatinga, com o estabelecimento de minifúndios que produziam em suas pequenas agroindústrias derivados de cana de açúcar, derivados de mandioca, culturas de subsistência para mantimentos básicos, como milho, feijão, arroz, e alguma pecuária bovina em regime de fundo de pasto. É necessário registrar que nas regiões de maior altitude, onde antigamente se lavravam ouro, as culturas mais adaptadas eram antigas culturas portuguesas trazidas pelos bandeirantes paulistas como o cultivo do marmelo e de cereais europeus como o trigo, o centeio e a aveia, sendo substituídas em meados do século XX pela cultura cafeeira.

A prática da agricultura se fazia através de técnicas rudimentares e antigas, um misto entre o que aprenderam com seus antepassados autóctones, europeus e africanos. A utilização de fogo, coivaras, sistema de regadios abertos pela enxada, o “chegar a terra” e as limpas eram técnicas contumazes nesse sistema. (PRIORE, 2006, p. 65). Há registros nos manuais agrícolas dos sertanistas que, por exemplo, a cana de açúcar deveria ser cultivada à margem dos ribeirinhos, pois seriam “facilmente inundáveis por ocasião das enchentes”. Daí pode-se perceber a intrínseca relação da agricultura de subsistência e as ocupações de Áreas de Preservação Permanente (APP)[3], ainda no século XVI.

As comunidades e povoados se utilizavam dos antigos caminhos do ouro para se comunicarem com vilas maiores. Conhecidos desde o século XIX como Estrada Real, esses caminhos serviam para as pessoas se encontrarem, fazerem comércio, participarem de eventos, festas, feiras, visitarem-se, estreitarem laços de

---

[3] Áreas de matas ciliares, encostas com declividade de 45 graus acima, várzeas, charcos, veredas, dentre outras áreas vulneráveis ao desmatamento.

amizade e de parentesco, de modo que a dispersão cultural, familiar, econômica e política desta região são tributárias desses caminhos que se mantêm ao longo dos séculos. Atualmente há ainda pessoas que se utilizam desses acessos a pé ou a cavalo para visitarem seus amigos e parentes, empreendendo longas caminhadas, de até dias de duração pelas montanhas. Ainda transitam por essas estradas alguns caçadores, extrativistas, e também boiadeiros a cavalo que conduzem gado de uma localidade a outra. Por outro lado, com a criação de estradas carroçáveis e vicinais, paradoxalmente, as pessoas já não se visitam tanto quanto no passado, e pode-se inferir que o grau de isolamento entre essas comunidades da região serrana do Circuito do Ouro, aumentou.

Ao longo desses caminhos, a mesma tipologia de cultura tem sido compartilhada entre os povos moradores destas cercanias, com os mesmos santos cultuados em liturgias religiosas, reisados, sambas de roda, conhecimentos sobre manejo de ervas medicinais, culinária e mitos de matriz da ancestralidade oral semelhantes entre uma comunidade e outra.

2.2. PERFIL SOCIOAMBIENTAL E POLÍTICO ADMINISTRATIVO DA POPULAÇAO DO CIRCUITO DO OURO – CHAPADA DIAMANTINA

A população que atualmente vive dentro dos limites da poligonal da APA Serra do Barbado e em seu entorno imediato é formada, em sua absoluta maioria, por agricultores de subsistência e familiares, quilombolas, alguns poucos funcionários públicos, distribuídos entre agentes públicos municipais e professores estaduais, um número elevado de idosos e crianças, um número mediano de adultos e relativamente um baixo número de jovens na faixa etária entre os 18 e 30 anos de idade. Sua população se aproxima de sete mil habitantes, distribuída em povoados, sítios, fazendas e distritos, internos à poligonal e no seu entorno imediato.

Por seu histórico extrativista, seja no âmbito mineral ou na fauna e flora, há uma persistência de práticas agrícolas e laborais, de forma geral, que muitas vezes não condiz com a conservação ambiental. É justo que se reconheça que a cada ano que se passa os habitantes desta região percebem a importância do meio ambiente preservado para a manutenção da qualidade de vida, o volume disponível de recursos hídricos, a conservação dos solos para a prática agrícola, a preservação da paisagem e beleza cênica do local. Paradoxalmente, a APA Serra do Barbado pode

ser considerada de grande preservação ambiental seja pelo seu vazio demográfico, com a densidade aproximada de um habitante para cada 100 hectares, seja pelas pequenas áreas cultivadas, seja pela situação serrana, que dificulta a ocupação em boa parte de suas terras.

2.2.1. Os municípios da APA Estadual Serra do Barbado

Como já dissemos a APA Estadual Serra do Barbado abrange parte dos municípios de Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiape. O município mais antigo de todos é Rio de Contas, porém todos os outros municípios foram dele emancipados, sendo o último município o de Jussiape em 1965. Esses municípios, pela metodologia assumida atualmente pelo Governo do Estado, estão subdivididos em dois Territórios de Identidade (Secretaria Estadual de Planejamento, SEPLAN): Território de Identidade Chapada Diamantina, correspondendo a Rio de Contas, Abaíra, Piatã e Jussiape; e Território de Identidade Bacia do Paramirim, que abrange os municípios de Érico Cardoso e Rio do Pires, como demonstra o Ilustração 01 a seguir:

Título: **Municípios do Circuito do Ouro Chapada Diamantina da APA Serra do Barbado**

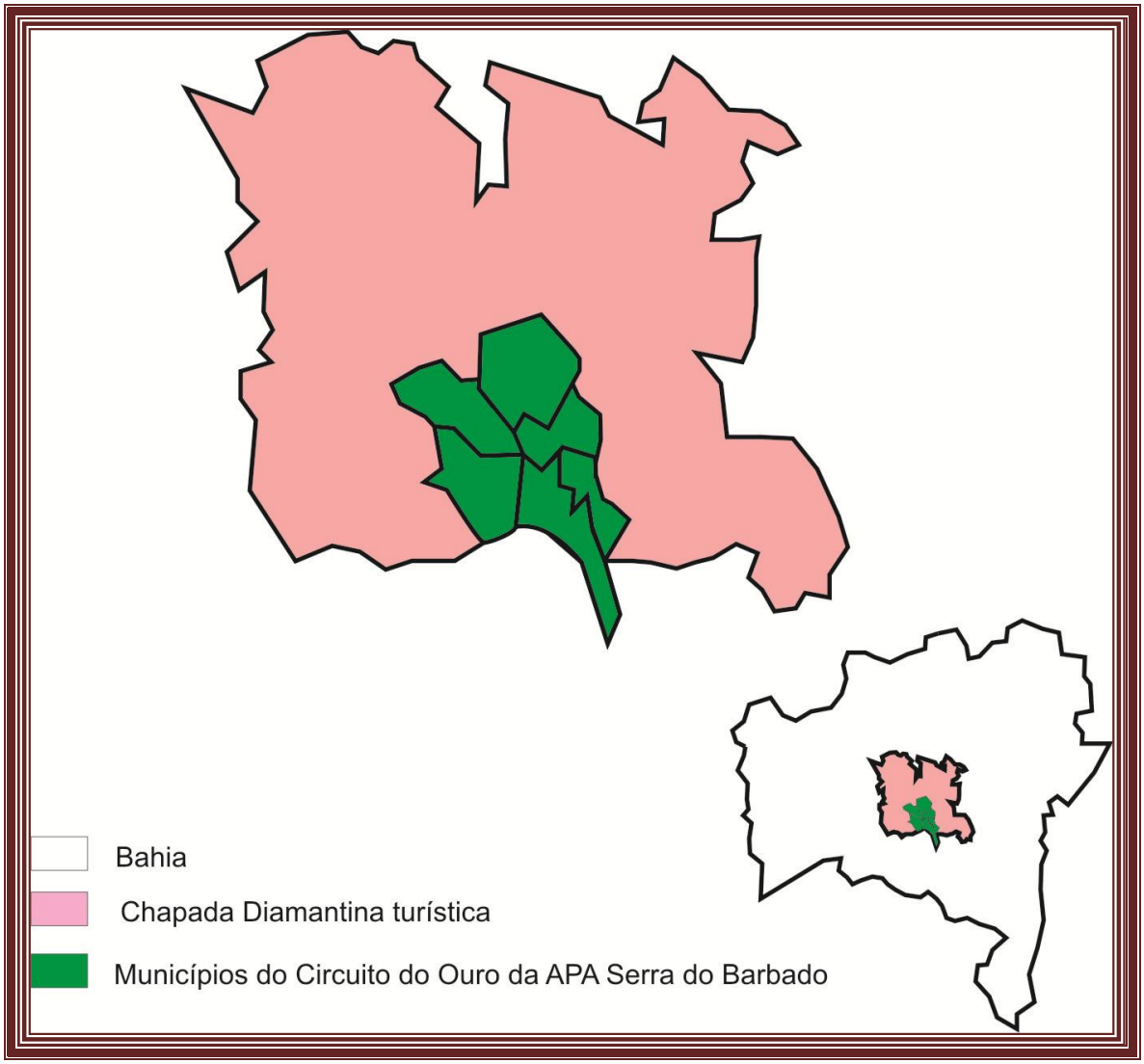


Ilustração 01: Municípios do Circuito do Ouro, Chapada Diamantina.
Fonte: SEI, 2012.

A localização da APA abrange a cadeia serrana desses seis municípios, sendo o que possui a maior área territorial dentro de sua poligonal é o município de Rio de Contas, seguido por Rio do Pires, Abaíra, Piatã, Érico Cardoso e Jussiape, respectivamente, conforme pode se ver no Ilustração 02:

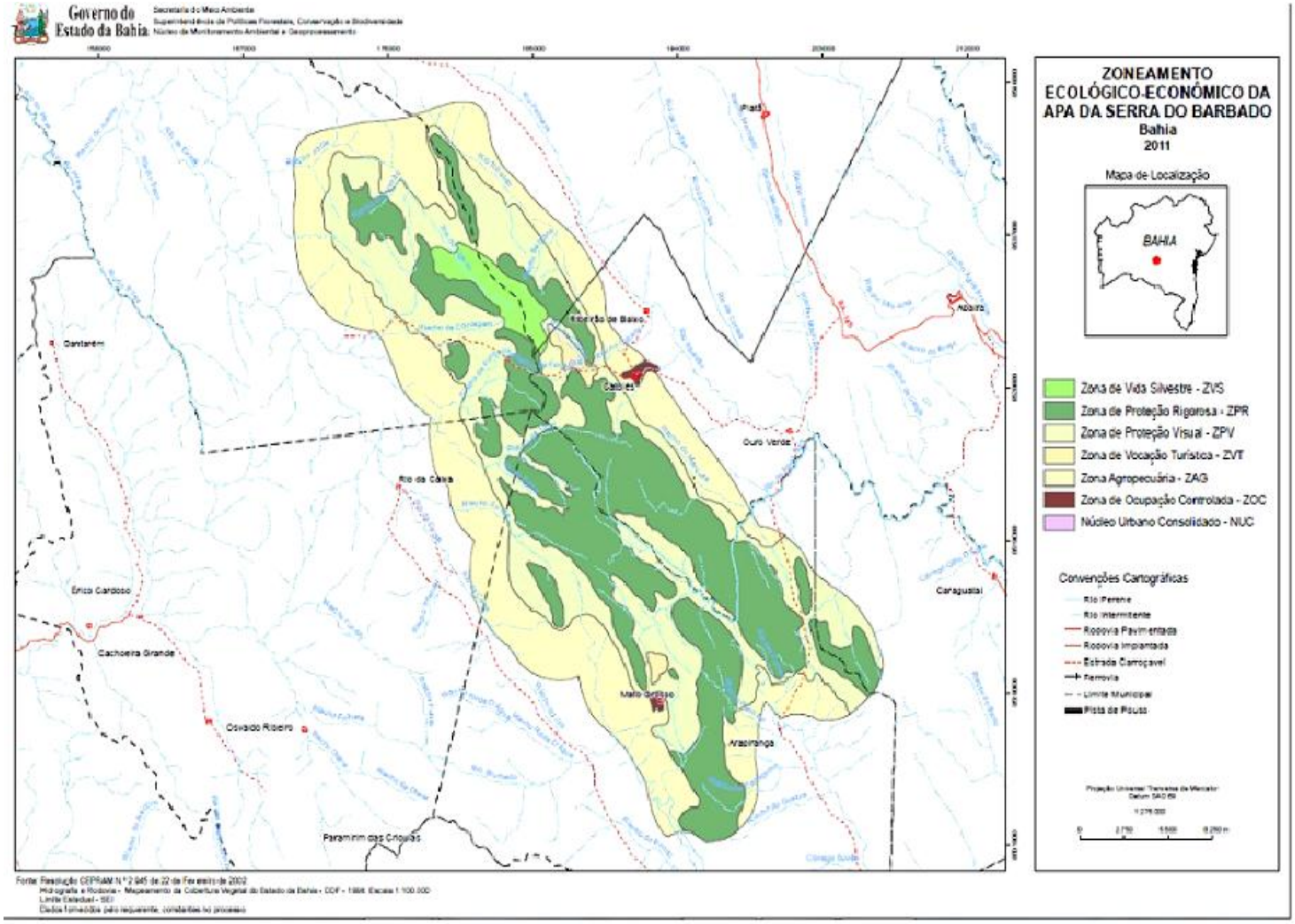


Ilustração 02: Poligonal da APA Serra do Barbado sobreposta aos limites municipais.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2013.

A base econômica desses municípios é a agricultura, tendo destaque em Abaíra, Rio de Contas e Jussiape o cultivo da cana de açúcar, e em Piatã e Rio de Contas a cultura cafeeira, até por sua altitude. Rio do Pires tem maior produção de feijão, e Érico Cardoso, produção de mandiocultura. Rio de Contas começa a despontar ainda como produtor de fruticultura, com destaque para manga, maracujá e cítricos. É importante ressaltar que a produtividade é relativamente baixa por variados motivos, dentre eles, a seca, baixa fertilidade dos solos, a falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas propriedades agrícolas de pequeno porte, como podemos a seguir.

Município	Cultura	ha	Qtde (t)	Cultura	ha	Qtde (t)	Cultura	ha	Qdte (t)
Abaíra	Cana	1.600	70.400	Café	85	30	Milho	145	145
E. Cardoso	Cana	350	19.750	Feijão	380	303	Milho	500	75
Jussiape	Cana	1.050	37.800	Milho	160	187	Mandioca	101	810
Piatã	Café	1.800	810	Cana	250	12.500	Tomate	10	400
Rio de Contas	Cana	1.500	105.000	Café	650	546	Fruta (manga/maracujá)	700	7150
Rio do Pires	Feijão	2155	492	Maracujá	20	168	Milho	800	96

Tabela 01: Principais Culturas Agrícolas
Fonte: SEI Bahia 2012

Tem destaque na pecuária bovina o município de Rio do Pires, seguido por Jussiape e Piatã. Todos os municípios têm pequenas criações de pecuária de pequeno porte, como podemos observar na Tabela 02. (SEI, 2012)

Município	Abaíra	E. Cardoso	Jussiape	Piatã	R Contas	R Pires
Bovinos	3.472	6.854	9.067	8.000	6.800	7.500
Aves	14.800	19.253	11.200	29.200	10.100	16.250

Tabela 02: Principais plantéis pecuários.
Fonte: Sei Bahia 2012

No quesito saneamento básico os municípios, em especial no caso, os povoados e distritos constantes na APA Serra do Barbado e em seu entorno imediato, padecem de pouco acesso a serviços como água tratada, coleta de lixo, tratamento de esgoto, destino final de resíduos sólidos e acompanhamento da qualidade das águas quanto à utilização de agrotóxicos. Há ainda, principalmente no âmbito da APA no território riocontense, na porção sul desta UC, várias agroindústrias de cana de açúcar para a produção de cachaça, porém carecendo de estruturação sanitária e comercial mínima.

A formação geológica desses municípios é preponderantemente composta por arenitos argilosos e quartzitos. A altitude varia entre 538 metros na sede do município de Jussiape até 1268 metros no município de Piatã, conforme tabela 03, porém as maiores altitudes com cotas acima de 1400 metros encontram-se no interior desses municípios dentro da poligonal da APA Serra do Barbado.

Município	Altitude (sede)
Abaíra	641
Érico Cardoso	688
Jussiape	538
Piatã	1268
Rio de Contas	999
Rio do Pires	551

Tabela 03: Altitudes das sedes dos municípios.
Fonte: SEI Bahia 2012

Sua geomorfologia é composta, em sua maioria, pelas Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina e pelo Pediplano Central da Chapada Diamantina. Sua vegetação se configura em Refúgios Ecológicos Montanos, contato Cerrado- Caatinga, contato Cerrado – Floresta Estacional e Caatinga Arbórea densa com palmeiras.

Os municípios são preponderantemente rurais, e a porcentagem de população rural varia entre 49,82% (Rio de Contas) até 78,46% (Érico Cardoso). Conforme Tabela 04. Se considerarmos que os municípios que possuem distritos aumentam estatisticamente a população urbana, mas que esses distritos ainda possuem forte ligação com a lide rural esta porcentagem aumentaria ainda mais, como é o caso de Rio de Contas, Abaíra e Piatã, que possuem distritos fortemente ligados à vida rural, principalmente na APA como é o caso de Mato Grosso, Arapiranga, Catolés e Inúbia, respectivamente.

Município	População Rural – habitantes	População Total – habitantes	Porcentagem rural (%)	Porcentagem Urbana (%)
Abaíra	4.580	8.324	55,02	44,98
É.Cardoso	8.308	10.589	78,46	21,54
Jussiape	4.963	8.031	61,80	38,20
Piatã	10.370	17.982	57,67	42,33
Rio de Contas	6.698	13.443	49,82	50,18
Rio do Pires	6.651	11.918	55,80	44,20
		Média (%)	**59,76**	**40,24**

Tabela 04: População Rural dos municípios da APA Serra do Barbado.
Fonte: SEI 2010

O tamanho físico da superfície destes municípios varia entre 530 km² (Abaíra) até 1713,76 km² (Piatã), sendo, portanto, municípios de áreas territoriais pequenas, conforme vemos na Tabela 05. (SEI, 2012)

Município	Área (km²)
Abaíra	530
Jussiape	585,189
Érico Cardoso	701,417
Piatã	1.713,759
Rio de Contas	1.052,1
Rio do Pires	819,792

Tabela 05: Área dos municípios em KM².
Fonte: SEI, 2012

Um dos elementos que serviram de base para analisar o desenvolvimento local desses municípios são os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), e a posição ocupada por cada um desses municípios no ranking baiano. Os municípios estão posicionados entre médio e baixo desenvolvimento, sendo que Rio de Contas ocupa a melhor posição, e Piatã, paradoxalmente, sendo o maior município dos seis componentes da APA Serra do Barbado, o que, de longe, ocupa a pior posição. Pela tabela 06 é possível perceber que um dos índices responsáveis pelas posições desfavoráveis ocupadas por esses municípios é a educação, destarte uma das perspectivas em primeiro plano notada por todos seria a economia. De qualquer forma todos os municípios pioraram em seus índices, apenas Érico Cardoso melhorou sua posição no ranking, apesar de, seu IDH geral ter também diminuído.

Município	IDH	IDH PIB	IDH Saúde	IDH Educação	Posição no ranking baiano 2013	IDH em 2001	Posição no ranking em 2001
Abaíra	0,603	0,577	0,746	0,510	140º	0,681	43º
Jussiape	0,602	0,600	0,736	0,493	144º	0,659	76º
Érico Cardoso	0,584	0,558	0,758	0,471	230º	0,592	332º
Piatã	0,571	0,543	0,720	0,476	296º	0,636	155º
Rio de Contas	0,605	0,580	0,767	0,498	134º	0,653	100º
Rio do Pires	0,595	0,568	0,774	0,477	177º	0,635	161º

Tabela 06: IDH dos municípios componente da APA Serra do Barbado
Fonte: IBGE, 2013

Todos esses municípios possuem secretarias municipais de Meio Ambiente em sua estrutura administrativa. No ano de 2009 o Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos lançou um programa de estruturação, orientação e adesão para os municípios, o Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), para descentralizar a política de controle ambiental no estado da Bahia, por meio de convênios e adesão dos municípios que se estruturassem para proceder ao licenciamento e fiscalização em nível local.

Para a adesão e consequente implantação a este programa, seria necessário o município criar legalmente e organizar seu Sistema Municipal Ambiental (SISMUMA), através da criação de uma secretaria de meio ambiente, ou pelo menos um departamento de coordenação, com quadro técnico mínimo necessário, com Plano Municipal Ambiental, com a estruturação da legislação ambiental básica, bem como estruturação de Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA).

Dos municípios abrangidos pela APA Serra do Barbado a situação atual é esta: Rio de Contas assinou sua adesão em 2009, obteve a autorização via resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM) em 2010, mas teve seu convênio suspenso pelo Ministério Público do Estado em maio de 2013 e assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para adequação de quadro técnico e reestruturação de seu Conselho de Meio Ambiente (CONDEMA). Aguarda o retorno à habilitação para poder licenciar. Os municípios de Abaíra e Piatã se organizaram ao longo do ano de 2013, e foram autorizados pelo CEPRAM a procederem a licenciamento do Nível 01, ou seja, o mais simples nos níveis previstos pelo programa. Jussiape e Érico Cardoso apenas assinaram ao Termo de Adesão, mas não procederam às demais exigências para serem reconhecidos como aptos a licenciarem e fiscalizarem pelo programa GAC e o município de Rio do Pires não assinou sequer o Termo de Adesão.

Além disso, treze municípios desta região, dentre eles, Rio de Contas, Abaíra, Jussiape e Piatã criaram no ano de 2013 o Consórcio Intermunicipal do Alto Rio das Contas (CIARC), criaram a lei base, realizaram eleição da diretoria, porém paralisaram suas atividades ao serem alertados pela SEPLAN, Secretaria de Planejamento, que necessitariam de orientação técnica deste órgão para que fossem reconhecidos em âmbito estadual, pois seria importante seguirem as orientações técnicas estabelecidas dentro de uma metodologia própria. São

reconhecidos os esforços dos municípios em darem respostas à municipalização orquestrada pela Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), porém há vários empecilhos, obstáculos e desafios para conseguirem realizar uma governança mínima que atenda a real necessidade de seus territórios. E neste sentido, é necessário pontuar o que Buarque ressalta a respeito da questão municipal brasileira:

> Além disso, a maioria dos municípios brasileiros, antigos e, principalmente, novos não estava preparada para as responsabilidades da descentralização e para a gestão eficiente dos recursos adicionais. Carecem de tradição e de instrumentos de planejamento e de base técnica para assumir as novas responsabilidades e uma posição ativa na promoção do desenvolvimento local. O resultado é uma grande dependência das finanças públicas municipais das transferências, decorrente (...) do despreparo administrativo... (BUARQUE, 2008, p.50)

Este é, portanto, um perfil básico socioambiental e político administrativo destes municípios na esfera pública, que ainda possuem diversas vulnerabilidades administrativas para suplantarem, poucos quadros técnicos, ingerências político-partidárias, poucos recursos, baixo índice de empregabilidade e de geração de renda e que refletem em esvaziamento urbano, êxodo rural e baixa produtividade no campo, ampliando também problemas ambientais, inclusive na UC em questão.

2.2.2. Perfil socioambiental e econômico da população atualmente residente na UC

1.1.1

Quanto ao perfil da sociedade civil é necessário ressaltar a dificuldade das bases se organizarem com um sério gargalo em atividades associativistas e cooperativistas. Esta região tem uma dinâmica econômica de pequena escala, poucos comércios, algumas agroindústrias clandestinas de cachaça e rapadura. A baixa atividade econômica acaba por promover uma evasão de capital humano para grandes centros urbanos.

> O tamanho da população rural e ainda elevada proporção de pobres vivendo no meio rural, que foi historicamente marginalizada por um modelo de desenvolvimento com forte viés urbano, revela a necessidade de atenção especial e de políticas públicas ativas para resgatarem o passivo de pobreza e reduzir as disparidades rural urbano que são responsáveis pelo esvaziamento do meio rural observado em várias partes do país e pelas migrações, em especial de jovens, que encontram nas cidades melhores condições para construir suas vidas. As políticas públicas sociais de garantia de renda, as políticas de saúde, eletrificação e educação tiveram impactos importantes sobre as condições de vida da população rural, mas há ainda muito que fazer. (IICA, 2010, p.5)

Há uma grande dependência do poder público municipal, pouca articulação e baixa resistência às questões que incomodam às comunidades residentes neste território. Buscou-se assim, traçar um perfil mínimo de cada comunidade que está dentro dos limites da poligonal da APA Estadual Serra do Barbado das comunidades ou que estão na zona de influência direta desta UC. Apesar destas limitações perceptíveis, há um grande potencial nos povoados, várias comunidades tradicionais, algumas ainda não reconhecidas, no âmbito da UC, ainda existem práticas do extrativismo vegetal mais notadamente o pequi, o babaçu, o Ouricuri, a mangaba, o umbu e a cagaita. As mulheres quilombolas de Barra, Bananal e Riacho das Pedras tem o hábito de extrair musgos e líquens no período natalino para vender às pessoas da cidade de Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora para a confecção de presépios tradicionais da região.

Outro hábito arraigado é o extrativismo mineral, seja de pedras rústicas para o uso na construção civil, seja à procura de rochas de cristais de quartzo para a venda a outros mercados. Porém todas essas práticas mineradoras acontecem de forma irregular e ilegal. As comunidades mais antigas e que se formaram em torno da mineração do Ouro, a exemplo de Catolés, ainda sonham com o retorno de jazidas auríferas que tragam novamente o prestígio e uma vida econômica mais dinâmica aos seus lugares.

As criações de pecuária, com destaque a bovina, dá-se de forma tradicional, na modalidade fundo de pasto, pois não possuem estrutura para semiconfinamento em suas propriedades e nem equipamentos para o processamento de rações, como máquinas e silos. Livramento de Nossa Senhora por ser um polo microrregional, tem influenciado a região na produção de fruticultura de manga e maracujá, com práticas agrícolas muito diversas as tradicionalmente praticadas nesta região serrana. Para uma maior precisão no panorama traçado a respeito dos povoados que estão ligados á APA, foi elaborada uma tabela (Vide Tabela 07 em seguida) na qual buscou sistematizar algumas informações básicas destas comunidades.

Município	Povoados	Bacia Hidrográfica/sub-bacia	Famílias	Perfil produtivo	Tipologia da comunidade	Inserido na APA/ Zona de influência direta a APA
Rio de Contas	Barra, Bananal e Riacho das Pedras	Contas / Riacho das Pedras ela Rio Brumado	60	Agricultura de subsistência: milho, arroz, mandioca, fruticultura, horticultura	Comunidades tradicionais quilombolas	Ambas[1]
				Artesanato – crivo rústico		
				Extrativismo - Pequi, mangaba, musgos e líquens, cagaita		
				Turismo		
	Caiambola/Fazendola	Contas/ Riacho da Fazendola São Francisco / nascentes	74	Agricultura de subsistência: Horticultura, citricultura, milho, feijão, abacaxi e manga	Agricultura familiar	Inserido na APA
				Extrativismo – pequi, lenha, velózias (candombá)		
				Turismo		
	Arapiranga	Contas / Rio Palmital, Ribeirão das Furnas, Rio da Água Suja	300	Agricultura de subsistência: Feijão, milho, mandioca, arroz, horticultura.	Agricultura familiar	Ambas[2]
				Agroindústria artesanal de cachaça		
				Turismo		

				Artesanato de bordados tradicionais Pecuária de pequena escala		
	Mato Grosso	Contas/ Rio Santo Antônio/ Rio da Lavra Velha	200	Agricultura de subsistência: Horticultura, Floricultura, Fruticultura. Cafeicultura Turismo	Agricultura familiar	Inserido na APA
Érico Cardoso	Sapé/Gê	Rio Paramirim/ Rio da Caixa	40	Agricultura de subsistência: Arroz vermelho, Fruticultura Cafeicultura Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto	Inseridos na APA
	Rio da Caixa	Paramirim/ Rio da Caixa	120	Agroindústria artesanal de rapadura Milho, feijão, mandioca Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto	Zona de influência da APA
Rio do Pires	Brejo/Bicho	Paramirim/ Riacho do Bicho	60	Agricultura de subsistência: Arroz vermelho e maranhão, milho, feijão, mandioca, horticultura, Agroindústria artesanal de rapadura Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto.	Inseridos na APA

	Contagem	Paramirim/ Rio da Contagem	50	Olericultura de alho Horticultura Agricultura de subsistência: Arroz vermelho e maranhão, milho, feijão, mandioca Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto.	Inseridos na APA
	Curralinho	Paramirim/ Rio da Caixa	120	Agricultura de subsistência Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto.	Ambas[3]
Piatã	Curral de Varas	Rio de Contas/ rio Ribeirão	15	Agricultura de subsistência Pecuária de pequena escala Garimpo de cristais	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto. Garimpeiros	Inserido na APA
	Ribeirão de Cima	Rio de Contas/ rio Ribeirão	30	Agricultura de subsistência Pecuária de pequena escala	Agricultura familiar Comunidade tradicional de fundo de pasto.	Inserido na APA
	Barreiro	Rio de Contas/ Rio Ribeirão	50	Agricultura de subsistência Extrativismo de Babaçu	Comunidade tradicional quilombola Agricultura familiar	Inserido na APA
	Tamboril	Rio de Contas/ Rio Ribeirão	20	Agricultura de subsistência Extrativismo de Babaçu	Comunidade tradicional quilombola Agricultura familiar	Inserido na APA

Abaíra	Catolés	Rio de Contas/ Riacho do Guarda-Mor	300	Agricultura de subsistência Extrativismo mineral	Agricultura familiar	Inserido na APA
	Catolés de Cima	Rio de Contas/ Riacho do Pinga-pinga	40	Cafeicultura Agricultura de subsistência Turismo	Agricultura familiar	Inserido na APA
	Guarda-Mor	Rio de Contas/ Riacho do Guarda-mor	10	Cafeicultura Agricultura de subsistência Turismo	Agricultura familiar	Inserido na APA
	Barra de Catolés	Rio de Contas/ Riacho do Bem-Querer	20	Cafeicultura Agricultura de subsistência	Agricultura familiar	Inserido na APA
	Engenho de Baixo	Rio de Contas/ Rio Ribeirão	35	Agricultura de subsistência Rizicultura de arroz vermelho	Agricultura familiar	Zona de Influência direta na APA
	Ouro Verde	Rio de Contas/ Rio da Água Suja/ Rio Ribeirão	200	Agricultura de subsistência Cafeicultura	Agricultura familiar	Zona de Influência direta na APA
Jussiape	Fazenda Paixão/ Bananeira	Rio de Contas/ Riacho da Itaubira	40	Agricultura de subsistência Agroindústria artesanal de cachaça Extrativismo vegetal de lenha	Agricultura familiar	Zona de Influência direta na APA
	Cruz	Rio de Contas/ Rio da Água Suja	150	Agricultura de subsistência Agroindústria artesanal de cachaça Extrativismo vegetal de lenha	Agricultura	Zona de Influência direta na APA.

Tabela 07: Povoados no âmbito da APA Serra do Barbado.

2.2.3. Biomas da APA: Caatinga e Cerrado e fragmentos de Mata Atlântica (realidades da Chapada Diamantina)

A Chapada Diamantina, inclusive o Circuito do Ouro, e consequentemente a APA Serra do Barbado, é considerada uma região pertencente ao semiárido brasileiro, inserida no grande domínio morfoclimático da Caatinga, porém ao conhecê-la chega-se à conclusão de que ela na verdade é um grande mosaico de contato Caatinga – Cerrado, Florestas estacionais semideciduais submontanas, Campo Rupestre, Campo Limpo, Campo Sujo, Campo Cerrado, Caatinga, Mata seca de Caatinga /Cerrado, Carrasco, fragmentos de Mata Ombrófila Densa e Capão. Esta sobreposição e contato de diferentes biomas em curto espaço geográfico variam a depender das altitudes, do clima e do regime chuvoso. Esta composição biológica favorece a esta região ter uma grande biodiversidade seja na fauna, seja na flora, com grande potencial para pesquisas acadêmicas, extrativismo vegetal não madeireiro e ecoturismo. Esta biodiversidade se deve:

> É certamente este mosaico de domínios paisagísticos e ecológicos, somado às feições das faixas de contato e de transição, que constitui nosso "universo" paisagístico em termos de potencialidade global. Ocorre, ainda, que no interior das próprias áreas nucleares existem padrões de paisagem sensivelmente diferenciados, que transformam cada área *core* em uma verdadeira família regional de ecossistemas, dominada espacialmente por um deles (cerrado, caatingas, araucárias, matas) e que devem ser considerados como subconjuntos participantes do mosaico global. E, por último, criando grandes contrastes de paisagens e de ecologias, devem também ser computados os pequenos quadros de exceção, representados pelos enclaves, reconhecidos um pouco por toda a parte, no interior das áreas *core*, cada qual com sua própria natureza, suas vinculações genéticas e suas implicações socioeconômicas e regionais (geótopos e geofácies). (AB'SÁBER, 2003, p.23)

A riqueza dos frutos, sementes aproveitáveis para consumo humano nesta região é notável, pois ao mesmo tempo é possível encontrar frutos do Cerrado, da Caatinga e até de ocorrência de Mata Atlântica, ou seja, de Florestas ombrófilas e assim podemos encontrar em curto espaço pequizeiros, cagaiteiras, jatobás, mangabeiras, babaçus, umbuzeiros, licourizeiros, palmitais, inclusive Jussara, jabuticabeiras, umburanas, ipês roxo, amarelo, Gonçalo-alves, pau-ferro, juremas, copaíbas, dentre muitas outras espécies vegetais que testemunham e compõem a biodiversidade desse local.

É uma região que muito tem a ser descoberta em sua fauna e flora, na sua biodiversidade, inclusive de fármacos, frutos comestíveis, fauna em risco de extinção

e/ou ainda não catalogadas, porém ainda necessita de pesquisas, levantamentos e estudos, ou seja, *stakeholders* interessados nesta porção sul da Chapada Diamantina, e em particular, da APA Estadual Serra do Barbado.

Ainda no âmbito da APA Serra do Barbado é importante se destacar a sua hidrografia. Esta UC e seus municípios componentes abrangem três bacias hidrográficas de elevada importância estadual. São elas, a Bacia do Rio das Contas, a Bacia do Rio Paraguaçu e a Bacia do Rio Paramirim, este último componente da Bacia Federal do Rio São Francisco.

A Bacia do Rio das Contas é uma das maiores do estado com uma área de abrangência de 55.483 km², envolvendo 91 municípios baianos, com um total de mais de 1.300.000 habitantes. A APA Serra do Barbado abriga em seu território importantes sub-bacias afluentes desta Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA): o Rio Brumado com seus contribuintes, Riacho das Pedras, Rio Santo Antônio, Rio da Fazendola, um dos principais afluentes, Rio da Água Suja, também um importante afluente do Alto Rio das Contas. Esta Bacia, nas imediações da APA é responsável pelo abastecimento humano de vários municípios, além de expressivos projetos de irrigação agrícola nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, através do Açude Luís Vieira Lima, do DNOCS.

A Bacia do Rio Paraguaçu, que é das mais importantes, pois dela depende 60% do abastecimento de Salvador e região metropolitana, e no território da APA, há várias nascentes que contribuem com o Rio Cochó, um dos seus principais afluentes. Sua área abrange 54.877 km², 86 municípios, e mais de 1.600.000 habitantes. Há importantes barragens para finalidades de abastecimento humano, a exemplo da Pedra do Cavalo, no Recôncavo Baiano, e de irrigação intensiva, Barragem do Apertado em Mucugê, e Barragem da Cotia, em Boninal no quilombo de mesmo nome, do rio Cochó.

A Bacia do Rio Paramirim por sua vez, é a menor e abrange aproximadamente 21.592 quilômetros quadrados, mas em contrapartida é o principal afluente do Rio São Francisco na Bahia às suas margens direitas. É composta por 27 municípios, com mais de 250 mil habitantes. Uma das principais barragens que abastece vários municípios do semiárido na região sudoeste baiana é a Barragem do Zabumbão, que recebe além das águas do Rio Paramirim, as águas dos rios da Caixa e dos Bichos, que nascem internos à APA, nas imediações do Pico do Barbado.

Boa parte dos municípios compõem as três bacias, com exceção de Piatã, que é o único município que participa da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, e Rio do Pires que participa apenas da Bacia Hidrográfica do Rio Paramirim.

Abrangência das bacias hidrográficas nos municípios da APA Serra do Barbado (%)	Bacia Hidrográfica do Rio das Contas	Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu	Bacia Hidrográfica do Rio Paramirim
100%	Jussiape	-	Rio do Pires
>60%	Rio de Contas	Piatã	Érico Cardoso
	Abaíra		
40% a 60%	Piatã	-	-
<40%	Érico Cardoso	-	Abaíra
			Rio de Contas
			Piatã

Tabela 08: Participação dos municípios nas Bacias Hidrográficas.
Fonte: INEMA, 2013

Portanto, a importância da APA Serra do Barbado, além de preservação paisagística da beleza cênica, da biodiversidade em fauna e em flora, é sua contribuição nos recursos hídricos para o estado da Bahia, para as populações do semiárido, para o desenvolvimento econômico e social de muitas regiões desse estado em vários Territórios de Identidade.

2.3. HISTÓRICO DAS UC NO MUNDO, NO BRASIL E NA BAHIA.

A preocupação humana com os recursos naturais para a sobrevivência das comunidades é antiga, comumente objetivando a conservação ambiental para o usufruto dos habitantes de determinadas regiões, protegendo para servir às necessidades humanas, fossem elas para alimentação, água potável, caça, pesca ou ainda lazer, recreação após a Revolução Industrial com o advento e a consolidação do capitalismo. Como exemplo, trazemos já a criação de reservas de caça e leis de proteção de áreas surgidas no Irã em torno de 5.000 a.C. (OLIVEIRA, 2010).

Há evidências de primeiros conceitos sobre parques encontrados na Mesopotâmia, provavelmente em decorrência da escassez das populações animais. Porém no ocidente esta prática é bem mais recente, remontando à Idade Média, quando nos nobres da antiga Roma e da Europa Medieval separavam áreas protegidas de uso exclusivo para os reis e classe dominantes para atividades como a caça. (ROCHA apud OLIVEIRA, 2010).

Na Inglaterra existem registros ainda do ano de 1066 de proteção de determinadas espécies. Na Suíça, em 1569, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e no séc. XVIII, a França criou Parques Reais, que chegaram a ser abertas ao público. No século XIX foram criadas áreas conhecidas como “Forest” espécie de reservas inglesas destinadas à caça. (QUINTÃO, 1983)

É importante ressaltar que a prioridade em se proteger áreas como reservas atendiam aos interesses da realeza e da aristocracia rural, portanto, o objetivo não era a subsistência nem havia qualquer sentido social mais amplo como, por exemplo, lazer e recreação para o público em geral. (VALLEJO, 2005)

Nesse sentido é necessário se definir os conceitos que desde as origens da civilização ocidental orientaram as iniciativas de preservação e/ou conservação de áreas reservadas à proteção de espécies vegetais e animais e dos recursos hídricos de determinado território.

> Esclarecemos que a perspectiva conservacionista difere do preservacionismo, na medida em que envolve a possibilidade de manejo das espécies e do ambiente em geral, ao passo que o preservacionismo é mais protecionista. Por exemplo, o manejo reprodutivo de uma espécie ameaçada de extinção (conservação) pode recuperar sua densidade demográfica a ponto e salvá-la do extermínio, enquanto o simples isolamento (preservacionismo) poderia resultar também em seu desaparecimento. (VALEJJO, 2005, p.28)

A mais famosa experiência preservacionista de parques, a pioneira, com o objetivo de tentar salvaguardar fragmentos de uma natureza em estado avançado de degradação ambiental, foi Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos, e que tem servido de modelo, desde então, para a criação de várias unidades de conservação pelo mundo, inclusive pelas regiões tropicais das Américas do Sul e Central.

À época da decisão do tombamento de Yellowstone o contexto de degradação ambiental nos Estados Unidos chamava a atenção por sua escala, e orientou a política de salvaguardar territórios que teriam sofrido mínimo impacto ambiental e teriam relevante importância no quesito ecológico, e nesse contexto

marcado por tensão e dúvidas, surgiram duas visões de conservação do "mundo natural", que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir. (DIAS, 2012)

Há uma séria crítica apontada por muitos autores a respeito do conceito conservacionista a esse modelo aplicado às regiões tropicais transformadas em áreas protegidas, pelo fato de que, diferente do contexto social norte-americano, são habitadas por muitas populações tradicionais, a exemplos de indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, camponeses, e que tais, e que ao longo de séculos e até milênios, desenvolveram técnicas tradicionais de manejo das florestas e que são, na verdade, responsáveis pela profusão e manutenção da biodiversidade nesses territórios. Em uma política pública implantada com o objetivo de resguardar essas áreas à preservação *strictu senso* como reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida (DIEGUES, 2008), encontramos o primeiro conceito filosófico que move estas iniciativas: o culto à natureza, ao selvagem, ao silvestre, o que, segundo Diegues, é um conceito que se transforma no “mito moderno da natureza intocada”.

Destarte, esse neomito fecundado e desenvolvido no bojo da urbanização, do modelo capitalista, da consolidação do industrialismo, e do anseio do homem moderno em ter um espaço edênico, separado, sem a presença humana, para espiritualmente se reabastecer em períodos de lazer, a partir da contemplação de espaços preservados sem a degradação ambiental que a atividade humana causaria a esses monumentos separados da decadência que sofrem em geral os territórios antropizados não protegidos legalmente.

Nesse sentido encontra-se o móvel filosófico e ético que promove o entendimento da necessidade de se transformar áreas habitadas por pequenas populações tradicionais em áreas isoladas para a promoção espiritual da contemplação, da pesquisa e da educação ambiental da ecologia, e também a promoção do ecoturismo, do lazer para as comunidades urbanas de classe média inseridas no contexto dos grandes centros industrializados e que encontram a redenção de sua danação eterna traduzida em uma rotina de muito estresse nesses espaços paradisíacos, sem, contudo, abrir mão de seu modelo econômico degradador baseando-se em filosofias *neomalthusianas* do problema ambiental estar ligado à explosão demográfica. (DIEGUES, 2008).

Na década de 1960 o engenheiro florestal Pinchot traz à pauta de discussão ambiental outro enfoque, o do uso racional dos recursos naturais baseando-o na conservação para a satisfação das gerações atuais e até as futuras, sob a perspectiva de Natureza com valoração mercantil conectando assim o diálogo entre conservação e capitalismo e ainda construindo a base do que se chama hoje de "desenvolvimento sustentável". É forçoso ressaltar que sua defesa era no sentido de frear o desenvolvimento a qualquer custo, pensar a ecoeficiência, "mediante a redução de dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável". (DIEGUES, 2008)

A partir destas perspectivas houve ainda maiores debates, e uma terceira macrocorrente filosófica surgiu no bojo desses conceitos, pois que não dariam conta, segundo seus teóricos defensores, da questão humana sob o âmbito político e social, no sentido de questionamento a respeito dos direitos humanos, e surge daí o conceito de Ecologia Social, ou Ecossocialismo, ainda ecomarxismo, que busca expressar a relação entre Natureza e sociedade como a distribuição equitativa de recursos naturais, o direito inalienável de povos de Terceiro Mundo ao meio ambiente saudável indicando assim que o problema ambiental de degradação e insustentabilidade estariam mais ligados às correlações de força de poder, e seu desequilíbrio político, entre países industrializados do norte e os países tropicais do hemisfério sul. (ALIER, 2009)

Esta corrente marxista traz os conceitos de que a economia deveria integrar a componente ambiental quando dos cálculos dos custos de produção, e não apenas mais enxergá-los como "externalidades", e surge então a Economia Ecológica, ou Ecoeconomia, a Ecologia política, o que Alier (2009) define como o Ecologismo dos Pobres. Esta perspectiva traduz os direitos dos povos tradicionais, dos menos favorecidos nas correlações de poder e busca defender o ponto de vista de que os problemas ambientais residem na questão distributiva, a legitimidade da defesa de modos de vida no campo do "não econômico", a percepção dos conflitos socioambientais, inclusive urbanos, como fonte de problemas políticos e, consequentemente, às questões de valoração econômica dos "recursos naturais", e até que ponto elas podem ser medidas e pesadas em valores reais e que referenciais seriam utilizados, para perceber a partir de qual lócus se constroem esses padrões de valoração, inclusive para se definir como seria possível dar conta

das questões tão discutidas atualmente como os Pagamentos por Serviços Ambientais.

Esses enfoques conceituais entre preservacionismo e conservacionismo influenciariam desde então os debates ambientais, e ainda influenciam, mas, não se afastando dos conceitos capitalistas e econômicos dos quais ambos são tributários, cada um ao seu modo. A pluralidade de enfoques, conceitos, perspectivas e discursos ambientais são, poder-se-ia inferir, infinitos, mas é necessário se localizar e pontuar que, ou em consonância com o capitalismo ou em sua oposição, são conceitos que estão na base das tomadas de decisão a respeito das áreas protegidas e das políticas públicas desenhadas e advindas destas decisões.

Por todas essas correntes teórico-filosóficas descritas sucintamente neste capítulo, é que se percebe os móveis que influíram na criação deste modelo de área protegida como *Yellowstone*, ainda em 1872, e posteriormente às críticas que sofreria exatamente pelo modelo adotado, as dicotomias entre estas correntes, e o que conduziria os tomadores de decisões políticas e econômicas a encontrarem outros modelos, posteriormente, mais especificamente, posterior à década de 1970, de áreas protegidas que contemplassem novas formas de se conduzir o processo de conservação e preservação das áreas relevantes como patrimônios naturais a serem protegidos, como veremos posteriormente.

2.3.1. No Brasil

O primeiro parque instituído no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia, foi criado em 1937, primeira unidade de conservação nacional foi criado a partir do modelo norte-americano adotado para áreas protegidas. Esse modelo adotado pelo Brasil, influenciado pelo modelo **Yellowstone**, também serviu de baliza por outros países anteriormente, e o hiato de tempo entre a criação de *Yellowstone* e o Parque Nacional de Itatiaia sessenta e cinco anos depois demonstra certa acomodação no desenho de políticas públicas destinadas à questão ambiental de preservação. Segundo Milaré (2009) outros países aderiram ao procedimento e iniciaram a criação de Parques e outras áreas protegidas: Canadá, em 1885; Nova Zelândia, em 1894; Austrália, África do Sul e México, em 1898; Argentina, em 1903; Chile, em 1926; Equador, em 1934 e Venezuela e Brasil, em 1937.

É necessário conhecer um pouco da história que envolve as UC e seu processo evolutivo, na percepção dos *stakeholders* ao longo das décadas que sucederam o primeiro processo de criação do Parque Nacional de Itatitaia. Em 1933 aconteceu em Londres uma Convenção para a preservação da Fauna e da Flora, e segundo Milano, foi motivada pela necessidade de se estabelecer critérios e parâmetros mínimos às áreas protegidas.

> Nela estabeleceu-se um conceito básico para parque nacional, definindo-se três características: a) são áreas controladas pelo poder público; b) para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; c) e que devem servir à visitação pública. (MILANO *apud* DIAS, 2012)

Posteriormente, em Seattle, em 1962, foi realizada a 1ª Conferência Mundial sobre Parques Nacionais para aprofundamento e discussão dos critérios do tipo de política pública que poderia ser desenvolvida no âmbito de áreas protegidas. Na segunda Convenção Mundial, realizada em Yellowstone, em 1972 houve a demanda discutida da necessidade de criação de novos parques que abrangessem outros biomas, inclusive. O terceiro Congresso mundial acontece em Bali, na Indonésia em 1982, quando começam a discutir a relação entre degradação ambiental e padrão de consumo humano em países industrializados e em desenvolvimento e a necessidade de se rever esses padrões para que a estratégia de preservação ambiental configurada pelos Parques e UC de forma geral fizesse sentido para o objetivo pelos quais foram criados.

É a partir desse terceiro congresso que começam a aparecer discussões sobre a questão das populações tradicionais e áreas protegidas, e sua degradação protagonizada muitas vezes pelas populações de entorno, que não tinham qualidade de vida e não foram devidamente contempladas pelas políticas públicas de conservação e preservação estabelecidas para tais UC, e que demonstrava a necessidade de se integrar a questão humana ao processo de proteção de áreas relevantes ecológicas e seu entorno. Essa discussão culminou em recomendações para o reconhecimento da importância que os planejadores e gestores levassem em consideração o conhecimento acumulado das populações tradicionais no manejo tradicional e a necessidade de se incorporar esse saber ancestral nos processos de elaboração de políticas públicas e de tomada de decisão.

Na década de 1980 acirraram-se as críticas ao modelo tradicional de preservação de áreas e vários foram os movimentos de pesquisadores e ativistas

em direção a denunciar a expulsão de populações tradicionais de seus habitats centenários e milenares, à necessidade de se reconhecer sua importância inclusive para a preservação dos biomas protegidos a partir do manejo tradicional. Em 1992 houve o 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Caracas, Venezuela, no qual finalmente se recomendou o não reassentamento de populações atingidas pelo tombamento de áreas protegidas, e sempre que possível, sua inserção na área de parque a ser criada.

Por fim, no ano de 2003, em Durban, África do Sul, foi fundamentado um acordo baseado em algumas linhas de ação orientadas por dois pilares: áreas protegidas e populações tradicionais, sendo elas: 1 - apoio significativo ao desenvolvimento sustentável; 2 - apoio significativo à conservação da biodiversidade; 3 - estabelecimento de um sistema global de áreas protegidas conectado às paisagens circundantes; 4 - aumento da efetividade do manejo das áreas protegidas; 5 - fortalecimento dos povos indígenas e comunidades locais; 6- aumento significativo do apoio de outras parcelas da sociedade. (BESUSAN, 2006).

Estas recomendações teriam servido por sua vez, de base na Convenção de Diversidade Biológica, em 2004, através do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas, e há um movimento no sentido de se reconhecer a importância das populações tradicionais e seu modus vivendi como de extrema importância para a conservação da biodiversidade. Há também, a partir destas convenções, congressos e tratados, uma ampliação nos objetivos de uma UC além da proteção paisagística da beleza cênica e do cenário bucólico para as atuais e futuras gerações, mas também na preservação dos recursos hídricos, na contribuição para o equilíbrio climático e ecológico, o manejo de recursos naturais; desenvolvimento de pesquisas científicas; preservação de recursos genéticos; e preservação *in situ* da biodiversidade (MILANO apud DIAS, 2012)

Nesse sentido, a partir desse resumo histórico dos sucessos que envolvem as UC, pode-se inferir que a temática cultural passa a integrar, paulatinamente, a percepção de relevância para a conservação ambiental. Uma das primeiras experiências em áreas protegidas com a presença humana e a componente cultural são os Parques Naturais da Europa. Começaram a ser criados no início do século XX, em áreas de relevante interesse paisagístico, ecológico, hídrico, mas com populações residentes, sem a necessidade de uma intervenção direta do Estado com desapropriações e deslocamento dessas populações, podemos analisa-las

como os primeiros movimentos em direção ao estabelecimento de UC de Uso Sustentável em complementaridade às UC de Proteção Integral de Uso Indireto pré-existentes a partir do modelo *Yellowstone*.

Desde que se inicia o processo de normatização de criação de Parques Nacionais, foi-se concebido que além de sua poligonal de limites, seria necessário criar zonas de amortecimento em seu entorno para que se gradualmente permitisse ou se restringisse atividades com maior ou menor afinidade com os objetivos de preservação. Estas zonas tampões eram definidas em planejamento, antigamente com 10 quilômetros do limite do parque, e posteriormente zoneadas por instrumentos de planejamento como o Plano de Manejo (PM), e Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE), orientando, permitindo e/ou limitando as atividades humanas nas imediações da UC. As Zonas de Amortecimento dos Parques passaram, principalmente, a servir como instrumento de ordenamento territorial. E é nesta lógica de organização espacial que reside a origem das APAs.

A primeira lei que orientava e designava parâmetros para a criação de APA no Brasil foi a lei federal nº 6902 de 27 de abril de 1981, que estabelecia no seu artigo 8º:

> O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. As APAs podem, então, ser criadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, segundo a própria necessidade e interesse em proteger um ou mais atributos ambientais de relevância tal, que diferencia a área das demais. (BRASIL, 1997, p. 29)

Posteriormente o decreto federal 88.351/83, que foi revogado posteriormente pelo decreto federal nº 99.274/90, porém sem mudança de conteúdo, apenas com o acréscimo das mudanças institucionais no que concernia à Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), e afins. Esse decreto define mais alguns critérios no âmbito de criação de APA, como limites geográficos, nome, objetivos principais, restrições e proibições a depender individualmente de cada APA e suas especificidades, demandas e potenciais. A Resolução do CONAMA nº 10/1988 indica ainda a necessidade de estabelecer nas APA o ZEE. A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei Federal nº 6938/81 preconiza em seu artigo nono, como um de seus instrumentos o zoneamento ambiental, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos

por todas as esferas governamentais, tais como áreas de proteção ambiental, dentre outras categorias. A partir desses instrumentos legais, passa a existir a APA enquanto instrumento da política de meio ambiente no Brasil.

> É a Resolução CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006, que define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional. Neste escopo, determina que a autorização para manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em zona de amortecimento de unidade de conservação e nas Áreas de Proteção Ambiental somente poderá ser concedida pelo órgão competente mediante prévia manifestação do órgão responsável por sua administração. Além disso, estabelece como norma que o órgão ambiental responsável pela administração da unidade de conservação deverá manifestar-se no prazo máximo de 30 dias a partir da solicitação do órgão responsável pela autorização. No ano de 2000 foi instituído, através da Lei Federal no 9.985, de 18 de julho, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (a Lei do SNUC), que adota o atual conceito para as APAs: "Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais." (PINHEIRO, 2012, p.7)

A Lei nº 9985 foi definitiva nesse sentido para sistematizar e reunir todas as categorias de Unidades de Conservação, UC, e as separou em dois grandes grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral de uso indireto e Unidades de Conservação de Uso Sustentável de uso direto. Na tipologia de UC de Proteção Integral fazem parte os Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Monumentos Naturais, Refúgios de Vida Silvestre e Reservas Biológicas, enquanto que as UC de Uso Sustentável são as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, ARIE, Florestas Nacionais (FLONA), Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas de Fauna e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

O avanço para a gestão das UC com a aprovação do SNUC foi incontestável no sentido de se inserir no contexto legal a exigência da participação popular na cogestão das UC, com a formação de conselhos gestores paritários e tripartites, além de se estabelecer a necessidade de se formular planos de manejo para a melhoria efetiva da gestão. No tocante às APAs:

> No caso das APA, a lei avança nos conceitos e no instrumento de zoneamento da unidade de conservação. Se antes eles estavam focados somente na zona de vida silvestre, agora contam com normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras, além de normas para projetos de urbanização que, por inexistência, anteriormente dificultavam atingir os objetivos da APA. (PINHEIRO, 2012, p.8)

Nesse sentido fortaleceu o sistema de marcos regulatórios que deverá balizar os instrumentos e as estratégias de gestão e, isso, de certa maneira, incentivou e propiciou a criação de inúmeras APA por parte tanto do governo federal, como os estaduais e até municipais, pois, a permanência das populações no interior da poligonal desta categoria de UC, aliada à ausência da necessidade de regularização fundiária, nem desapropriações e reassentamentos tornava esta categoria muito atraente do ponto de vista político para a criação de áreas protegidas.

2.3.2. Na Bahia

A primeira APA criada pelo Governo do Estado em território baiano foi a APA Gruta dos Brejões na região norte da Chapada Diamantina, pelo forte apelo estético, paisagístico e abrigar uma notável caverna que dá nome à UC. Posteriormente, na década de 1990 surgiram na Bahia outras UC, mas a supremacia da escolha pela categoria APA chama a atenção em qualquer estudo que for feito sobre a questão. Só entre os anos de 1991 a 1994 foram criadas na Bahia 16 APA estaduais em áreas estratégicas para a conservação de paisagens e ligadas a uma nova política desenhada pela gestão à época, sob a égide de implantar, implementar e incentivar a atividade econômica do Ecoturismo.

São realizados vários estudos no início da década de 1990 para a interiorização do turismo no estado da Bahia, pois Salvador nesta época respondia por 90% do turismo baiano (BRITO, 2005). Esses estudos indicavam a necessidade de melhorar a infraestrutura do turismo no estado, em estradas, aeroporto, dos equipamentos culturais e de lazer, definir estratégias tanto em Salvador como para o interior objetivando o aumento da permanência do visitante nos destinos, implantar em nível de Banco de Desenvolvimento Social e Econômico da Bahia (DESENBANCO) linhas de crédito para os empreendedores do setor, desenho de novo plano turístico, fortalecimento da Baía de Todos os Santos como destino turístico e que fosse criada, institucionalmente uma secretaria que tratasse exclusivamente do turismo na Bahia. Na década de 90, nesse "*master plan*", foi definida quatro estratégias de crescimento econômico: 1- Ampliação do Polo Petroquímico de Camaçari, 2 – A implantação de dois mega projetos de celulose no

extremo sul baiano, com vistas ao mercado externo, 3 – uma vigorosa expansão da fronteira agrícola do estado, tanto para a região do oeste baiano, como também para o aproveitamento em projetos de irrigação das bacias hidrográficas estaduais, a exemplo, principalmente do rio Paraguaçu e rio das Contas, principais rios, e por último e quarto lugar, “a expansão do setor turismo com coordenação e fomento direto pelo Governo do Estado” (BRITO, 2005).

Foi definido neste *máster plan* na área turística, zonas prioritárias que foram nomeadas de Polos Turísticos, basicamente localizados nas regiões do entorno metropolitano (Zona Turística Litoral Norte), Litoral Sul (Zona Turística Costa do Cacau, Zona Turística Costa do Dendê, Zona Turística Costa dos Descobrimentos e Zona Turística Costa das Baleias) e Chapada Diamantina (Zona Turística Chapada Diamantina formada, inicialmente, pelos Circuito do Diamante e Circuito do Ouro).

Foram realizados estudos e pesquisas pela Bahiatursa e Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR) junto aos operadores estrangeiros que identificaram o interesse por novos produtos turísticos a exemplo do ecoturismo de aventura, enquanto perceberam a saturação do produto turístico convencional. Mesmo o ecoturismo de aventura, que abriria a possibilidade para novos mercados exigia infraestrutura tanto no setor público, quanto no privado, e preparação e capacitação para receber novos consumidores. Nesse sentido, a Chapada Diamantina seria um dos destinos mais requisitados para tal finalidade.

> Como forma de enfatizar a vocação ecoturística da região, o discurso presente nos documentos governamentais, utilizando a mesma narrativa identificada no material de divulgação turística dos lugares, salienta que a Chapada Diamantina é composta por “atributos naturais infinitos”, formando “um conjunto inesgotável para a contemplação”, onde a “natureza, praticamente intocada, é a grande atração” (...) “é um verdadeiro santuário ecológico”, (...) que (...) “provocam um encantamento contemplativo em todos aqueles que a visitam” (BRITO, 2005, p.141)

Além de ressaltar os atributos naturais para o turismo de contemplação, ainda indicam o local como o ideal para o trekking e o montanhismo na Bahia. Este era o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia (PRODETUR-BA), no início dos anos 1990, que traduzia um programa de desenvolvimento do turismo na Bahia, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e que propunha o conceito de Centros Turísticos Integrados com diretrizes de concentração de turista sem massificação e a natureza como principal atrativo.

Nesse plano prometem o uso do solo com a adequação técnica e legal para a preservação natural, e é nesse conceito que reside o ponto máximo de sua estratégia: A criação de APA, as APA Estaduais da Chapada Diamantina: APA Marimbus-Iraquara e APA Serra do Barbado. Estas UC foram criadas como exigência e condicionalidade ligada à aprovação por parte do BID do financiamento ao PRODETUR-BA tão propalado pelo governo estadual à época. Isso é bastante perceptível se analisarmos as datas de criação das APAs baianas. Temos atualmente o total de 32 APAs estaduais, somos os campeões nacionais nesta categoria em nível estadual, não obstante 16 delas foram criadas entre os anos de 1991 a 1994, sendo que o auge de criação foi o ano de1993, quando foram criadas dez APAs em um só ano, inclusive sendo esse o ano de criação tanto da APA Marimbus-Iraquara, quanto da APA Serra do Barbado.

Para se contextualizar quando da criação destas APAs, no ano de 1993, não existia nenhuma estrutura governamental estritamente ambiental, apesar da pré-existência do Centro de Recursos Ambientais (CRA), que compunha a Secretaria Estadual de Planejamento e Tecnologia (SEPLANTEC), estas UC foram criadas, portanto, dentro da Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR), através de sua autarquia, a Empresa Baiana de Turismo, Bahiatursa, e lá permaneceram até o ano de 1998, quando foram transferidas ao CRA, e em 2002, quando da criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), foram abrigadas na recém criada então Diretoria de Unidades de Conservação, DUC. Finalmente em 2011 foram abrigadas pelo recém criado Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), na atual Diretoria de Unidades de Conservação (DIRUC).

Pode-se inferir, ao considerar esse resgate histórico, que o principal móvel que orientou a criação destas UC foi um *master plan* para o desenvolvimento do turismo na Bahia, estabelecido pelo governo á época, que ao fazer um estudo ligeiro da região para atrair investidores e convencer financiadores estabeleceram políticas no estilo "*topdown*", pois não há registro de nenhum estudo anterior ao decreto de criação destas APAs de viabilidade socioambiental, não houve consulta pública, nem sequer registro de comunicação às cidades envolvidas e comunidades locais do seu decreto de tombamento em 05 de junho de 1993. É certo que não havia pela Lei Federal nº 6902/81 nenhuma exigência nesse sentido, e ainda não existia o SNUC, preconizado pela Lei nº 9985/2000 que garantia os direitos fundamentais das

populações envolvidas, mas em 1993 já havia abertura democrática no país, uma nova base legal, um novo pacto social materializado pela CRFB/88, que poderia ter trazido esta discussão a respeito do tombamento de novas UC à luz do conhecimento dos *stakeholders* envolvidos. A impressão que ficou a todas as pessoas envolvidas no processo e até a atualidade é que o governo estadual à época utilizou-se de ferramentas legais não com o foco no conservacionismo, nem no preservacionismo, nem nos conceitos do desenvolvimento sustentável, tão falados após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - 1992 (ECO-92), mas sim por uma ação oportunista de se apropriar de estratégias da conservação para amealhar recursos de infraestrutura, fortalecendo assim suas bases eleitorais, e atraindo investidores para o processo, mas, mais uma vez, sem pensar realmente o desenvolvimento endógeno local.

Esta sensação se fortalece ao abrirmos os sítios eletrônicos governamentais da SETUR e outros órgãos de seu sistema, onde o tão propalado ecoturismo no estado da Bahia não consegue fazer uma conexão sequer com as UC de Uso Sustentável estaduais quando se trata de propagar as belezas naturais de apelo turístico na Chapada Diamantina. No Circuito do Diamante é promovido como destino ecoturístico o Parque Nacional da Chapada Diamantina, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. ICMBio, sequer tocam no nome da APA Marimbus Iraquara; e quando falam do Circuito do Ouro, como destino ecoturístico “imperdível”, esses sítios eletrônicos indicam ao turista que conheça a Gruta das Mangabeiras, em Ituaçu, município que, pela própria metodologia proposta por esta secretaria, não pertence ao Circuito do Ouro...

1.2

2.4. A SITUAÇÃO DAS UC ESTADUAIS DE USO SUSTENTÁVEL NA BAHIA

Ao falar em UC estaduais de uso sustentável não é possível se discorrer sobre esse assunto sem traçar um perfil mínimo sobre sua biodiversidade:

> A Bahia é o quinto estado do país em extensão territorial e equivale a 36,3% da área total do Nordeste brasileiro e 6,64% do território nacional. A Bahia é o único estado brasileiro que possui cinco biomas: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e mais os biomas Costeiro e Marinho. O seu litoral é o maior entre os estados brasileiros, com 1.183 km, e da área de 567 295,67 km², cerca de 70% encontram-se na região do semiárido. A Caatinga se localiza em toda a região norte, na área da depressão do São Francisco e na serra do Espinhaço, já o Cerrado está presente na parte ocidental e a floresta tropical úmida (Mata Atlântica), no sudeste do estado. A riqueza da biodiversidade baiana é tão significativa que possui um dos maiores

> recordes mundiais de diversidade de árvores, registrando 454 espécies em um único hectare do sul do estado. (PINHEIRO, 2012, p.1)

Esta biodiversidade e pluralidade de paisagens ora se sobrepõem, se misturam em encraves, tornando assim um sistema complexo de paisagens, bacias, culturas, cobertura vegetal e de faunística. Seu Sistema Estadual de Unidades de Conservação, SEUC, é composto por 45 UC ao todo, sendo que na categoria UC de proteção integral é formado por 4 parques estaduais, dois monumentos naturais, um refúgio de vida silvestre, duas estações ecológicas, totalizando assim nove UC de Proteção Integral, com o total de 111.845 hectares subdivididos nesta categoria. Na categoria de UC de Uso Sustentável são, como ao todo 32 APA, 2 ARIE e 2 Parques Metropolitanos, perfazendo 36 UC de uso sustentável com um total em área de 5.989.984 hectares, sendo que só as APAs são responsáveis por 5.976.403 hectares desse conjunto universo. Portanto, se somarmos o quantitativo geral de UC baianas em hectares, 6.101.622 hectares, isso representa quase onze por cento do território geográfico baiano e as APAS são responsáveis por quase 98% do total de área protegida no estado da Bahia, conforme Ilustrações 05 e 03:

QUADRO RESUMO 2012

Proteção Integral			
UC - Categoria	Quantidade	Área (ha)	% (em relação a área do Estado
Estação Ecológica	2	6.954	0,0123
Parque Estadual	4	76.587	0,1356
Monumento Natural	2	804	0,0014
Refúgio de Vida Silvestre	1	27.500	0,0005
Subtotal (ha)	**9**	**111.845**	**0,1498**

Uso Sustentável			
UC - Categoria	Quantidade	Área (ha)	% (em relação a área do Estado
Área de Preservação Ambiental	32	5.976.403	10,5835
Área de Relevante Interesse Ecológico	2	12.168	0,0216
Parque Metropolitano	2	1.413	0,0025
Subtotal (ha)	**36**	**5.989.984**	**10,6076**

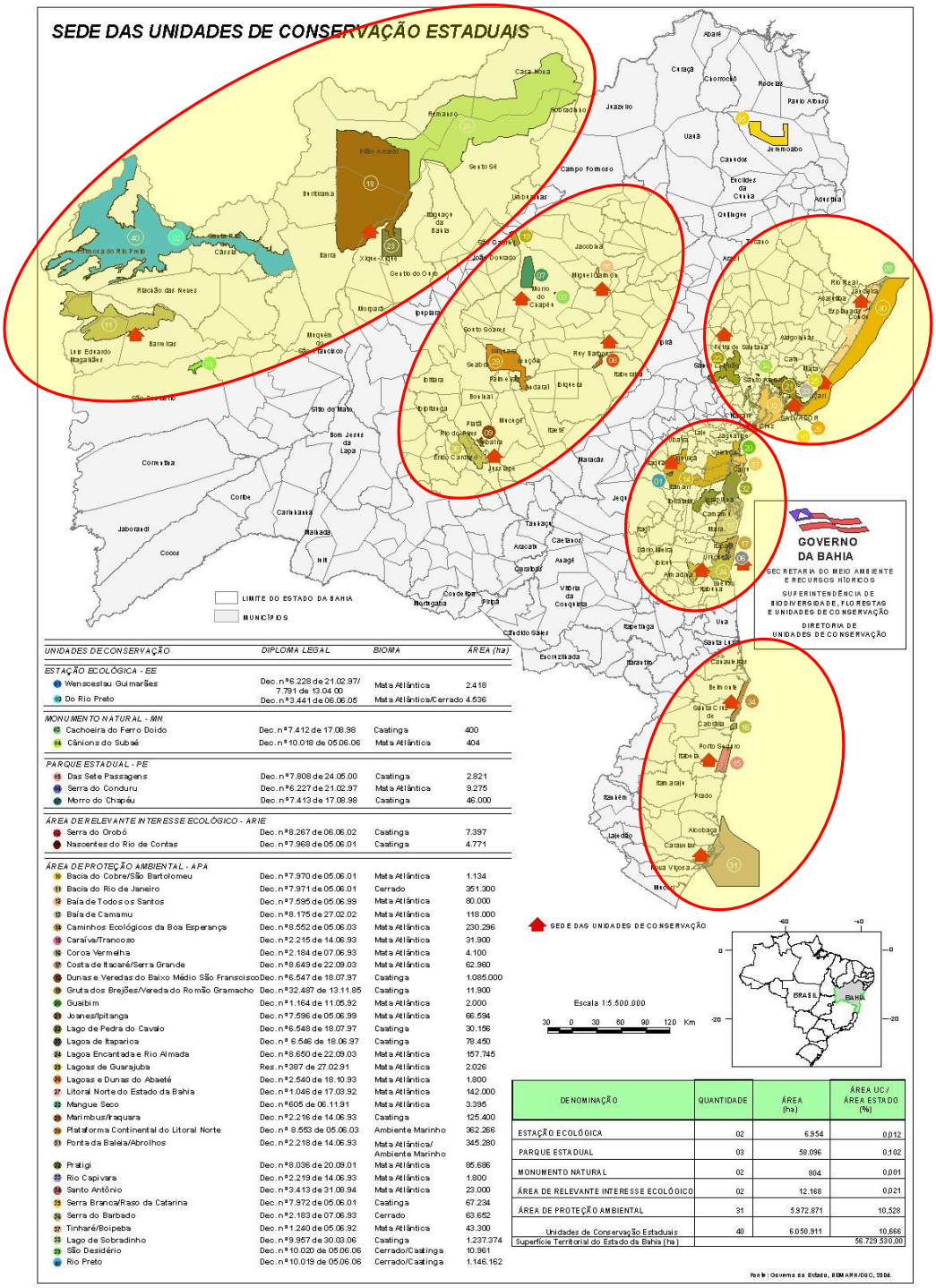
Total Geral U. C. Estaduais	**45**	**6.101.622***	**10,75736***
Superfície Territorial do Estado da Bahia (ha)			***56.469.267***

** Esses valores não servem para cômputo de área protegida por UC na BAHIA, pois esses valores correspondem ao somatório de todas as UC, sendo que algumas delas se sobrepõem.*

FONTE: INEMA
Abril. 2012

Ilustração 05: Resumo do quantitativo de UC na Bahia e área.

Fonte: DIRUC/INEMA, 2012



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	BIOMA	ÁREA (ha)
ESTAÇÃO ECOLÓGICA - EE			
01 Wenceslau Guimarães	Dec. nº 6.228 de 21.02.97/ 7.791 de 13.04.00	Mata Atlântica	2.418
02 Do Rio Preto	Dec. nº 3.441 de 06.06.05	Mata Atlântica/Cerrado	4.536
MONUMENTO NATURAL - MN			
03 Cachoeira do Ferro Doido	Dec. nº 7.412 de 17.08.98	Caatinga	400
04 Cânions do Subaé	Dec. nº 10.018 de 05.06.06	Mata Atlântica	404
PARQUE ESTADUAL - PE			
05 Das Sete Passagens	Dec. nº 7.808 de 24.05.00	Caatinga	2.821
06 Serra do Conduru	Dec. nº 6.227 de 21.02.97	Mata Atlântica	9.275
07 Morro do Chapéu	Dec. nº 7.413 de 17.08.98	Caatinga	46.000
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE			
08 Serra do Orobó	Dec. nº 8.267 de 06.06.02	Caatinga	7.397
09 Nascentes do Rio de Contas	Dec. nº 7.968 de 05.06.01	Caatinga	4.771
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA			
10 Bacia do Cobre/São Bartolomeu	Dec. nº 7.970 de 05.06.01	Mata Atlântica	1.134
11 Bacia do Rio de Janeiro	Dec. nº 7.971 de 05.06.01	Cerrado	351.300
12 Baía de Todos os Santos	Dec. nº 7.595 de 05.06.99	Mata Atlântica	80.000
13 Baía de Camamu	Dec. nº 8.175 de 27.02.02	Mata Atlântica	118.000
14 Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Dec. nº 8.552 de 05.06.03	Mata Atlântica	230.296
15 Caraíva/Trancoso	Dec. nº 2.215 de 14.06.93	Mata Atlântica	31.900
16 Coroa Vermelha	Dec. nº 2.184 de 07.06.93	Mata Atlântica	4.100
17 Costa de Itacaré/Serra Grande	Dec. nº 8.649 de 22.09.03	Mata Atlântica	62.960
18 Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	Dec. nº 6.547 de 18.07.97	Caatinga	1.085.000
19 Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	Dec. nº 32.487 de 13.11.85	Caatinga	11.900
20 Guaibim	Dec. nº 1.164 de 11.05.92	Mata Atlântica	2.000
21 Joanes/Ipitanga	Dec. nº 7.596 de 05.06.99	Mata Atlântica	66.594
22 Lago de Pedra do Cavalo	Dec. nº 6.548 de 18.07.97	Caatinga	30.156
23 Lagoa de Itaparica	Dec. nº 6.546 de 18.06.97	Caatinga	78.450
24 Lagoa Encantada e Rio Almada	Dec. nº 8.650 de 22.09.03	Mata Atlântica	157.745
25 Lagoas de Guarajuba	Res. nº 387 de 27.02.91	Mata Atlântica	2.026
26 Lagoas e Dunas do Abaeté	Dec. nº 2.540 de 18.10.93	Mata Atlântica	1.800
27 Litoral Norte do Estado da Bahia	Dec. nº 1.046 de 17.03.92	Mata Atlântica	142.000
28 Mangue Seco	Dec. nº 605 de 06.11.91	Mata Atlântica	3.395
29 Marimbus/Iraquara	Dec. nº 2.216 de 14.06.93	Caatinga	125.400
30 Plataforma Continental do Litoral Norte	Dec. nº 8.553 de 05.06.03	Ambiente Marinho	362.266
31 Ponta da Baleia/Abrolhos	Dec. nº 2.218 de 14.06.93	Mata Atlântica/ Ambiente Marinho	345.280
32 Pratigi	Dec. nº 8.036 de 20.09.01	Mata Atlântica	85.686
33 Rio Capivara	Dec. nº 2.219 de 14.06.93	Mata Atlântica	1.800
34 Santo Antônio	Dec. nº 3.413 de 31.08.94	Mata Atlântica	23.000
35 Serra Branca/Raso da Catarina	Dec. nº 7.972 de 05.06.01	Caatinga	57.234
36 Serra do Barbado	Dec. nº 2.183 de 07.06.93	Cerrado	63.652
37 Tinharé/Boipeba	Dec. nº 1.240 de 05.06.92	Mata Atlântica	43.300
38 Lago de Sobradinho	Dec. nº 9.957 de 30.03.06	Caatinga	1.237.374
39 São Desidério	Dec. nº 10.020 de 05.06.06	Cerrado/Caatinga	10.961
40 Rio Preto	Dec. nº 10.019 de 05.06.06	Cerrado/Caatinga	1.146.162

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	ÁREA UC / ÁREA ESTADO (%)
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	02	6.954	0,012
PARQUE ESTADUAL	03	58.096	0,102
MONUMENTO NATURAL	02	804	0,001
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	02	12.168	0,021
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	31	5.972.871	10,528
Unidades de Conservação Estaduais	40	6.050.911	10,666
Superfície Territorial do Estado da Bahia (ha)			56.729.530,00

Ilustração 03: Distribuição das UC no estado da Bahia.

Fonte: INEMA/DIRUC, 2011

Em princípio por lei protegidas, porém, há certo consenso entre os *stakeholders*, inclusive tomadores de decisão, formuladores de políticas públicas, muitos gestores, empreendedores das mais diversificadas áreas que “APA e nada é a mesma coisa”, pois sendo uma UC de Uso Sustentável de extensa proporção normalmente, e forma um mosaico de propriedades privadas justapostas, às vezes, a algumas terras devolutas, e sendo principalmente vista como um instrumento de ordenamento territorial não teria o mesmo rigor de controle e fiscalização, nem seria alvo prioritário no planejamento estratégico de políticas públicas que a fomentassem, protegessem, com a inclusão das populações locais no processo além dos obrigatórios por meios legais, haja vista a preocupação em se implantar conselhos gestores, CG, PM e ZEE. E os coordenadores responsáveis pela salvaguarda desses instrumentos, muitas vezes não conseguem alcançar os objetivos mínimos de execução do básico. Vejamos a situação atual. Não se pode deixar de reconhecer os avanços que foram conquistados, em estabelecer o mínimo de gestores cuidando dessas UC, em especial das APAS, garantindo ainda a estruturação ou reestruturação dos CG para seu efetivo funcionamento, o esforço das coordenações em trazer inovações à pauta de discussões na questão socioambiental, mas muito há que se andar para que se tenha estabelecido a efetiva implantação da UC e as respostas que a comunidade baiana espera até então.

Avançando sobre dados a respeito das situações de UC baianas, temos no universo de 45 UC o seguinte perfil: Todas possuem decreto legal de tombamento; o total de 20 UC que possuem o PM ou algum outro instrumento legal como ZEE, porém há UC que possuem PM e não possuem ZEE, há muitas UC que possuem ZEE, mas não possuem PM aprovado pelo CEPRAM, ou que estão com o ZEE vencido, o que se aplica à APA Serra do Barbado, pois seu PM foi elaborado em 1995, com recursos financiados pelo BID, através do PRODETUR I, por uma empresa de consultoria, não foi aprovado pelo CEPRAM, contudo, em 2002 teve seu Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado pelo CEPRAM, e portanto já está vencido em seu prazo regulamentar para proceder à revisão desse zoneamento, que estranhamente existe sem um PM... Mas retornando á questão macro, das 20 UC com algum instrumento legal efetivo aprovado e publicado pelo Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, CEPRAM, 17 são APAs, sendo que dez apenas possuem PM, todas possuem ZEE, mas absolutamente todos carecem de revisão e atualização tanto de seus planos quanto de seus ZEE.

No tocante á questão das UC que não possuem nenhum instrumento legal, a não ser seu decreto de tombamento, que os balize representa, portanto, 25 UC baianas. Conforme a tabela abaixo se pode perceber que há em processo alguns planos sendo elaborados, outros sendo revistos, e há algumas UC que nem da lista participam, conforme Ilustração 06.

Quadro Resumo das UC Estaduais – Plano de Manejo

UC QUE POSSUEM PLANOS DE MANEJO ELABORADOS E APROVADOS PELO CEPRAM / ou com outros instrumentos legais Válidos (ZEE)	20	1. 2000 – APA Caraíva Trancoso (ZEE) 2. 1996 – APA Coroa Vermelha (PM e ZEE) 3. 1996;2005 – APA Costa de Itacaré / Serra Grande (PM e ZEE; ZEE ampliação) 4. 2002 - APA Gruta dos Brejões / Veredas de Romão Gramacho (ZEE)- 5. 1993 - APA do Guaibim (ZEE) 6. 1998 – APA Ilhas de Tinharé e Boipeba (PM e ZEE) 7. 2002 – APA Joanes - Ipitanga (ZEE) 8. 1998;2002 – APA Lagoa Encantada e Rio Almada (PM e ZEE da área inicial; alteração do ZEE da área inicial) 9. 1998;2002 – APA Lagoas e Dunas do Abaeté (PM e ZEE; alteração do ZEE) 10. 1991 – APA Lagoas de Guarajuba (ZEE e Parâmetros Urbanísticos) 11. 1995 – APA Litoral Norte do Estado da Bahia (PM e ZEE; 2006 alteração parcial; 2008 alteração ZVE,ZME,ZAG) 12. 1994 – APA Mangue Seco (PM) 13. 1997 – APA Marimbus / Iraquara (PM e ZEE) 14. 2000; 2006 – APA Pratigi (PM e ZEE; PM e ZEE área ampliada) 15. 2001 – APA do Rio Capivara (ZEE) 16. 2002 – APA Serra do Barbado (ZEE) 17. 1996;1998 – APA Santo Antônio (PM e ZEE; alteração PM e ZEE) 18. 2005 – Parque Estadual Serra do Conduru (aprova PM) 19. 1988;2000 - Parque Lagoa do Abaeté (ZEE;alteração de ZEE) 20. 1977 - Parque Metropolitano de Pituaçu (Plano Diretor e ZEE)
UC QUE NÃO POSSUEM PLANOS DE MANEJO APROVADOS PELO CEPRAM / ou com outros instrumentos legais Válidos (ZEE)	25	**Planos de Manejo sendo elaborados ou sendo finalizados** 1. Parque Estadual Sete Passagens (a ser aprovado pelo CEPRAM) 2. APA Lago do Sobradinho (avaliar o ZEE) 3. APA Serra Branca / Raso da Catarina (avaliar o ZEE) 4. APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu (elaborar ZEE e Plano de Gestão)
		Planos de Manejo iniciados com pendências administrativas (recursos do Prodetur) 1. APA Baía de Camamu 2. APA Ponta de Baleia Abrolhos • APA Guaibim (tem PM e ZEE; em Revisão) • APA Tinharé – Boipeba (tem PM e ZEE; em Revisão)
		Planos de Manejo sendo revisados: •APA Joanes - Ipitanga (tem PM e ZEE; em Revisão 2011) **Poligonais sendo revisadas:** •APA do Morro do Chapéu •Parque Lagoa do Abaeté (Revisão poligonal e enquadramento no SNUC) •Parque Metropolitano de Pituaçu (Revisão Poligonal e enquadramento no SNUC) **Total de 19 Unidades de Conservação que não possuem Plano de Manejo iniciado**
TOTAL	45	

Ilustração 06: Quadro resumo dos PM APA Bahia.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2012.

Outra situação que é um problema para muitas UC, inclusive e principalmente as de uso sustentável é a ausência de um gestor para dar andamento aos trabalhos básicos. Podemos citar como exemplo a APA Ponta de Baleia e Marimbus Iraquara que atualmente contam com gestão interina, na qual uma técnica do quadro de planejamento acabou por acumular a função para dar resposta á demanda que o Ministério Público indicou, em um caso, e no outro, para que o CG recém formado não se desarticulasse, pois a antiga gestora que procedeu

aos trabalhos de reestruturação do CG da APA Marimbus Iraquara precisou se desligar assim que concluiu os trabalhos eletivos desse, por motivo de ter vencido seu contrato temporário em Regime Especial do Direito Administrativo, REDA. Há ainda gestores que acumulam várias gestões, como é o caso da APA Litoral Norte, Mangue Seco e Plataforma Continental do Litoral Norte, nas quais apenas uma gestora assume a gestão das três UC. Há gestores sem veículo para percorrer tamanhas áreas, há gestores de APAs litorâneas e marinhas sem barcos para fazer monitoramento, mobilização e articulação nas ilhas.

Além da ausência de gestores em muitas UC, falta basicamente a todas as APAs equipe multidisciplinar, e muitas vezes um gestor tem que cobrir, ou pelo menos tentar fazê-lo, áreas com mais de um milhão de hectares, com muitas comunidades envolvidas, vários conflitos socioambientais, várias demandas, e a falta de equipe muitas vezes torna humanamente impossível de se cumprir o que se é exigido minimamente. Outro gargalo é a ausência de orçamento para a gestão, muitos gestores não possuem escritórios sedes, outros possuem escritórios com alguma estrutura, e outros ainda precisam se utilizar de Unidades Regionais, UR, ou Centrais do INEMA para proceder ao trabalho.

A demanda levantada pela comunidade em dar seguimento a procedimentos de fiscalização para se coibir crimes ambientais ou práticas degradadoras do meio ambiente é outro ponto de reclamação comum aos gestores das UC de uso sustentável. Como não são ligados à Diretoria de Fiscalização e Monitoramento (DIFIM), e nem todos são especialistas, os gestores ao se depararem com problemas e conflitos ambientais em suas UC procedem em requisitar fiscalização para dirimir, coibir ou reprimir as atividades poluentes e degradadoras, mas há uma demora no atendimento, e muitos reclamam que não são atendidos, em detrimento de outras áreas que não são especialmente protegidas. Não há uma hierarquização e nem priorização nos procedimentos fiscalizadores no que tange às UC estaduais.

Outro entrave encontrado pelos gestores é o novo fluxo de funcionamento do órgão para o qual foram transferidos com a reestruturação administrativa, o INEMA, e a adaptação aos novos procedimentos previstos para a rotina. Um bom exemplo é a relação DIRUC/Gestores e a Coordenação de Interação Social (CODIS), uma coordenação ligada diretamente à Diretoria Geral (DIREG), e que desde meados de 2012 passou a ser a responsável pelas reuniões de CG. Cabe à CODIS convocar a reunião de conselho, fazer a interlocução direta com os

conselheiros, convocá-los, convidá-los, proporcionar transporte e pagar as diárias devidas aos conselheiros da sociedade civil, providenciar lanches, se for o caso, além de administrar a questão de arquivamento das atas e listas de presença produzidas nas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Ainda é responsável por normatizar e coordenar todos os processos eleitorais dos CG, assim como sua recondução, quando for o caso. Esta mudança de fluxo administrativo tem causado grandes problemas aos gestores e às coordenações da DIRUC, pois desse o surgimento da exigência da estruturação de conselhos gestores a partir da criação da DIRUC, lotada na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, DUC/SEMARH, em 2002, os CG sempre foram atribuição desta área de gestão das UC, sendo considerados, inclusive, o coração desta gestão, onde se estabelece diálogo e articulação com os conselheiros, nas quais se registra a memória e se acumula na DIRUC.

Ademais, houve grande estranhamento entre as duas divisões do INEMA, e muitos gestores têm reclamado de que tem havido um esvaziamento dos conselhos, pois como quem faz a mobilização direta é a CODIS, através de e-mails ou telefonemas, muitas vezes os conselheiros não são contatados e não vão às reuniões, acarretando até problemas de vacância, mais até do que quando apenas os gestores faziam esta mobilização diretamente. Enfim, consideram os gestores que entregar a coordenação dos trabalhos rotineiros dos conselhos gestores à CODIS resultou em uma centralização, e que os escritórios centrais de Salvador, Bahia, não dão conta da complexidade de envolver e mobilizar os componentes dos CG nas mais diversas comunidades e povoados do interior baiano. Vide Ilustração 07:

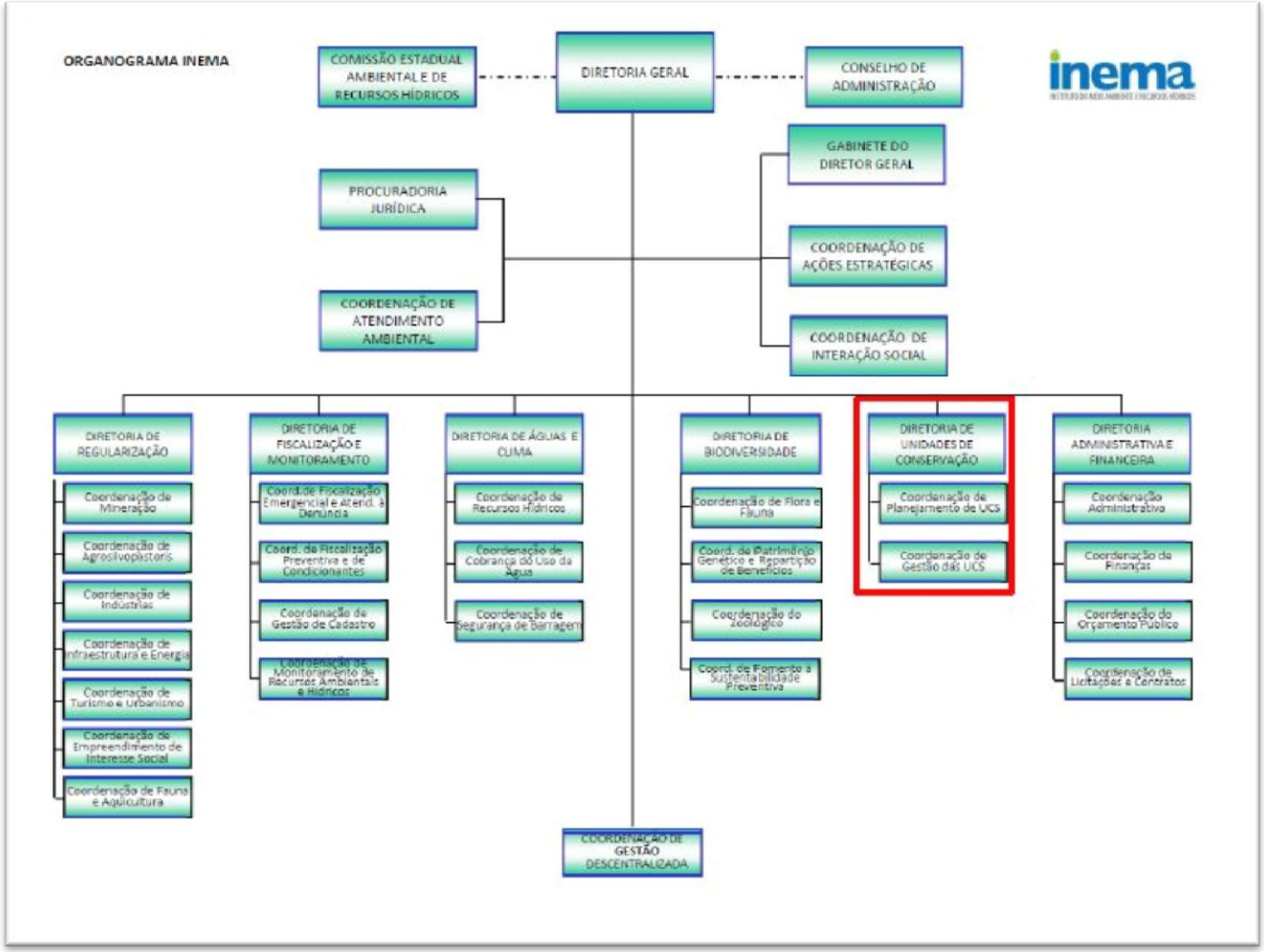


Ilustração 07: Estrutura administrativa e de funcionamento do INEMA.
Fonte: INEMA, 2012

Uma grande demanda das populações internas à APA, principalmente as mais articuladas e sensibilizadas do ponto de vista ambiental é a necessidade de regularização ambiental e o acesso à legalização por meio de procedimentos de licenciamento de suas atividades laborais, principalmente na questão agrícola, entre supressão vegetal e outorgas para recursos hídricos, sejam superficiais e subterrâneos. É outra demanda que atualmente o gestor da UC não pode dar respostas, pois não lhe compete licenciar empreendimentos, nem auxiliar legalmente os moradores de UC em montar processos de licenciamento ambiental. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, SEMA, vem envidando esforços no sentido de descentralizar esse licenciamento, mas ainda faltam quadros técnicos para dar conta da demanda do interior do estado e o acúmulo de processos na Diretoria de Regulação (DIRRE).

2.4.1. A lei complementar nº 140/2011, Novo Código Florestal e novos paradigmas para os gestores das APA

Uma das rotinas dos gestores de APAs no Brasil desde o estabelecimento desta categoria pelo SNUC em 2000 é a realização de análises nos processos administrativos de licenciamento ambiental no interior destas UC. A esta rotina administrativa dava-se o nome de anuência. Estas anuências consistiam em pareceres técnicos que eram emitidas embasadas em argumentos técnicos a respeito do empreendimento a ser licenciado no interior da UC, e que, caso fosse analisado como possível e fosse concedido positivamente para o empreendedor, abria a possibilidade prevista em lei da exigência de condicionantes a serem pagos à APA em forma de apoio ou na realização de programas e projetos socioambientais às comunidades envolvidas com a UC. Esta estratégia era uma das poucas possibilidades que os gestores entreviam como possibilidade de intervenção, poder de decisão sobre o território, e ainda a chance de se trazer à APA alguma contrapartida para ser investida na questão socioambiental.

Destarte críticas feitas a esses processos de anuência, quanto à morosidade no processo geral de licenciamento, ou ainda pela forma vaga e pouco assertiva como muitas vezes se exigiam nas condicionantes, ou ainda a falta de acompanhamento por parte da coordenação responsável, para a garantia da realização efetiva desses condicionantes pelo empreendedor, era através destas

condicionantes que alguma atividade de inovação poderia ocorrer para as comunidades internas às APAs. Há exemplos de iniciativas exitosas envolvendo processos de anuências, condicionantes e implantação de projetos socioambientais, ressaltando a experiência da APA Joanes-Ipitanga em um processo de anuência no qual conseguiu como condicionante da Companhia Elétrica da Bahia (COELBA), em um projeto de eletrificação, apoio para a comunidade de Maracangalha e uma lagoa local que estava sendo degradada pela presença de taboa sem manejo e a reação da comunidade que a incendiava todos os anos. Com esta condicionante o gestor conseguiu articular entre Coelba e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), um projeto para apoiar artesãs desta comunidade a manejar a taboa e transforma-la em objetos de manufatura artesanal com design diferenciado e atualmente são reconhecidas como peças da sociobiodiversidade e de grande procura no mercado de moda e de artesanato.

Em dezembro de 2011, com o advento da lei federal complementar nº 140, as prerrogativas antes delegadas aos estados e à União passam a vigorar também aos municípios brasileiros, que passarão a ter acesso ao licenciamento de forma ampla, incluso nisto a autorização para supressão de vegetação, mediante a estruturação de órgão ambiental responsável com respectivo quadro técnico e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Os municípios também poderão se organizar em consórcios intermunicipais para poderem proceder ao licenciamento e fiscalização de forma conjunta, ou ainda buscar parcerias através de convênios com entes federados como o Estado ou a União para ter acesso à subsídios de ordem técnica para tornarem-se aptos à licenciarem e fiscalizarem. As APAs nesse contexto sofrem um duro golpe em suas atividades rotineiras, pois não mais passarão pelos gestores os processos de licenciamento, nem terão mais acesso à condicionante que, de alguma forma, recompensem-nas diretamente pelos impactos gerados pelos procedimentos de licenciamento de empreendimentos dentro de seus limites. Em contrapartida, não mais terão acesso aos processos de licenciamento, apenas a um comunicado de ciência ao gestor do que está sendo licenciado.

Entende-se que esta lei busca dar concretude ao artigo 225 da CRFB/88 que distribui a responsabilidade sobre o meio ambiente entre os entes federativos, ao mesmo tempo em que tenta desafogar a quantidade de processos de licenciamento ambiental emperrados nas repartições estaduais e federais. Porém, ao se analisar

com maior apuro a situação dos municípios brasileiros, e em especial, os pequenos municípios baianos, inclusive os que compõem a APA Serra do Barbado, e toda a sua fragilidade administrativa, econômica e política é temerário e prematuro tomar tais decisões, ainda mais porque a Lei 140 tem dado margens a várias interpretações, inclusive a que um ente federado não pode submeter o outro, sob pena de se romper o pacto federativo. A consequência desta situação é que muitos municípios estão tomando a iniciativa de licenciar empreendimentos com pouca base legal, sem a devida estrutura administrativa e técnica, o que poderá agravar o quadro de conflitos ambientais e de fomentar atividades impactantes e degradadoras nos territórios municipais, inclusive, nesse caso, nas APA.

Em contrapartida a isso, o Código Florestal que tanto suscitou discussões acirradas entre os ambientalistas e ruralistas, quando foi aprovado trouxe algumas novidades que poderão trazer algum benefício aos camponeses que já tem há décadas e até séculos, problemas com suas APP, como as matas ciliares que foram desmatadas. Um dos grandes problemas para o gestor de UC em área montanhosa, como é o caso da APA Serra do Barbado, é convencer o agricultor a deixar esta área em pousio para recomposição das matas ciliares e até mesmo das encostas, pois pela situação de minifúndio e o declive acidentado, aliado a uma realidade de escassez no regime de chuvas são áreas aproveitadas na agricultura ou na pecuária extensiva. Com a flexibilização do Código Florestal nesse quesito, é possível negociar com o pequeno agricultor a conversão destas áreas degradadas em áreas produtivas na forma de agroflorestas com princípios produtivos da Agroecologia. A Reserva Legal (RL), também foi flexibilizada e será uma nova moeda a ser negociada com os agricultores no quesito compensação em outras áreas. Os proprietários de pequenas glebas rurais foram beneficiados politicamente com a flexibilização da lei 12.651 de 25 de maio de 2012, resta saber se do ponto de vista ambiental a coletividade também será beneficiada. Resta ainda saber se o acesso dado aos municípios no licenciamento não resultará em judicialização dos processos autorizativos através de recursos e ações civis públicas oferecidas ao Ministério Público para a defesa ambiental e da integridade mínima das paisagens e dos recursos naturais.

Desses sucessos resultou a necessidade da DIRUC em rever seus procedimentos e as mudanças legais acabaram por ocasionar o reposicionamento da maneira de se conceber a gestão, e houve, forçosamente, uma mudança

paradigmática nos modelos e estratégias, e a equipe foi chamada a repensar seus conceitos a respeito da conservação. Se por um lado os gestores tiveram uma sensação de perda, de insegurança por um modelo contumaz perdido, esta crise abriu a possibilidade de se olhar para a gestão sob uma nova perspectiva, a da possibilidade que as novas bases legais abram para novos conceitos como Pagamento por Serviços Ambientais, projetos socioambientais, novos horizontes para a gestão, novos desafios e novos obstáculos a transpor.

Atualmente há um esforço de entendimento entre as diferentes diretorias e os fluxos de funcionamento na autarquia INEMA e no Sistema SEMA para dar aos procedimentos maior eficiência, efetividade e eficácia. Os recursos limitados, as inovações administrativas, o número reduzido das equipes, de forma geral, de todas as diretorias, são desafios para se vencer, obstáculos a se transpor para a consecução dos objetivos do Sistema SEMA (SEMA, CERB, INEMA):

> A Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA) tem por finalidade assegurar a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente, com respeito à diversidade étnico-racial-cultural e à justiça socioambiental no Estado da Bahia. (PINHEIRO, 2012, p. 15)

Nesse sentido, é necessário ressaltar as inovações e as tentativas empreendidas pela equipe da DIRUC, entre Coordenação de Gestão (COGES), e Coordenação de Planejamento (COPLA), para a implantação efetiva das UC baianas, com ênfase neste estudo, para as APA. Vide Ilustração 08:

Ilustração 08: Estrutura da DIRUC.
Fonte: DIRUC, 2013.

Em abril de 2012 foi realizada uma oficina com o enfoque especial em APA, realizada pela DIRUC e ministrada pelo técnico Marcos Pinheiro, biólogo com grande experiência em planejamento de UC, consultor contratado pela Organização Não Governamental (ONG), Conservação Internacional-Brasil, CI-Brasil, em parceria com o governo do estado da Bahia. Esta oficina foi dividida em dois grandes temas, um deles de diagnóstico, e o outro de alternativas de implementação. Nesta oficina foi gerado um relatório síntese que dentre outras coisas resgata os objetivos básicos das APA de acordo com o SNUC: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (art. 15, Lei 9985, de 2000). E neste sentido:

> Portanto, as APAs detêm grande potencial para servir como instrumentos de ordenamento territorial, planejamento e gestão participativa, trabalhando, na prática, temas desafiadores como o desenvolvimento sustentável, a gestão de riscos, e a adaptação e mitigação dos ecossistemas e espécies frente às mudanças climáticas. A conservação e recuperação da biodiversidade da Bahia é um grande desafio para a CI-Brasil e para o Governo da Bahia, pois

> o conhecimento sobre a biodiversidade desta região é incompleto e o estado está sob forte pressão antrópica. (PINHEIRO, 2012, p. 12)

Assim sendo, depois de apresentado o diagnóstico e demonstrando o quanto as APA são a maior realidade em conservação na Bahia, grande parte já delineada neste capítulo e pelas tabelas apresentadas, passou-se a apresentar a busca pela viabilidade alternativa destas UC de uso sustentável, de modo a formatar estratégias de conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável para o Estado da Bahia. Em primeiro lugar foi apresentada as APA, segundo os conceitos da União Internacional pela a Conservação da Natureza (UICN), que normatiza uma APA e a relaciona à Categoria V, no que tange às paisagens protegidas e seu objetivo central: "superfície de terra, podendo incluir costas e mares, na qual a interação do ser humano e da natureza, ao longo dos anos, produziu uma zona de caráter definido, com importantes valores estéticos, ecológicos e/ou culturais e que frequentemente abriga uma rica diversidade ecológica. Salvaguardar a integridade dessa interação tradicional é essencial para a proteção, a manutenção e a evolução da área". (UICN,19xx). As áreas protegidas categoria V são paisagens terrestres ou marinhas alteradas pelo humano, dependendo assim da intervenção contínua para manter suas propriedades, incluindo a biodiversidade, a conservação da natureza, bem como a cultura humana em interação com o entorno paisagístico e ecológico. Os objetivos da categoria V são: Manter uma interação equilibrada entre a natureza e a cultura mediante a proteção da paisagem e/ou gestão do meio ambiente e abordagens tradicionais, as sociedades, culturas e valores espirituais associados; Contribuir para a conservação em larga escala, mantendo paisagens culturais e as espécies associadas e/ou fornecer oportunidades para a conservação em paisagens que têm um alto nível de uso; Proporcionar oportunidades para o bem-estar, gozo e atividades socioeconômicas através de recreação e turismo; Fornecer produtos naturais e serviços ambientais; Fornecer uma estrutura para apoiar a participação da comunidade na gestão das paisagens terrestres e marinhas; Incentivar a conservação da biodiversidade e agir como modelos de sustentabilidade para identificar lições que podem ser aplicadas de forma mais ampla.

Por isso, é importante se desenhar um perfil básico para entendimento da gestão das APA: 1 – APA como elemento integrador de gestão de território na escala da paisagem e como amortecimento para uma possível gestão em mosaico

de UC; 2 - APA é um importante instrumento de gestão territorial, de sensibilização e mobilização social, porém a categoria possui baixa credibilidade entre os órgãos ambientais. Sem vontade política, o instrumento de ordenamento territorial não se implementa; 3 - A principal premissa do gestor de APA é ser um grande articulador no estabelecimento de parcerias; 4 - A gestão participativa, descentralizada e integrada são importantes componentes da gestão das APA, em especial a participação ativa da sociedade civil e dos conselheiros gestores na solução de problemas. Destaca-se a capacitação continuada de conselheiros para uma discussão aberta e democrática no conselho; 5 – E necessário avançar na elaboração dos planos de manejo e na criação de conselhos gestores que faltam. 6 - A precária estrutura para a gestão da unidade, a dificuldade de articulação entre os órgãos públicos, a falta de fiscalização e a "presença do estado, baseada no desenvolvimento com bases conservacionistas" são pontos fundamentais para avançar a efetividade de gestão das APA.

Nesta oficina foi aplicada a ferramenta metodológica SWOT para definição de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, FOFA, e foram abordados os seguintes eixos: 1. Proteção do Patrimônio das UC da Bahia, 2. Definição de processos para a fiscalização integrada; 3 - Fortalecer a participação social na gestão das APA; 4 - Acompanhar a reestruturação da diretoria, 5 - Melhorar os processos e fluxos da gestão das APA; 6 - Direcionar políticas públicas para as APA; 7 - Fortalecimento do conceito das APA junto aos tomadores de decisão, 8 - Apoiar a regulamentação da categoria APA, 9 - Oferecer melhores condições de trabalho para os gestores da APA. Esses eixos foram desdobrados em fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, acompanhando a matriz metodológica SWOT.

Uma das grandes contribuições que esta oficina trouxe enquanto inovação de estratégias e modelos de gestão de UC de uso sustentável foi a possibilidade da criação de um fundo fiduciário para aplicação dos recursos na gestão das APAs e o consultor citou a experiência exitosa das APA do Amazonas que atualmente se mantém a partir desse fundo criado a partir de uma iniciativa do governo do estado do Amazonas que conseguiu atrair coinvestidores do capital privado de grandes empresas como a Coca-cola, o Bradesco, e a rede de supermercados Wal-Mart . Esse entes investiram 100 milhões de dólares que são administrados por uma consultoria financeira, que por sua vez investe estes recursos na Bolsa de Valores, os rendimentos líquidos são revertidos em projetos e programas para 32 APA do

estado do Amazonas. Esses programas e projetos por sua vez são desenhados e decididos quais serão aplicados por prioridades eleitas pelos CG das respectivas UC.

2.4.2. A experiência piloto de PSA na APA Estadual de Pratigi: a iniciativa bem articulada de uma OSCIP

Apesar da Bahia ainda não ter um marco regulatório que abranja os Pagamentos por Serviços Ambientais, PSA, a região sul baiana já se adiantou e uma OSCIP, a Organização de Conservação da Terra, OCT, tomou a iniciativa de conceber, elaborar, propor e implementar um projeto de PSA na região dos municípios de Ibirapitanga, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Ituberá, no âmbito da APA Estadual de Pratigi, no bioma Mata Atlântica.

Este projeto consiste em premiar financeiramente os produtores rurais que manejem suas matas, solos e mananciais hídricos dentro de suas propriedades de forma a objetivar a conservação dos recursos naturais em consonância com as atividades produtivas agrícolas e pecuárias.

Este projeto é financiado pela Fundação Boticário, com apoio da metodologia da Agência Nacional de Águas, ANA, mas não só. A OSCIP promotora principal do evento demonstrou uma grande capacidade de articulação ao conseguir atrair vários parceiros, tanto do segmento governamental quanto de origem privada e até Instituições de Ensino Superior, IES, representativas na região: Companhia de Ação Regional, CAR, Governo do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, MPE, Consórcio Intermunicipal da APA do Pratigi, CIAPRA, Fundo Nacional para a Biodiversidade, FUNBIO, além dos parceiros de iniciativa privada: BRASKEM, Fundação Odebrecht, Odebrecht Ambiental, Odebrecht Infraestrutura, Odebrecht Óleo e Gás, Odebrecht Realizações Imobiliárias, Odebrecht Transport e IMAFLORA. E as IES que estão como parceiras são a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UFRB, Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS e a Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC.

Na realidade a OCT tem vários projetos articulados a partir do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia (PDCIS), fomentado pela Fundação Odebrecht e parceiros públicos e privados. Segundo a OCT: “O desafio é

tornar a região próspera socioeconômica e ambientalmente, de forma sustentável, fixando os jovens no campo, em seus locais de origem, integrados a suas famílias. " Para alcançar este objetivo foram traçadas algumas estratégias, que se traduzem na instauração de um Conselho Gestor dos Projetos, no qual estes entes parceiros são membros, apoiadores técnicos, financeiros, mobilizadores, de pesquisa, de regulação, auditoria, estruturantes para a realização deste projetos. Um dos projetos que paga diretamente pelos serviços ambientais ao produtor rural é o Produtor de Água do Pratigi, PAP, que além de distribuir mudas, também oferece assistência técnica, novas metodologias produtivas, educação ambiental e acesso à qualidade socioambiental de seus produtos, objetivando a comercialização.

É importante ressaltar o prodígio deste programa em conseguir criar um Consórcio intermunicipal da APA do Pratigi, incluindo todos os municípios da abrangência desta UC, o que dá maior dinâmica à mobilização dos stakeholders locais. A metodologia do PDCIS é orientada pelos Objetivos do Milênio da ONU, e esta dinâmica tem conseguido atrair vários parceiros para os projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O projeto, em primeiro lugar identificou sub-bacias estratégicas, rio Mina Nova e rio Vargido, para a recuperação, proteção e conservação, e os proprietários rurais. A meta é a recuperação de 311 hectares de mata atlântica, que abrangem 55 nascentes. Atualmente 46 produtores rurais estão cadastrados para as atividades previstas no projeto, inclusive recebendo recursos de pagamentos por serviços ambientais, tendo como contrapartida a assunção de metas, obrigações e condicionantes a serem cumpridas ao longo do processo.

Esta metodologia é claramente inspirada na metodologia da ANA, no seu projeto piloto Produtores de Água, com experiências realizadas e resultados aferidos no Distrito Federal[4].

Não é possível não notar, que, apesar de toda a abrangência deste projeto, da dinamização do território especialmente protegido, e até da atuação e apoio do Governo do Estado da Bahia e da CAR, não é, em momento algum citado o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, INEMA, ou Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, SEMA, responsáveis diretos pela UC,

---

[4] Sobre esta metodologia voltaremos a falar de maneira detalhada no capítulo 5 sobre o Projeto de Intervenção proposto nesta dissertação-projeto, no qual utilizamos como base metodológica o projeto da Agência Nacional de Águas, ANA, na sub-bacia do Rio Piripipau.

especificamente como membro, corresponsável pelas ações. Inclusive, a APA do Pratigi nestes últimos anos estava sem um gestor efetivo responsável por si, além de não possuir Conselho Gestor, e estar precisando da revisão do seu plano de manejo.

Portanto, fica a questão, uma UC sem seus instrumentos básicos de implementação e manejo, que é da competência e obrigação do seu responsável legal, o estado da Bahia, possui uma dinâmica de entes que pertencem ao terceiro setor e da iniciativa privada, que conseguem fazer, de maneira independente, as iniciativas acontecerem no território. Por outro lado, esta região, é uma região de grande atração econômica, seja pelo turismo, seja pelos interesses em matrizes energéticas, a exemplo do gás natural que será explorado no subterrâneo de suas águas de estuário. É algo complexo de se avaliar: Um território protegido só será viabilizado financeiramente quando houver interesses em jogo de grandes empresas? Interesses estes, muitas vezes, de grande impacto ambiental.

Sem sombra de dúvidas, é uma iniciativa ousada, grandiosa, pioneira, que poderá trazer grandes ativos socioambientais para a região, mas é complicado pensar que o ente que deveria estar alavancando, mediando,buscando as articulações em iguais condições de igualdade e com o mesmo interesse das instituições privadas e de terceiro setor, sequer esteja participando com o básico de seus instrumentos de gestão, um gestor, um conselho gestor, e um plano de manejo revisto e atualizado. Ainda não se pode deixar de pontuar a reflexão de que, quando a comunidade se apropria do território, é capaz de se mobilizar, independente do Estado, e seu poder de comando e controle.

2.5. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APA SERRA DO BARBADO, A ATUAL SITUAÇÃO DA GESTÃO

A APA Estadual Serra do Barbado foi tombada pelo Decreto Estadual nº 2.183 de 05 de junho de 1993, sob a influência do momento de boom turístico que a Bahia vivia devido ao PRODETUR-NE, financiado pelo BID. Tanto que seu decreto de tombamento foi promovido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e pela SEPLANTEC. Pelo decreto não é possível definir com clareza qual o principal objetivo proposto pelo tombamento desta UC, mas infere-se pelo texto de seu

decreto que seria o ecoturismo seu principal objetivo, ou seja, manutenção e preservação da paisagem, da beleza cênica. Sua primeira administração se deu pela Bahiatursa, empresa de turismo do estado da Bahia, inclusive delegando para esta autarquia a responsabilidade em elaborar seu PM no prazo de 18 meses e ainda a competência de emitir pareceres técnicos em ocasião de licenciamentos ambientais. Ainda deveria proceder à fiscalização e monitoramento dos empreendimentos que por ventura se estabelecessem no local. Inicialmente sua poligonal abrangia os municípios de Érico Cardoso, Piatã, Abaíra, Rio de Contas e Rio do Pires, posteriormente foi incorporado o município de Jussiape, pois no processo de tombamento não foi percebido que a poligonal passava numa pequena parcela deste município. (BAHIA, 1993).

Em 1995, sob a influência do processo eclodido pelo PRODETUR I, foi elaborado, mediante contratação de empresa, com dinheiro financiado pelo BID, um PM para esta UC, juntamente com o PM da APA Marimbus-Iraquara. Porém não se conseguiu explicar até então, o PM desta UC foi aprovado pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), enquanto que o da APA Serra do Barbado não, e não se conseguiu resgatar o original do documento produzido até para averiguar os possíveis problemas técnicos ou políticos que este plano pode ter apresentado, enfim, o que teria acarretado sua não aprovação.

No ano de 2002, por ocasião da segunda etapa do PRODETUR, foi elaborado e aprovado o ZEE da APA Serra do Barbado, em forma de Resolução aprovada pelo CEPRAM, inscrita sob o número 2945, publicada em 22 de fevereiro e que definia suas zonas, as atividades possíveis de serem realizadas e as localidades que cada zona abrangia.

Nesse Zoneamento Ecológico Econômico são determinados os instrumentos legais, normas e parâmetros que balizarão as atividades a serem desenvolvidas nessa UC. Vide Ilustração 04:

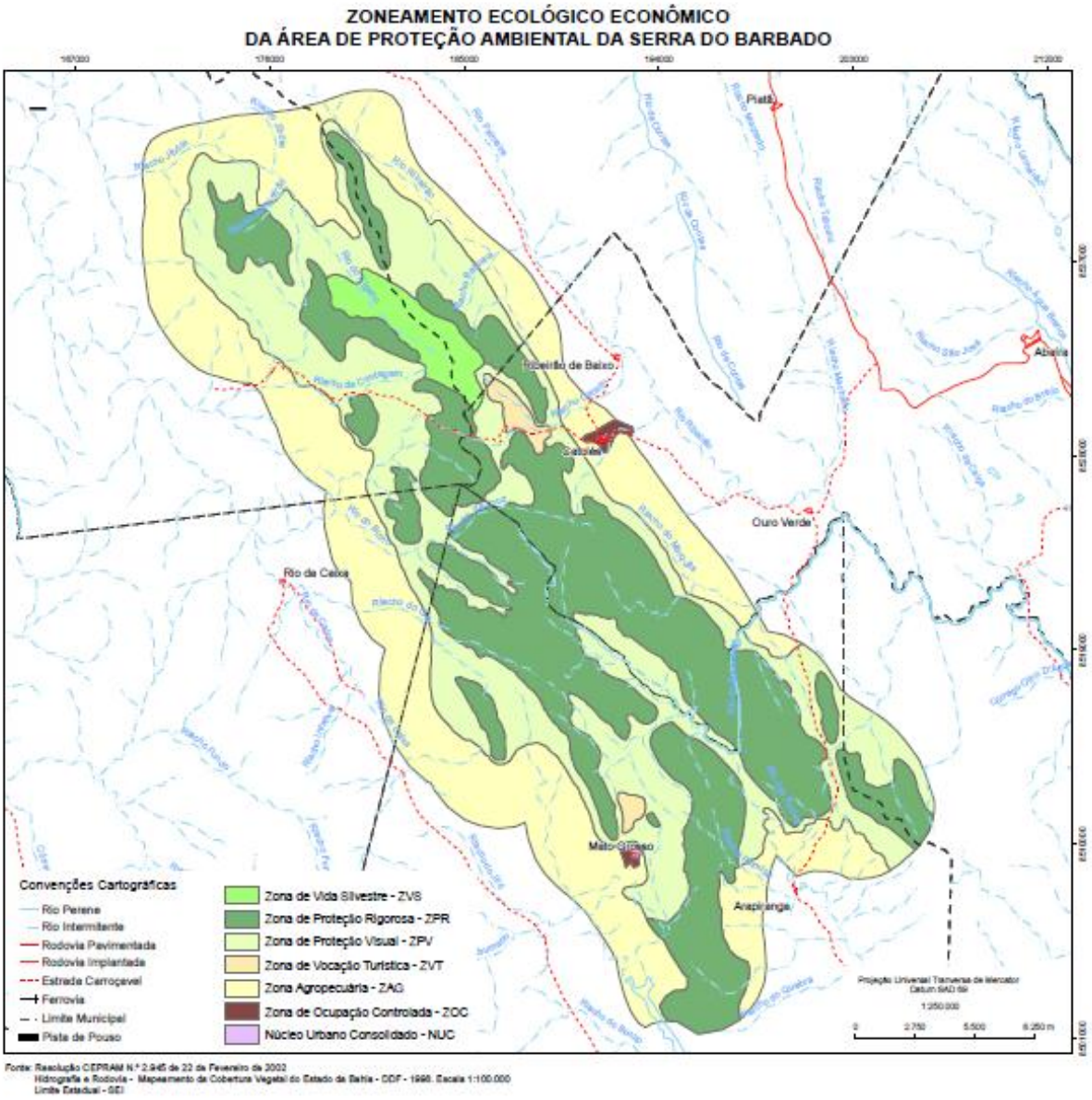


Ilustração 04: Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Serra do Barbado.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2013.

O ZEE é subdividido nas seguintes zonas: Zona de Vida Silvestre (ZVS), Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), Zona de Proteção Visual (ZPV), Zona de Agricultura e Pecuária (ZAG), Zona de Ocupação Controlada (ZOC); Núcleo Urbano Consolidado (NUC), e Zona de Vocação Turística (ZVT). As ZVS são estabelecidas basicamente nas matas ombrófilas densas e semideciduais situadas próximas ao Pico do Barbado e Pico do Itobira. As ZPR situam-se nas cotas de maior altitude da

APA, abrangendo áreas de capões, florestas estacionais e campos rupestres de altitude.

No anexo I que detalha cada zoneamento, ambas as zonas são relacionadas como “credenciadas a se tornarem Unidade de Conservação de Proteção Integral”, ou seja, desde esta época, há um anseio por parte do quadro técnico em ter parte desta UC convertida em UC de uso indireto, com maiores restrições e maior preservação. A ZPV prevê as pradarias, campos e ainda alguns pequenos povoados de baixa densidade domiciliar e demográfica, com o perfil de comunidades agroecológicas, inclusive em suas normativas está previsto a proibição de uso de agrotóxicos em lavouras nesta zona. A ZAG é considerada uma área bastante antropizada, situada nas menores cotas altimétricas da APA Serra do Barbado.

Está previsto em seus parâmetros ambientais atividades como mineração e garimpo, pecuária intensiva de semiconfinamento, vocação para turismo rural e ainda preservação de refúgios de vida silvestre. Quanto a ZOC é descrita como áreas antropizadas, sob influência urbana com características de expansão residencial, contendo quintais e pequenos roçados, já havendo uma forte influência da pressão demográfica local possuindo demarcação informal de lotes. São representadas pelo entorno dos núcleos urbanos de Catolés, Abaíra, e de Mato Grosso, Rio de Contas. Seus parâmetros ambientais definem a necessidade de se regular o parcelamento do solo, mediante lei 6766/79, gabarito máximo para construções de 7,5 metros, declive de telhado no mínimo de 30%, índice de permeabilidade de 0,6 em terrenos de 500 metros quadrados como padrão mínimo. É pontuada ainda a questão do saneamento básico na questão dos resíduos sólidos e esgotos que deverão ser “gerenciados adequadamente”.

O NUC corresponde aos dois distritos interno à APA, o povoado de Mato Grosso, em Rio de Contas, e o povoado de Catolés, em Abaíra. Apresentam parâmetros semelhantes aos da ZOC, com o acréscimo de se ressaltar a importância cultural e histórica de seu patrimônio arquitetônico, inclusive com a observação de se promover o retorno de fachadas modernas ao padrão colonial histórico. A ZVT é um capítulo à parte no histórico do zoneamento da APA Serra do Barbado.

Em 2001 foram feitas duas reuniões, uma espécie de consulta pública, uma no povoado de Mato Grosso, e outra no povoado de Catolés, para se decidir pela inclusão desta Zona no processo de zoneamento da APA Serra do Barbado. A

proposta do técnico representante da Coordenação de Desenvolvimento do Turismo (CODETUR), era de instalação de um complexo turístico em cada região destes povoados, com 2 mil leitos cada um, próximos à pontos turísticos internos a ZPR. À época, ambas as comunidades consultadas optaram por não querer a ZVT em áreas distantes como foi proposto pela CODETUR e CRA, mas sim próximo à ZOC e ao NUC. Pelo que pudemos perceber na descrição da ZVT no anexo I da Resolução nº 2945 do CEPRAM as comunidades consultadas não foram atendidas, porém até a presente data não há nenhum tipo de plano de instalação de empreendimentos turísticos nestas áreas.

Analisando o ZEE da APA Serra do Barbado percebem-se algumas incongruências no seu nascedouro, como por exemplo, indica-se o que fazer e o que permitir, o que coibir, o que incentivar e estimular, mas não se responsabiliza quem se encarregará de levar a cabo tais parâmetros, como por exemplo, a questão do saneamento básico, também não se determina quais programas e projetos que incentivarão os agricultores e pecuaristas a implantarem sistemas agroflorestais, agricultura orgânica e semiconfinamento pecuário. Os parâmetros ambientais são bem interessantes quando se pensa em ordenamento do território, conservação ambiental e bem estar da população envolvida, porém não são suficientes para dar concretude às demandas entrevistas pelos técnicos que decidiram estes parâmetros e o zoneamento de forma geral.

A APA Serra do Barbado possui uma área de 63.652 hectares e um perímetro de 121 quilômetros, abrangendo as serras de maior altitude do Nordeste brasileiro, porém não se sabe por que no zoneamento e no levantamento cartográfico ficaram fora da poligonal ou pela metade, acidentes geográficos e obras de arte humanas, como por exemplo, a Serra do Porco Gordo e o açude Luís Vieira, em Rio de Contas, ficaram metade dentro da poligonal, metade fora da poligonal e a Serra das Almas ficou inteiramente fora, apesar de abrigar um dos pontos culminantes, o Pico das Almas, e as nascentes de rios importantes, o Rio Brumado e o Rio Paramirim.

O ZEE da APA foi aprovado em fevereiro de 2002, porém a formação do CG só foi iniciada em 2004, com a eleição no ano de 2005, vencendo assim em 2007. Este conselho não foi reconduzido neste ano, nem nos subsequentes, e em 2011 com a nova gestão e as mudanças administrativas governamentais foi reestruturado, procedeu-se à mobilização, e em setembro deste mesmo ano foi realizada a eleição

em Abaíra, dando assim resposta às exigências legais previstas no SNUC e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, SEUC, de manter em funcionamento um CG. As reuniões acontecem bimestral ou trimestralmente, sua pauta de convocação é divulgada com 15 dias de antecedência e busca-se nesse espaço de diálogo levar aos conselheiros os planos, projetos, demandas e sucessos protagonizados pela gestão.

Em agosto de 2012 foi dado início ao processo de elaboração do PM da APA Serra do Barbado, formando uma equipe técnica, formada pela equipe da Coordenação de Planejamento, a gestora em exercício, e alguns técnicos voluntários, membros do CG da APA Serra do Barbado ou ainda da ARIE Nascentes do Rio das Contas. Em março do ano de 2013 foi realizado um encontro em Rio de Contas para a construção do Mapa Falado, uma das etapas previstas, que consiste em uma reunião de escuta popular para delinear a percepção que os moradores da APA Serra do Barbado ou pessoas relacionadas a ela geográfica e/ou historicamente tem desse território, seus potenciais, seus problemas. Esse Mapa Falado é uma das etapas iniciais para a elaboração do Termo de Referência (TDR) que servirá de base para a licitação e posterior contratação de uma empresa ou consultoria que executará a etapa de diagnóstico e a elaboração do PM de forma participativa e acompanhada pela equipe técnica escolhida inicialmente. (DIRUC/INEMA, 2013)

Apesar de estar previsto o PM da APA Serra do Barbado no Plano Plurianual (PPA) do governo do Estado, em agosto foi publicado um decreto de contingenciamento econômico, e todos os processos, inclusive a licitação do TDR, foram paralisados, aguardando um momento mais “propício” para dar continuidade às etapas previstas para o PM finalmente se tornar uma realidade para a APA Serra do Barbado que já existe há 21 anos e ainda não possui uma baliza que norteie sua gestão. Assim sendo, os instrumentos de gestão da APA Serra do Barbado ainda não são suficientes sequer para aferir se esses dariam conta de efetivar a gestão desta UC de Uso Sustentável.

Atualmente o que se percebe é que posterior à reunião de Mapa Falado que teve um grande acolhimento por parte dos conselheiros, com grande quórum, talvez pelo fato de não ter dado continuidade ao cronograma pactuado, talvez pelo contingenciamento diminuir a capacidade de suporte às reuniões ordinárias do Conselho, talvez ainda pela falta de acontecimentos concretos nas comunidade da

APA, o que temos visto é um grande esvaziamento nas reuniões ordinárias do CG. As entrevistas aos conselheiros e *stakeholders* de maneira geral buscarão responder a esta problemática percebida na situação atual da gestão da APA Serra do Barbado.

Em setembro de 2013 foi formada finalmente uma Câmara Técnica (CT), de Educação Ambiental com a escolha de alguns membros do CG e outras pessoas indicadas para dar resposta a uma demanda da Coordenação de Planejamento na área de Educação Ambiental. Foi sinalizada por esta coordenação a previsão de capacitação das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental por um convênio da SEMA via Diretoria de Educação Ambiental e Sustentabilidade (DIEAS), e Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM). A previsão inicial seria da capacitação em dezembro, mas ao que tudo indica, será realizada no início do ano de 2014, após o Carnaval.

Outra iniciativa da DIRUC e abraçada pela gestão local como a possibilidade de uma ferramenta de trabalho, se não um instrumento legal, foi um convênio realizado entre a CI-Brasil e a DIRUC, que submeteram ao Fundo Nacional de Biodiversidade (FUNBIO), um projeto, sendo aprovado, que consistiu em capacitar os gestores de UC, conselheiros e ONGs parceiras, com ênfase em APA, para a elaboração e gestão de projetos socioambientais e captação de recursos. Foi realizado em 03 módulos a partir de junho terminando em outubro de 2013 e a gestão participou de todos os módulos, apresentando parceiros, elaborando projetos com os conselheiros através de suas associações, submetendo-os a editais. Foram elaborados e apresentados quatro projetos. Um foi aprovado, já está em fase de convênio e aguarda a liberação do recurso. Outro foi apresentando, porém não foi aprovado e será reapresentado em outro edital. Os dois restantes aguardam resultado do edital.

Esta iniciativa busca ser uma resposta aos anseios da população habitante e relacionada à UC, que precisa começar a ver um diferencial positivo e concreto em ser morador da APA Serra do Barbado, além das restrições e coibições das quais percebe ser muitas vezes o alvo principal, quando das operações de fiscalização protagonizadas pelo INEMA no período de estiagem, no Programa Bahia Sem Fogo.

2.6. ZEE DA BAHIA: NOVA POSSIBILIDADE DE INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE SURGE NO HORIZONTE.

Uma das possibilidades em marcos regulatórios que venham a auxiliar a sustentabilidade das UC baianas é um instrumento político previsto ainda pela PNMA em 1981, e que está sendo discutido e planejado pelo Governo do Estado da Bahia, o Zoneamento Ecológico-Econômico, ZEE, que objetiva compatibilizar desenvolvimento com preservação e conservação ambientais.

Apesar da leniência com que tem sido tratado tão importante marco regulatório, a partir do decreto federal nº 4297/2007 foram estabelecidas normas e critérios para a sua elaboração, e no polêmico novo Código Florestal, sob a lei nº 12.651 de maio de 2012 determina que os estados brasileiros que ainda não possuam tal marco regulatório que sigam as instruções da metodologia federal unificada e que possuem o prazo de cinco anos para estabelecerem seu ZEE.

Assim sendo, a Bahia deu início às suas atividades com foco na elaboração do ZEE ainda no ano de 2012, a partir de levantamentos, georreferenciamentos, propondo uma metodologia de zoneamento e algumas diretrizes preliminares para o desenvolvimento destas zonas buscando a compatibilidade com a conservação de seus recursos naturais, e lançou através das Secretarias de Planejamento, SEPLAN, e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, SEMA, o ZEE participativo com algumas escutas públicas e audiências propostas por zonas.

A metodologia adotada previa três dimensões: A Qualidade Ambiental, as Vulnerabilidades Naturais e as Possibilidades e Limitações ao Desenvolvimento. Os vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia foram reagrupados em 36 macrozonas, e dentre elas está a Zona 09, que abrange integralmente a APA Serra do Barbado e seus seis municípios componentes.

No que se refere à UC de uso sustentável em tela, é necessário fazer um escrutínio nas diretrizes gerais previstas para esta zona e suas UC de maneira em geral e ver em que medida o ZEE poderá contemplar algum tipo de estratégia de desenvolvimento para esta região, especificamente para a APA Serra do Barbado, alvo desta pesquisa.

Pode-se resumir as quatro diretrizes gerais da seguinte maneira: 1. Conservação de áreas importantes para a biodiversidade e para manutenção dos serviços ambientais em seus biomas existentes, e seus monumentos naturais

com características etnobiológicas, a exemplo, as cavernas; 2. A compatibilização de atividades produtivas com a preservação cultural dos povos tradicionais, com nota especial à questão da disponibilidade hídrica e manutenção dos solos e paisagens singulares; 3. Aproveitamento do potencial eólico com mitigação de seus impactos sociais e ambientais; 4. Promoção do manejo sustentável dos solos, inclusive os utilizados mais intensamente pela agricultura temporária de larga escala.

No quesito das diretrizes específicas para esta zona foram elencados dezoito itens nos quais os itens 01, 02, 04, 05 e 08, se referem diretamente às UC existentes, com destaque para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, enquanto uma UC de proteção integral federal, e a ARIE das Nascentes do Rio das Contas, como uma UC de uso sustentável estadual. Estes itens falam da necessidade de políticas públicas como criação de corredores ecológicos, acompanhamento dos proprietários rurais em suas zonas de amortecimento, e no caso da ARIE, de seu interior, para a regulamentação de suas reservas legais, financiamentos facilitados, acesso à regularização de uso da água e zoneamento agrícola. Há ainda a menção de forma generalizada à Zona 09, da necessidade de se implantar políticas de pagamentos por serviços ambientais, incentivo a recomposição de áreas degradas, estímulo à produção agroecológica, acesso às tecnologias sociais, melhoria na infraestrutura hídrica e na assistência técnica e extensão rural, além de políticas para a prevenção e redução dos incêndios florestais. O item 06 é muito claro em defender os pagamentos por serviços ambientais, de modo a agregar valor econômico associados a biodiversidade, priorizando povos e comunidades tradicionais que os geram.

São diretrizes, portanto, que poderão beneficiar diretamente a APA Estadual Serra do Barbado, apesar de que, nestas mesmas diretrizes, esta UC não configure inicialmente como área prioritária para atenção e políticas públicas de incentivo, se comparada ao Parque Nacional da Chapada Diamantina e à ARIE Estadual das Nascentes do Rio das Contas. A última audiência pública foi feita no mês de março deste ano e o documento final, pactuado com as diversas entidades representadas dos diversos territórios baianos, deve tramitar pela Assembleia Legislativa para ser sancionado em forma de lei estadual.

No que tange á APA Serra do Barbado, percebe-se que caberá muito aos seus agentes locais, representantes do poder público municipal, movimentos sociais, sociedade civil organizada e entes da iniciativa privada, a sua capacidade de articulação, inclusive através do seu Conselho Gestor, CG, para que esta unidade de conservação se beneficie diretamente das previsões de desenhos de políticas públicas que possam favorecer o desenvolvimento sustentável deste território. Em resumo, pode-se inferir que este marco regulatório sirva de alento para os stakeholders como instrumento legal, com previsão orçamentária mínima, que possibilite a adoção de novas práticas e estratégias que favoreçam ao mesmo tempo, a inclusão social e econômica e a conservação e valorização da biodiversidade.

3. EXPLICITAÇÃO DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS, PRÁTICOS E METODOLÓGICOS

3.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS UC DE USO SUSTENTÁVEL 1.3

Segundo Diegues (2008, p. 17), a criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. A definição de áreas protegidas para conservação *in situ* das diferentes formas de vida foi, inclusive, recomendada pela Convenção sobre Diversidade Biológica às partes signatárias, como é o caso do Brasil. Entretanto, a falta de recursos financeiros é o principal obstáculo para a criação e manutenção dessas áreas. (DIAS, 2011)

Foi considerado um avanço a inclusão de categorias de UC que previssem a manutenção das propriedades privadas, as populações camponesas e tradicionais, a não obrigatoriedade de desapropriações e reassentamentos destas populações, mas faltou ao Poder Público definir quais seriam as estratégias que melhor se adaptariam a essa modalidade nova de áreas protegidas e sua gestão.

Mesmo que não houvesse reassentamentos, nem desapropriações, o processo de tombamento das UC de Uso Sustentável, e no caso da Bahia, muitas delas antes da publicação do SNUC, houve vários problemas inerentes a esses processos: ausência de consulta pública, falta de clareza nos objetivos e finalidades da criação e a abordagem da gestão com a primazia em se coibir e reprimir as práticas, muitas vezes seculares, dos seus habitantes em suas práticas laborais e

culturais. Se uma UC de proteção integral já apresenta problemas com orçamento, quadro técnico e estrutura, nesse cenário apresentado, o caso de uma UC de uso sustentável é muito mais dramático nesse aspecto.

O caso da APA Estadual Serra do Barbado não poderia ser diferente, é uma área de significativo tamanho, com uma densidade demográfica relativamente baixa, distribuída entre serras e vales, com estradas de difícil acesso, entrecortadas por riachos, muitas pequenas propriedades rurais, praticantes, em sua maioria, do policultivo, conduzidas por agricultores familiares, com produção de subsistência de baixa produtividade em números absolutos, pouco acesso às tecnologias rurais, assistência técnica e extensão, muitos conflitos por água, degradação na integridade da paisagem pelos desmatamentos em APPs, uma riqueza cultural subjacente de várias vertentes e matrizes, e apenas um gestor para dar conta de tamanha pluralidade de demandas distribuídas entre mais de 50 povoados rurais de pequeno e médio porte, distribuídos em 63,6 mil hectares e em seu entorno imediato. Esta limitação física e temporal se traduz, muitas vezes, em um sentimento do morador desta UC, como a baixa presença do Estado, a falta de propostas concretas aos seus anseios e necessidade, e tem razão, porém isto não acontece de forma gratuita, na verdade, as causas de tamanho déficit de equipe e orçamento estão na gênese da criação desta categoria de UC.

3.1.1. Marcos conceituais e regulatórios

Apesar da regulamentação de criação da categoria APA ter se iniciado a partir da promulgação da lei federal nº 6902 no ano de 1981, foi a partir da promulgação da CRFB/88 em seu artigo 225 define parâmetros básicos para os instrumentos legais de gestão ambiental no Brasil. Neste artigo define no 1º parágrafo, inciso III:

> III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção (BRASIL, 1988)

Portanto, na CRFB/88 é ratificada a indicação da necessidade de se proteger áreas territoriais em forma de Unidades de Conservação, mediante controle legal dos entes federados. Porém logo no parágrafo 4º é enunciado:

> A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1988)

Nesse período as regiões de Cerrado e Caatinga ficaram de fora do parâmetro “patrimônio nacional” por vários motivos: 1- As regiões historicamente tidas como regiões pobres e de baixo desenvolvimento econômico, baixa densidade demográfica, não estariam sob risco de desaparecimento de seus biomas, sob a perspectiva dos legisladores; 2 – O olhar historicamente preconceituoso com o Nordeste de região pobre, é estendido largamente sobre a Caatinga, e portanto, há poucas pesquisas e estudos, e um consenso equivocado de que a Caatinga e o Cerrado eram biomas pobres em biodiversidade; 3 – Havia projetos de avanço da fronteira agrícola, principalmente para o Cerrado, o que as décadas vindouras confirmariam, e um projeto de conservação desse bioma, em especial, poderia atrapalhar os planos de expansão do agronegócio; 4 – A Caatinga e o Cerrado não eram alvo de campanhas e nem de defesa de grandes movimentos ambientalistas e nem de ONGs internacionais, como era o caso da Floresta Amazônica, que atraiu sobre si os holofotes da imprensa internacional e nacional; 5 – As feições delicadas e mirradas dos dois biomas excluídos do conceito de patrimônio nacional não causavam a comoção e o impacto à população que as grandes e exuberantes árvores da mata atlântica causavam, portanto sequer eram vistas como florestas a serem respeitadas.

Apesar da grande diferença da Chapada Diamantina para o bioma Caatinga clássico, pois há presença de grandes campos de cerrado, em todas as suas variações, além de alguns remanescentes de Mata Atlântica, esse território está inserido no macrobioma Caatinga, e portanto a APA Estadual Serra do Barbado é uma UC inserida nesse contexto.

O SNUC aprovado 12 anos depois após a promulgação da Constituição também sistematiza e define parâmetros para proteção, conservação, preservação e fomento à biodiversidade. O SNUC em seu art. 36, caput, da Lei nº 9.985/00, estipulou, como regra, que o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo Proteção Integral. A título de exceção, o legislador previu que, caso o empreendimento afete unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, esta deverá ser uma das

beneficiárias da compensação, mesmo que não pertencente ao Grupo Proteção Integral (art. 36, §3º, da Lei nº 9.985/00). (BESUSAN, 2008).

Nesse sentido, a APA Estadual Serra do Barbado sendo uma UC de Uso Sustentável não pode, em princípio, se beneficiar do Fundo de Compensação Ambiental, pelo impeditivo legal previsto na Lei Federal que normatiza e sistematiza as diretrizes para a gestão em Unidades de Conservação. Nesse quesito, apesar dos avanços do conceito de “desenvolvimento sustentável”, “respeito às populações tradicionais e camponesas habitantes destas UC”, que permearam o momento da aprovação do SNUC em 2000, é incontestável que os preservacionistas tiveram maior influência na tomada de decisões ao excluírem a possibilidade de UC com moradores internos à sua poligonal serem beneficiados com a Compensação Ambiental gerada por licenciamentos de empreendimentos de grande impacto ambiental. (DIAS, 2011)

> Apesar de a questão abordada ainda ser pouco debatida pelos estudiosos, a repercussão dessa norma é sentida no dia-a-dia dos órgãos executores das políticas públicas ambientais, já que o tratamento desigual, conferido pelo ordenamento jurídico, exclui as unidades de conservação de uso sustentável e as populações nelas existentes, impedindo que muitos recursos provenientes da compensação ambiental sejam direcionados para a criação ou gestão desse tipo de unidade de conservação. Tal preceito, da forma como foi posto, contraria a finalidade do instituto, que é dar suporte à consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação como um todo. (DIAS, 2011)

A única forma de se reverter fundos de compensação ambiental às APA seria a instalação de empreendimentos de notável impacto ambiental dentro de sua poligonal. Muitos desses empreendimentos, pelo seu impacto socioambiental, a exemplo de parques eólicos, mineração de ouro, ferro e manganês, megaprojetos de silvicultura de eucalipto, possíveis de serem instalados na UC, vão de encontro às finalidades de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, inclusive a maior parte dessas atividades são geradoras das chamadas “mochilas ecológicas” (ALIER,2009). Esta situação deixa a APA, em tese, vulnerável às possíveis revisões de seu ZEE e até de sua poligonal.

A Convenção de Biodiversidade (CDB), foi um tratado elaborado pela Organização das Nações Unidas, ONU, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro, e que ficou conhecida como ECO-92, e serve como arcabouço político e legal para outros diversos tratados internacionais, a exemplo do Tratado sobre as Diretrizes para o Turismo Sustentável

e a Biodiversidade, Tratado sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecossistêmica para a Gestão da Biodiversidade. Suas linhas temáticas se baseiam em três principais eixos: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos. (MMA, 2013). Já participam desse tratado mais de 160 países, em forma de cooperação técnica. O Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) foi um documento publicado em forma de decreto federal, sob o número 5758 de 13 de abril de 2006, e pode-se entender como resposta a um esforço coletivo de entidades de segmentos do Poder Público e da Sociedade Civil em dar concretude às demandas socioambientais que envolvem áreas protegidas, fazendo parte da sequencia da CDB acordada inclusive pelo Brasil.

Este plano incluiu além das UC, também terras indígenas e terras quilombolas. O conteúdo de seu texto pontua a necessidade de se fomentar a biodiversidade através dos Pagamentos por Serviços Ambientais. Uma das coisas que chamam a atenção no texto deste Plano Nacional é o prazo delimitado para a implementação efetiva das Áreas Protegidas e o desenho de políticas públicas que atendam suas necessidades até o ano de 2015. Outro fator relevante é a incorporação no PNAP dos compromissos firmados nas Conferências Nacionais de Meio Ambiente além dos compromissos internacionais firmados pela Convenção de Diversidade Biológica. Por isto este documento se enriquece no sentido de maior participação da sociedade em sua concepção. Colocá-lo em prática, porém, empreenderá um esforço significativo, principalmente quando se pensa em UC de Uso Sustentável e de outras esferas governamentais que não a federal, pela complexidade do território brasileiro, sua crônica falta de estrutura para a gestão dessas áreas protegidas, e o entendimento de muitos tomadores de decisão que não as veem como áreas estratégicas para o desenvolvimento, apenas como áreas de grande custo econômico.

No âmbito estadual a base legal para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, SEUC, está contida na lei estadual

3.1.2. Possibilidades legais e políticas

Apesar das limitações apontadas, inclusive de cunho legal, é necessário avançar no debate, ter a noção de que a experiência em UC é relativamente nova nos países tropicais da América Latina, caminhos estão sendo buscados. A inserção da componente cultural, humana e de justiça ambiental ampliou sua participação nos fóruns dos tomadores de decisão. Há uma tensão permanente entre a dicotomia mercado e direitos humanos, desenvolvimento e justiça socioambiental, entre a apropriação do natural para transformá-lo em mercadoria e a luta pela afirmação do direito dos povos e da natureza acima dessa valoração econômica mercadológica cartesiana. (ALIER, 2009)

É a partir desse espaço de permanente tensão, da ausência do papel do Estado que deveria ser decisivo na condução do processo de alavancar o desenvolvimento sustentável tão propalado, mas tão pouco enxergado pelos povos diretamente atingidos pelas tomadas de decisão *topdown* que os *stakeholders* precisam encontrar meios para viabilizar esse território, sem, no entanto, lançar mão de fórmulas reducionistas que só levem em consideração a matemática crematística quando considerados os serviços ambientais tão importantes à manutenção de padrões mínimos de qualidade ambiental. (ALIER, 2009)

Porém, mesmo levando em consideração que há um avanço no discurso socioambiental, com a possibilidade de se entrever saídas que se não priorizem, pelo menos respeitem a dimensão humana, a justiça ambiental, é necessário se levar em consideração a existência de uma cultura capitalista, na qual estamos inseridos, inclusive as populações pertencentes à APA, mesmo que a tenha sob uma perspectiva que difere do capitalismo clássico pós-moderno (ZHOURY; LASCHEKSKY; PEREIRA, 2005), mas objetivando “a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimentos da sociedade para construir uma nova racionalidade ambiental” (LEFF, 1994). Essa nova racionalidade ambiental precisa superar o conflito entre o antropocentrismo cartesiano e o biocentrismo da natureza intocada, traduzindo-se em conjunto de processos sociais e novos valores: valores humanistas, gestão democrática e participativa dos recursos ambientais, ecológico-científicos, formação de uma consciência ecológica, reelaboração interdisciplinar do saber, (ZHOURY; LASCHEKSKY;PEREIRA, 2005), porém não se pode desprezar o fato de que há uma realidade na UC de uso sustentável de múltiplos usos sociais

como condições da vida que certamente não priorizam o ambiental ou o coletivo (ZHOURY; LASCHEKSKY;PEREIRA, 2005), mas a sobrevivência e a perpetuação de seu *modus vivendi,* que estas populações não vivem isoladas, mas sim envolvidas no tecido social de uma realidade cada vez mais complexa, e não se pode acreditar que a existência de um decreto de criação de uma UC por si só gerará mudanças significativas, nem apenas a estruturação básica de instrumentos de gestão de previsão legal conterá a degradação socioambiental de um território.

A premissa de se levar a um território, inclusive o protegido legalmente, o tão propalado e esperado "desenvolvimento sustentável", precisa forçosamente passar por um processo de planejamento como instrumento fundamental orientador das decisões futuras. (BUARQUE, 2008)

> O planejamento e o Estado – como agente regulador – ganham relevância, assumem novos papéis e se tornam uma necessidade vital na medida em que a sociedade se oriente para o desenvolvimento sustentável e para a construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social. (...) O Estado terá que reforçar sua atuação precisamente nas áreas em que o mercado não é eficaz como regulador espontâneo da economia numa perspectiva de médio e longo prazos, precisamente nas dimensões social e ambiental e nos segmentos estratégicos de limitada e lenta rentabilidade. (BUARQUE, 2008, p. 23)

A necessidade de o Estado intervir, assumir seu papel no desenho de gestão de políticas públicas, tomadas de decisão, inclusive nos territórios que decidiu, seja por qual motivo, proteger, é necessário enquanto ação reguladora, sob pena, se não o fizer, de se comprometer a sustentabilidade em longo prazo, pois a dinâmica econômica é habitual em promover a degradação ambiental, a concentração dos benefícios sociais e a concentração espacial da riqueza, o que atinge, profundamente a questão da política territorial equilibrada com a qual tem buscado consolidar políticas públicas na última década.

É importante ressaltar que estas conquistas não se farão sem a consolidação de um pacto social entre os *stakeholders* no qual esteja inserido o reconhecimento dos direitos constitucionais fundamentais, o patrimônio cultural, o direito de preservação de um bem ambiental, a viabilidade dos meios de subsistência dos povos habitantes da UC e uma agenda positiva para a APA Serra do Barbado, na qual "viver e se relacionar seja percebido pela comunidade como um diferencial em sua qualidade de vida, e não onde preservação ambiental seja

confundida com conflitos apenas” (ZHOURY; LASCHEKSKY; PEREIRA, 2005, p.136).

Para dar cabo desta mudança paradigmática na percepção dos *stakeholders*, principalmente os que na pirâmide social detenham menos poder, é necessário o planejamento estratégico. Mas é importante ressaltar que esta é uma etapa que só terá sucesso com a adoção de práticas participativas reais. Sobre esse aspecto Paraíso aponta que:

> Antes de mais nada, é fundamental ressaltar o quão importante é a recente inclusão do tema **participação** na agenda dos que lidam com a questão ambiental, em face de uma trajetória de políticas socioambientais marcadas por ações autoritárias. (PARAISO, 2005, p. 144, negrito nosso)

A participação social tem sido uma retórica fartamente utilizada nos modelos políticos de gestão socioambiental, mas nem sempre a estratégia participativa utilizada reflete uma profunda e democrática participação realmente. Dupas afirma que o sistema corporativo tem internalizado a sociedade civil e a política substituindo as formas de regulação social e submetendo as questões da temática socioambiental ao reducionismo da lógica administrativa como ferramenta de resolutibilidade dos problemas colocados, deixando assim de serem tratadas como problemas políticos e sociais e tratando como problemas gerenciais de recursos naturais, para adequá-los à lógica do mercado.

Paraíso (2005) remete à uma metodologia desenvolvida por Pimbert e Pretty (2000) a respeito dos níveis de participação e onde é possível e desejável situar o modelo de participação mais adequada a uma gestão de UC de uso sustentável para alcançar objetivos que satisfaça minimamente aos *stakeholders* membros de um CG ou de algum forma envolvidos com a APA Serra do Barbado. As categorias de participação definidas por Paraíso (2005) a partir do modelo de participação desenhados por Pimbert e Pretty (2000) são definidas pela tabela 09 e deixam claramente perceber que o ideal de se acontecer seria o modelo de Automobilização ou, pelo menos, a Participação Interativa, o que, na forma ainda como é concebida a gestão de UC é mais usual lançar mão dos modelos de Participação Funcional ou por Consulta.

Categorias de Participação

Tipologia	Componentes de cada tipo
Participação Passiva	As decisões a serem tomadas cabem a profissionais externos, que apenas informam às pessoas o que vai acontecer.
Participação como Extração de Informação	São realizados questionários ou sistemas similares de coleta de dados sem que haja nos procedimentos adotados influência das pessoas externas à equipe de pesquisadores, já que os dados obtidos não são compartilhados.
Participação por Consulta	Os agentes externos se encarregam de ouvir as pessoas e, a partir do que foi levantado, definem problemas e soluções.
Participação Funcional	São formados grupos compatíveis com objetivos pré-determinados pelo projeto, o que pode envolver organizações já existentes ou provocar o surgimento de outras. A participação tende a não acontecer no início do planejamento e sim, quando determinadas decisões já foram tomadas
Participação Interativa	Há participação em análises conjuntas, o que possibilita o controle das decisões locais pelas pessoas envolvidas.
Automobilização	A iniciativa dos trabalhos se dá espontaneamente, independentemente das instituições externas. Nesse caso, pode ou não haver conflitos pela distribuição equitativa dos recursos e do poder.

Tabela 09: Categorias de Participação.
Fonte: Pimbert e Pretty, 2000.

Esse tipo de participação acaba por trazer problemas ao médio e ao longo prazos aos colegiados instituídos para a legitimação do fazer participativo, pois quando se opta em apenas consultar as opiniões, ou ainda trazer a participação dos *stakeholders* a partir de um certo ponto, onde as decisões já foram parcialmente tomadas, e normalmente, seu direcionamento e estratégias gerais, o fórum

colegiado perde aderência ao projeto em foco, correndo-se o risco de esvaziamento, pois:

> Assim, qualquer ação que tenha a chancela de “participativa” dificilmente é colocada sob questionamento. Dessa forma, são legitimadas propostas que pouco ou nada promovem em termos de um real envolvimento local. Observa-se o deslocamento de significado do termo participação, inicialmente com um caráter emancipatório (Rahnema, Dagnino, apud ZHOURY, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005), para um outro campo semântico, pautado por relações de tutela, pelo controle e estabelecimento de limites à atuação local no projeto em implementação. (PARAÍSO apud ZHOURY, LASCHEKSKI, PEREIRA, 2005, p. 147)

Nesse sentido, ao realizar a pesquisa, buscou-se como metodologia promover a participação interativa dos *stakeholders*, através de utilização de entrevistas semiestruturadas, nas quais os entrevistados puderam não se ater apenas às perguntas, mas às impressões de vivência acumuladas ao longo dos anos de sua aproximação/distanciamento da UC em tela e seus modelos de gestão adotados desde sua criação.

3.1. A PERCEPÇÃO DOS STAKEHOLDERS E AS MUDANÇAS NO MODELO DE GESTÃO; APA ESTADUAL SERRA DO BARBADO: O QUE A SOCIEDADE QUER?

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi em primeiro lugar uma revisão dos pressupostos teóricos e práticos que envolvem a questão das UC brasileiras, em especial as de uso sustentável. Buscou-se ainda resgatar o contexto sócio-histórico que envolve a criação da APA Serra do Barbado.

Para a execução da pesquisa em tela foram estruturados dois questionários diferentes, direcionados a dois públicos também distintos. O primeiro questionário foi direcionado para o público relacionado diretamente ao território, os membros do CG, formados pelo conjunto universo de representantes de associações de produtores, moradores, dos mais diversos locais da APA Serra do Barbado, assim como empreendedores da iniciativa privada, ONGs ambientalistas, membros representantes do Poder Público Municipal, brigadistas que atuam voluntariamente nas ações contra incêndios florestais e guias ligados ao turismo (esses não são ligados diretamente ao conselho, mas ao território). Totalizando o número de 30 entrevistados, oralmente, pois muitos apresentaram resistência em responder esse questionário por escrito. Como a abordagem de nossa pesquisa se direciona mais

no sentido qualitativo do que quantitativo, a conversa entabulada com os parceiros, de forma individual, não se transformou em obstáculo, pelo contrário, a informalidade que permeou o diálogo ajudou, e muito, para que as questões fossem colocadas de forma mais franca e sem constrangimentos.

Nesse caso, além do que eles disseram formalmente nas entrevistas, buscou-se ainda fazer uma análise nos documentos produzidos em reuniões ordinárias e extraordinárias do CG, como, por exemplo, as atas e relatórios, Mapa Falado, apresentação de projetos, aprovação e/ou alteração de propostas, para buscar traçar um perfil dos anseios e demandas dos *stakeholders* diretamente ligados à APA Estadual Serra do Barbado.

O outro questionário elaborado foi direcionado aos formuladores de políticas públicas, direcionamento de gestão, tomadores de decisão operacionais, e articuladores junto às instâncias superiores para a implementação destas políticas desenhadas para as UC baianas. Foram ouvidas a antiga gestora da APA, Ângela Leon, primeira gestora, oriunda do CRA, na dedada de 1990, e a diretora da DIRUC do INEMA. Os coordenadores da COPLA e da COGES, Ana Carla Rocha e Leonardo Euller Santos me enviaram materiais sobre os fluxos de funcionamento, planejamentos, resultado de reuniões e articulação sobre estratégias de gestão para as UC com foco nas de uso sustentável, mas se abstiveram de responder o questionário enviado por meio eletrônico devido ao acúmulo de atividades.

3.2.1. Escutando os stakeholders

Na primeira fase da pesquisa, ouvindo os alguns membros do CG, parceiros locais, moradores, guias e brigadistas e delimitou-se o número de 30 questionários. A faixa etária dos entrevistados varia entre 27 e 70 anos de idade, mas o público em sua maioria está entre os 35 e 55 anos. O nível de escolaridade é variável, desde o fundamental incompleto até a pós graduação. As ocupações também são variadas entre funcionários públicos municipais e estaduais, agricultores familiares, empreendedores, desde o setor informal, de pequeno até o de grande porte, profissionais liberais ligados à ONGs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, agentes públicos, professores, aposentados. Desse universo selecionado dezessete pessoas são membros do CG, como titulares ou suplentes, e treze são pessoas que moram

no interior da APA Serra do Barbado, ou dela necessitam para seu negócios ou atuação, a exemplo dos agentes turísticos e brigadistas.

Foi necessário ainda fazer uma anamnese nos documentos e registros de reuniões da APA Serra do Barbado ao longo desses três anos para encontrar mais clareza no que diz respeito às percepções dos *stakeholders*, pois, a comunidade habitante da APA é, de forma geral, muito desconfiada com pesquisas, e acreditam que possam sofrer retaliações ou cobranças com possíveis respostas que não sejam elogiosas à gestão pública de forma geral. Houve muita preocupação pelos entrevistados de menor empoderamento a respeito dos registros dessas entrevistas, por temerem represálias ou algum tipo de fiscalização, de forma que não houve a identificação dos entrevistados em suas respostas no texto desse estudo, para preservá-los.

3.2.1.1. Respostas dos membros do CG e outros parceiros locais

1. O que é uma Unidade de Conservação para você?
• “Um lugar especial com montanhas, rios, animais, flores, árvores que deve ser protegido para não ser destruído.” • “É onde nós moramos, pois tem muitos rios importantes para a vida humana.” • “É um lugar turístico, pois é muito bonito e chama a atenção de quem vem de fora.” • “É um lugar que tem problemas para viver porque a gente não pode fazer nada sem ser fiscalizado.” • “É um lugar que é rico de pobreza.” • É um território importante para a preservação da vida humana e ambiental. • É um lugar que tem ar puro, beleza, água limpa, mas que tem certos problemas porque tem muita gente sem consciência que destrói as coisas da natureza. • Um espaço especial de cuidado com a natureza • Uma área onde a fiscalização não deixa a gente em paz! • É um lugar para as pessoas pobres muito ruim de viver, porque não tem recurso e não pode produzir normal, pois a gente acaba sendo perseguido quando quer melhorar nossa produção. Mas é um lugar bonito. • É uma área protegida por uma legislação criada a partir de um determinado governo, estadual, municipal ou federal. • São territórios delimitados que exigem um Plano Gestor para conservar e manter o equilíbrio ecológico do lugar.

2. Como foi que você tomou conhecimento que esta região seria transformada em UC?

- Nunca soube disso não. Quando a gente viu, já tinha o pessoal do “Ibama” aqui falando que não podia fazer isso, nem fazer aquilo... assim, de cortar um pé de pau, fazer um roçado, fazer uma coivara.
- Foi quando dona Ângela apareceu aqui dizendo que isso aqui era uma APA do Barbado, que era um lugar especial, que não podia fazer as coisas sem falar com ela e com os pessoal (sic) do IBAMA.
- A gente soube na década de 90, que existia um projeto de turismo que iria trazer melhoras para a região, que ia crescer economicamente, e achamos positivo.
- Depois que começou a ter esse negócio de combater incêndio, quando pega fogo nos morros, é que veio bombeiro e o IBAMA e a gente ouviu dizer que era uma APA, um parque, assim.
- Nas reuniões que dona Ângela fazia com a gente para explicar que não podia desmatar mais, que tinha que cuidar das beiras dos rios, que não podia botar fogo, nem usar veneno na lavoura.
- Quando eu soube que tinha uma APA aqui ela já era. Não sabia antes não.
- Me lembro de uma reunião em 1998 da APEDEMA (Associação Permanente em Defesa do Meio Ambiente) para falar da APA.

3. Como foi que você recebeu a notícia? Achou bom? Positivo? Ou não?

- Achei nem bom, nem ruim..., achei assim, normal, mas depois com tanta fiscalização para as coisas pequenas, e deixar os grandes sem fazer nada quando fazem coisas erradas, aí achei ruim, porque é só os pequenos que eles pegam;
- Fiquei feliz, porque era um jeito de saber que as coisas importantes dessa região iam estar protegidas, mas depois a gente vê o povo botando fogo, desmatando, e não acontece nada, não tem fiscalização, ficamos achando que isso não é bom.
- Primeiro a gente não sabia de nada, depois começou a ter umas palestras, umas visitas de dona Ângela* e depois seu Luís Paiva*explicando pra gente que é importante cuidar da Natureza, senão piora pra todo mundo, começa a faltar água e a senhora mesmo sempre fala pra gente que temos uma qualidade de vida boa, porque temos água e temos um ar puro, mas acho que ainda precisa de muita coisa pra ser bom morar aqui.
- Achei positivo por princípios de uma intenção de que autoridades possam assumir o papel da proteção a essas regiões delimitadas como UC.
- Achei positivo, pois ia proteger uma área relevante e importante na proteção das nascentes, dos animais, da paisagem.

4. Quais são, para você, os principais benefícios de estar ligado, ou morando na APA Estadual Serra do Barbado?

• Tranquilidade. • A amizade das pessoas que são todas conhecidas; • Ter as montanhas para olhar todos os dias; • Ver as pessoas que vem de fora achar tudo lindo; • Ter uma água boa, apesar de que vem faltando nesses últimos tempos, mas ainda é bom; • As paisagens, as belezas naturais; • Poder produzir e comer alimentos com mais saúde, • A sensação de aconchego que sinto nesse lugar. • Integração com a natureza e com as pessoas. • Orgulho do nosso passado, dos mais antigos que moraram aqui. • Qualidade de vida. • Morar num lugar que tem uma área preservada é considerado o principal, benefício.

5. Quais são, para você, as principais desvantagens em estar morando, trabalhando, ou se relacionando com a APA Estadual Serra do Barbado?
• A falta de oportunidade de ganhar dinheiro porque não tem muito como crescer aqui. • As pessoas não foram preparadas para morar numa APA, então isso deu e ainda dá muito conflito, a gente sente que tá limitado, que não pode fazer muita coisa. • Não tem nenhum projeto de crescimento pra nós, estamos esquecidos. Só tem a fiscalização que vem pra cá, e reunião e mais reunião e nós não vemos resultado de nada. • A falta de administração, não tem estrada, não tem esgoto, não tem estrutura, não tem incentivo na agricultura. • Quem tem dinheiro pode tudo, quem não tem dinheiro não pode nada. • A gente sente que tá isolado, que as coisas só acontecem lá fora. • A fiscalização, e a falta de licenciamento. Tem muitos que não tem consciência, mas muitos querem andar “no certo”, e não tem apoio. • A falta de apoio para poder trabalhar melhor. • Os incêndios que pegam nas serras todo ano e nada acontece com quem bota fogo. • Uma frustração dos órgãos competentes que criaram essas unidades não cumprirem com a legislação e não protegerem de fato. • A desvantagem é porque não faz tudo o que poderia fazer, não tem área de entorno, muitas coisas que não são abrangidas, e o Estado que não cumpre seu papel de protetor.

6. O que você gostaria que mudasse em relação a esta UC?
• Precisa ter projetos para a gente aqui, projeto de melhoria na agricultura,

dando mais assistência, projeto de turismo rural, um incentivo para melhorar as áreas que foram desmatadas das beiras de rio, um incentivo pros jovens ficarem aqui.

- Mais apoio quando a gente chama os fiscais para verem o que está acontecendo, das coisas sérias mesmo, e eles não vem.
- Precisava ter licenciamento da terra e da água para a gente poder usar sem medo de ser multado.
- Mais assistência na agricultura, para poder ajudar a vender o que a gente produz. Melhorar as culturas e trazer outras culturas novas para a gente melhorar de vida.
- Melhorar as estradas, a coleta de lixo, o esgoto nas cidades (sic) da APA, como em Catolés, por exemplo.
- Dar mais educação ao povo, para eles saberem mais como lidar com o meio ambiente, para parar de destruir.
- Mais fiscalização, mais investimento do Governo, mais educação ambiental, mais conscientização ambiental, mais pessoal para trabalhar.

7. Como é a atuação do órgão gestor em seu território?

- É insuficiente. Você aparece pouco por aqui. E só reunião de conselho não resolve nada não.
- Acho que tinha que ter mais gente, mais projeto, mais coisa acontecendo, e o governo não tem muita gente pra fazer o serviço não.
- É boa, mas podia ser melhor, precisava de aparecer mais fiscal, botar uns técnicos para acompanhar a gente.
- É pouca, não tem projeto de turismo, nem nada pra agricultura. Cada um chega aqui e faz o que quer, desmata, põe fogo, rouba madeira dos vizinhos e nada de fiscalização.
- Nem tem! Quando está faltando água e a gente chama os fiscais para ver quem *tá* roubando a água, os caras ainda ficam é rindo da cara da gente.
- A gente vê o esforço pras coisas funcionarem, mas você não dá conta. Você é uma só pra muita demanda!
- Não toma conhecimento da importância de cuidar dessas áreas, pelo menos desse território.
- Há pouco investimento do Estado.

8. Você considera que as necessidades e demandas da comunidade são prioridade para o Estado? Quais são os maiores problemas enfrentados pela região?

- Não. A gente é de uma região pobre, e meio esquecida. Não tem muitos projetos para essa região, nem o Garantia Safra nós aqui conseguimos receber. O maior problema que nós temos é falta de orientação, falta de estrada, falta de esgoto, falta de apoio pra comercializar a produção.
- Não, é pouco, tem escola, tem posto de saúde, mas tem pouco médico ainda, e não tem ninguém para apoiar o agricultor na melhoria da

produção dele.

- Aqui precisa resolver o problema do fogo, que tá acabando com a nossa água. As mães d'água estão secando a cada ano, e vem chegando os de fora, e fazendo o que quer, e acabando com a nossa água.
- Falta ensinar ao povo o que eles precisam fazer para conservar a natureza. Cuidar melhor do rio, da vegetação, da plantação, para ter mais água boa e meio ambiente de qualidade para todos.
- Tem interesses maiores, políticos, de desenvolvimento equivocado. Os problemas, além da falta de assistência e fiscalização, um planejamento de valorização através da educação ambiental em escolas e comunidades, pequenas comunidades localizadas no território.
- Não há muito interesse de trabalho na região pelo estado, e os maiores problemas enfrentados são as queimadas, os desmatamentos e as grilagens.

9. Quais ações que gostaria de ver acontecendo na UC?

- Projetos para agricultura, para turismo, para educação ambiental
- Melhoria na infraestrutura
- Melhoria na coleta de lixo, nas estradas, na água que o povo bebe;
- Mais propaganda para vir mais turista.
- A APA não tem uma política estadual de proteção, de acompanhamento, próximas a essas comunidades para o desenvolvimento com responsabilidade ambiental. Trazer técnicos capacitados com autonomia para implantarem as políticas de desenvolvimento junto as comunidades da APA.
- Trazer os jovens de volta, e dar a eles condições para aprender a se desenvolver na terra, poder ganhar o seu dinheiro e viver com dignidade.
- Postos de fiscalização, formação para as pessoas que moram na área, um helicóptero para combate a incêndios, corpo de bombeiros instalado na região. Base de apoio ao turista. Implantação de turismo ecológico na área.

10. O que, em seu modo de ver, será o futuro da UC?

- Numa visão otimista uma área que pessoa possam ter seu desenvolvimento com responsabilidade socioambiental. Numa visão realista, áreas que deveriam estar sob proteção ambiental governamental estão à mercê de um desenvolvimento desordenado com a anuência até desses mesmos agentes públicos.
- Pode ser um bom futuro, se tiver projetos que ajudem o povo local a ter mais desenvolvimento, mas se não tiver, isso aqui vai pegar fogo todo ano, a água vai secar e vai acabar ficando vazio, porque os mais velhos vão morrendo, os mais jovens vão embora, e só vai ficando quem não tem outra alternativa.
- O melhor possível, quando o governo enxergar que tem um tesouro na

mão que não é valorizado como deveria. • Vai encontrar avanços, mas precisa de muito trabalho para ajudar os agricultores e o povo das comunidades. • Acredito que vai haver mais pessoas conscientes, mas ao mesmo tempo haverá mais pessoas adquirindo terras para investimentos em agronegócios. E o governo vai agir de acordo com a pressão popular. Quem tiver mais força,agronegócio X conservação, conseguirá mais influência sobre o governo.

Em seguida apresentaremos as respostas da diretora da DIRUC que concordou em nos receber e responder às questões direcionadas aos elaboradores das políticas públicas para as UC baianas, incluindo nessas respostas também os dados recebidos pelos gestores responsáveis pelas coordenações de planejamento e gestão (COPLA e COGES).

1 – Quais são as principais políticas públicas desenhadas para UC de Uso Sustentável?
Desde o ano de 2011 há um consenso no Sistema SEMA que é necessário avançar com políticas públicas de cunho socioambiental para as UC tanto de uso sustentável, para suas populações internas e dependentes de seus recursos naturais, como de proteção integral, para as populações residentes em suas zonas de amortecimento. Às APAs, que são o maior sistema de UC do estado da Bahia, foi dada uma atenção especial, e realizamos um planejamento estratégico em parceria com a C.I. – Brasil, e realizamos em 2012 seminários, oficinas e sistematização de dados a respeito da atual situação em que se encontram. Uma das demandas levantadas quanto às questões socioambientais foi de melhorar a capacidade local dos territórios de UC de Uso Sustentável para ampliar a possibilidade de captar recursos e promover o desenvolvimento endógeno. Como resposta foi feito um convênio com a FUNBIO e foi ao longo do ano ofertado um curso em 03 módulos para gestores e parceiros dos CGs e das APAs, de maneira em geral, para elaboração de projetos, captação de recursos, gestão, monitoramente e avaliação de projetos socioambientais. Já houve frutos desta iniciativa com alguns projetos elaborados, alguns desses submetidos à editais e ainda, alguns desse aprovados e em fase de convênio.

2 – Qual é a importância dos marcos regulatórios e instrumentos de gestão para a efetiva implantação da UC de Uso Sustentável?
É, sem dúvida, algo de crucial importância, para as UC de uso sustentável ter ao menos seus marcos básicos implantados. Os CG são instrumentos efetivos de participação social, espaços de diálogo, de busca por pactos sociais, fortalecimento do processo de gestão, arenas dialéticas que trazem à luz do entendimento questões vistas de diferentes perspectivas. A DIRUC tem buscado dar a essa questão prioridade, para que as UC sejam percebidas como entes vivos pelos diferentes atores nesse processo. Um dos objetivos, inclusive constante do PPA é a persecução da elaboração dos Planos de Manejo que

ainda faltam, e também o ZEE, para podermos dar respostas mais concretas ao sistema de efetivação das UC baianas. Inclusive a APA Serra do Barbado e a ARIE Nascentes do Rio das Contas estão em processo, que está meio emperrado agora no ano de 2013, devido ao contingenciamento sofrido em todo o sistema governamental do Estado. Mas sem dúvida, é impossível aferir resultados de implantação efetiva das UC sem esses instrumentos e marcos regulatórios estarem em funcionamento.

3 – O sul da Chapada Diamantina, o Circuito do Ouro, possui duas UC de Uso Sustentável, a APA Serra do Barbado e ARIE Nascentes do Rio das Contas, há no horizonte futuro a possibilidade de criação ou transformação dessas UC em uma UC mais restritiva?
Sabemos que a maioria das UC baianas são de uso sustentável. Porém a recategorização destas UC só serão possíveis de serem estudadas a partir do momento que se concluírem seus Planos de Manejo e seus ZEE. Além disso, é muito importante ouvir as comunidades envolvidas para a tomada de decisão em transformar essas UC em um mosaico ou ainda em sua recategorização, para não haver mais políticas “de cima para baixo” que depois apresentarão gargalos difíceis de serem transpostos junto às comunidades diretamente atingidas ou afetadas por uma possível recategorização de nível mais restritivo.

4 – Quais são as maiores dificuldades de efetivar a gestão na UC de Uso Sustentável APA Serra do Barbado?
Não é possível falar apenas na APA Serra do Barbado, mas de maneira geral das UC baianas. Estamos em um período de transição nos modelos de gestão. As UC baianas permaneceram do ano de 2002 até o ano de 2011 em uma diretoria dentro da SEMA, a DUC. Tinha uma outra dinâmica de funcionamento. Com a reestruturação administrativa que aconteceu em 2011, as UC passaram a integrar a autarquia recém-criada, o INEMA, sendo mais uma diretoria de seu quadro organizacional, Desta autarquia fazem parte ainda os instrumentos de comando e controle do Estado, em especial, nesse caso, a DIRRE (responsável pelos licenciamentos) e a DIFIM (responsável pela fiscalização). Há ainda novos fluxos que se estabeleceram na dinâmica legal, e que estão sendo ajustados entre as direções. O gargalo da fiscalização em UC como prioridade está sendo resolvido, de forma que a DIFIM irá capacitar os gestores de UC para atuarem suplementarmente às ações de fiscalização em suas próprias UC e na de outros gestores, de forma a dar maior eficiência, eficácia e efetividade nas ações de fiscalização de crimes ambientais das UC da Bahia. A outra questão que tem nos ocupado é encontrar saídas para as limitações orçamentárias, haja vista que o fundo de compensação ambiental só poderá ser utilizado em UC de Uso Sustentável caso o impacto ambiental do empreendimento a ser licenciado aconteça no âmbito desse território. De qualquer forma, a SEMA promoveu através do Fundo estadual de Meio Ambiente (FERFA) dois editais no ano de 2012. Um para Educação Ambiental, e outro de ações socioambientais. Conseguimos em negociação com a DIEAS e com a Diretoria de Biodiversidade (DIBIO) que no barema fosse pontuado a mais o fato do projeto proposto acontecer em UC. Isto busca, pelo menos parcialmente, dar respostas à população, sobre ações socioambientais nos territórios de UC de Uso Sustentável.

5 – Segundo o SNUC e o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) o principal objetivo de uma UC de Uso Sustentável é o Ordenamento Territorial. Este objetivo é, atualmente, devido as mudanças legais, inclusive, o bastante para a resolução da questão de gestão efetiva desta UC?
Ordenamento territorial é uma questão bem ampla, e as mudanças trazidas pela Lei Federal Complementar 140/2011 traz preocupações a respeito da capacidade dos municípios em fazer a gestão plena ambiental, inclusive nas UC, utilizando os instrumentos de comando e controle que lhe são conferidos pelos poderes constituintes para tal. O governo do Estado tem se adiantado no processo através do Programa GAC, e do incentivo e acompanhamento técnico dos Consórcios Intermunicipais, capitaneado pela SEPLAN, objetivando evitar problemas futuros no licenciamento e na fiscalização, principalmente em APAs estaduais. Por isso, percebe-se que é de extrema importância o fortalecimento socioambiental nas bases populares destes territórios, para aumentar o poder de diálogo e articulação das populações locais e dos poderes públicos municipais.

6 – Se não é possível utilizar recursos de compensação ambiental em UCs de Uso sustentável quais serão os mecanismos utilizados para viabilizar a implantação de políticas públicas nestes territórios?
Como já disse, a ideia é buscar soluções em trabalhar o fortalecimento socioambiental das UC de uso sustentável para ampliar a capacidade de intervenção direta nos territórios por parte dos atores envolvidos, associações parceiras, agricultores familiares, ONGs locais, entes públicos estaduais, municipais e federais que tenham relação direta ou indireta com as UC de uso sustentável. Outra atuação importante é no sentido de fortalecer a articulação com outras secretarias e autarquias do sistema executivo do governo estadual a exemplo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária (SEAGRI), Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB), Secretaria Estadual de Educação (SEC) para atuar conjuntamente em programas nas UC e suas populações, aproveitando políticas públicas pré-existentes, como o projeto Quintais Agroecológicos, Cisternas, Economia Solidária e disponibilizá-los às UC, aumentando a conectividade entre políticas públicas socioambientais e as áreas protegidas.

3.3. DADOS FORNECIDOS PELA DIRUC, COPLA E COGES

Ainda nos foram fornecidos dados do modelo de Gestão Organizacional da DIRUC, aos quais procurou-se ater à realidade das UC de Uso Sustentável principalmente e tratar esses dados em particular. Nesse modelo proposto foi feito um rápido contexto da atual situação das UC baianas, definidas pelo SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação, inserido na lei estadual ambiental nº 10.431/2006. Nesse Sistema estão previstas 13 categorias de UC entre proteção integral e uso sustentável, incluindo as RPPNs como categoria de proteção integral. Atualmente há 50 % aproximadamente de CG instituídos nas diversas UC baianas.

As UC estão concentradas em 05 macrorregiões, sendo elas Extremo Sul, Litoral sul entorno de Salvador, Litoral Norte, Chapada Diamantina e Norte-noroeste da Bahia. As metas globais da DIRUC para até 2014 são: Implementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; Implantar 03 corredores de biodiversidade; Criar 07 unidades de conservação de proteção integral; Reconhecer 30 RPPN estaduais; Consolidar a regularização fundiária de 840 ha nas cinco unidades de conservação estaduais de proteção integral; Fortalecer a gestão de 44 unidades de conservação estaduais; Fortalecer a gestão do Parque Urbano de Pituaçu melhorando o atendimento da população de Salvador e dos turistas (COPA, 2014); Implantar o serviço de guarda-parque nas 09 UC de Proteção Integral; Elaborar 17 planos de manejo de unidades de conservação; Implementar 30 projetos de desenvolvimento socioambiental; Reduzir em 25% o tempo de tramitação de processos administrativos dentro da DIRUC.

Em sua Visão de Futuro está proposto, vide Ilustração 09:

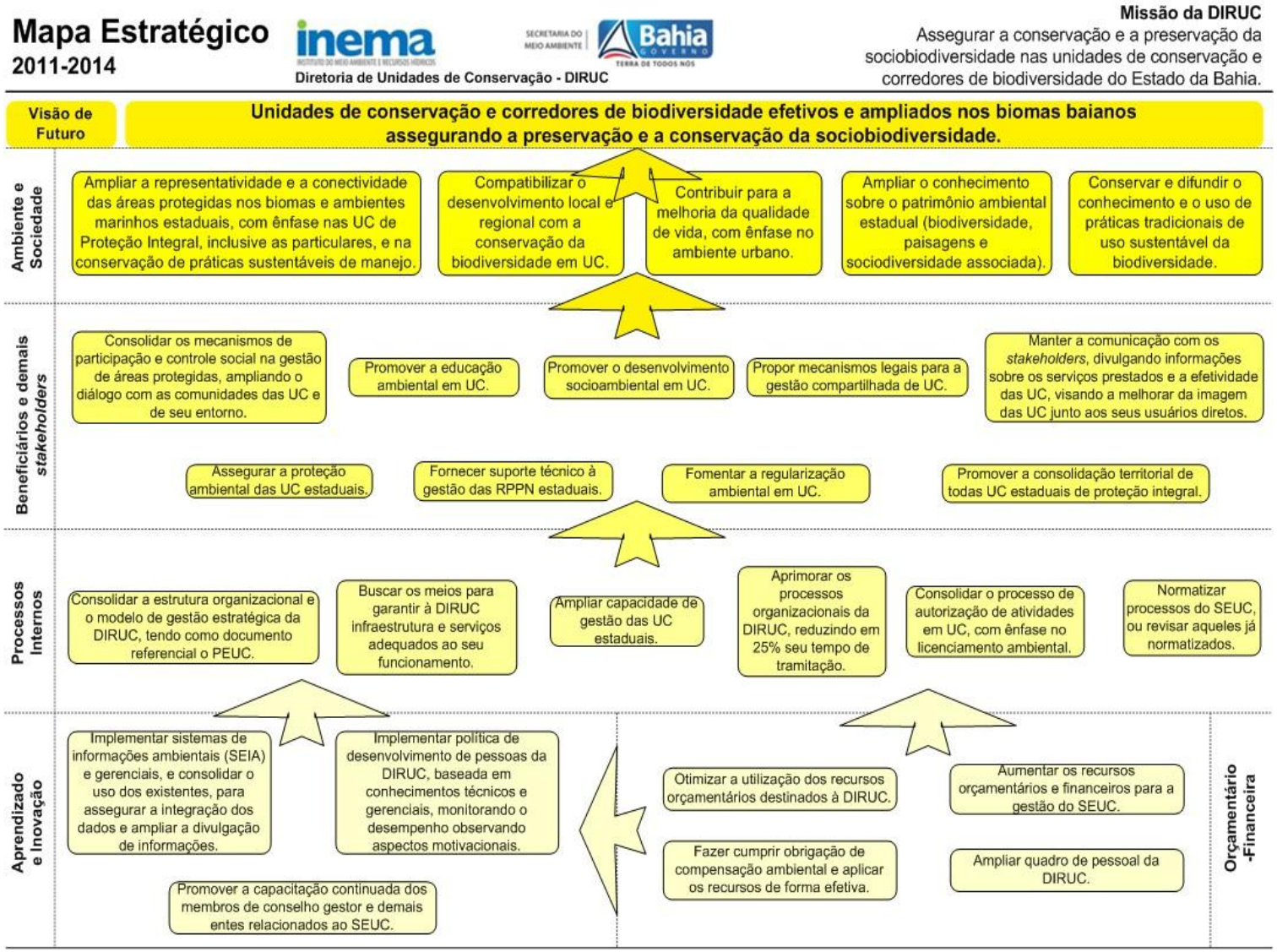


Ilustração 09: Mapa estratégico da DIRUC para o período de 2011-2014.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2011.

Pode-se entrever desse fluxograma a ênfase maior em UC de Proteção Integral, apesar de estarem contempladas todas as UC baianas, inclusive as APAs. Nesse fluxograma estão previstas 5 dimensões, divididas entre: Ambiente e Sociedade, Beneficiários e Demais *stakeholders*, Processos Internos, Aprendizado e Inovação; e Orçamentário-Financeira. Traçam metas e objetivos bastante ambiciosos para um tempo tão curto de atuação nesta nova compleição estrutural, assumida a partir do ano de 2011.

Em seguida, estabelecem-se metas para a dimensão territorial e o planejamento de áreas protegidas: Definir as regiões de planejamento (subsistemas) de UC para fins de implementação de políticas públicas, direcionamento de recursos e avaliação de efetividade do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC: Estabelecer base geográfica, método de obtenção e critérios, tais como: Biomas e ecorregiões estaduais; Conectividade e proximidade entre unidades existentes e potenciais novas unidades (deslocamento de pessoas e fluxo gênico); Geomorfologia (Cadeia do Espinhaço, baías etc.); Divisão hidrográfica estadual (Resolução. 43/2009 e não a posterior), considerando a importância das UC para a proteção dos mananciais hídricos para abastecimento humano e da água para a sobrevivência da biodiversidade, principalmente se considerarmos a extensão do semiárido baiano (quase 70% do Estado); Territórios de identidade e sua conexão com as UC, etc.

Nesse documento ainda foi criado um fluxograma de identificação dos processos na gestão de UC, que vai desde sua criação até a sua efetiva implantação, subdivididos em 5 eixos:

1 – Gestão Integrada das Paisagens que deverá prever a requalificação destas UC e seus possíveis mosaicos e corredores ecológicos integradores;

2 - Planejamento de áreas protegidas, inseridos neste contexto os Planos de Manejo, ZEE, inclusive suas revisões e implementação;

3 - Gestão Funcional de Pessoas, financeiras e de contratações;

4 – Desenvolvimento socioambiental em Áreas Protegidas, incluindo aí a implantação do CG, dividido em dois subtemas, um a Gestão socioparticipativa prevendo a gestão de conflitos socioambientais e das demandas das comunidades tradicionais inseridas em UC, a educação ambiental nas UC e a condução em audiências públicas, reuniões e eventos decisórios relacionados à UC. O outro subtema tem a ver com as demandas de desenvolvimento socioambiental que

deverão estar relacionadas a escolha do CG e às populações diretamente beneficiadas para o fomento, a seleção e a gestão de projetos socioambientais.

1 – Neste eixo está prevista o manejo de recursos ambientais em áreas protegidas, que por sua vez está subdividido em 05 subtemas: Ordenamento territorial (anuência e orientação prévia, bem como monitoramento do cumprimento das condicionantes); Proteção Ambiental (fiscalização, vigilância, controle e prevenção de incêndios florestais); Informações sobre a UC (Pesquisa cientifica, monitoramento, etc.); Consolidação Territorial (regularização fundiária, cercamento e sinalização do perímetro); Restauração ecológica (recuperação de áreas degradadas, reintrodução de espécies, controle e erradicação de exóticas e invasoras); e por fim, a Sustentabilidade (uso público, negócios, visitação e Pagamentos por serviços ambientais (PSA)).

Na gestão de processos esses mesmos eixos se repetem explicitando o fluxo de funcionamento esperado para a efetiva gestão das UC. Desde a ampliação da capacidade da Diretoria em se articular para busca de cooperação com as demais secretarias e outros parceiros internos e externos para a efetiva atuação em UC, até o papel de articulação política do gestor em nível local com os *stakeholders* daquele território.

Vide ilustrações 10 e 11, a seguir:

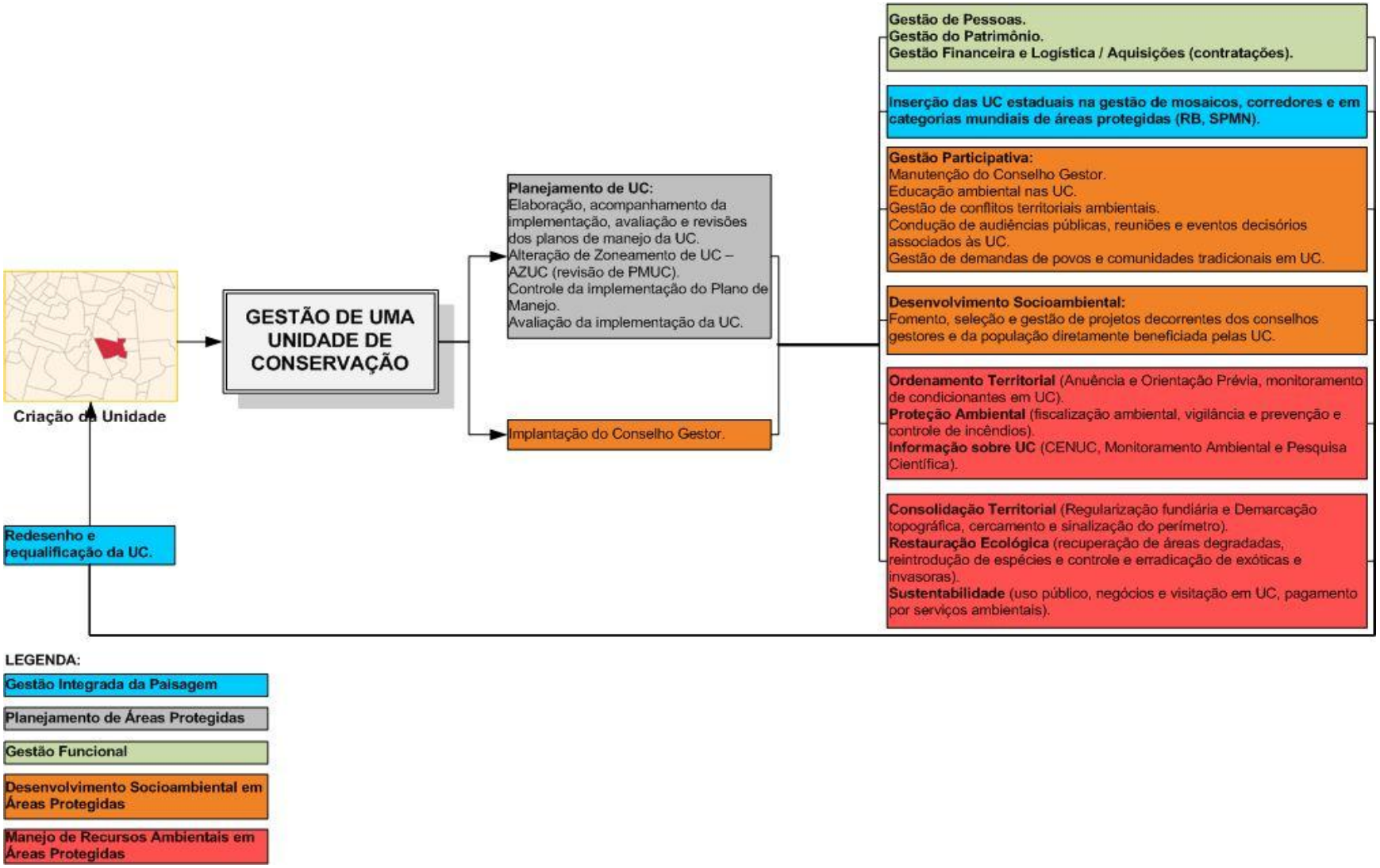


Ilustração 10: Processo do funcionamento em torno da gestão de UC.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2011.

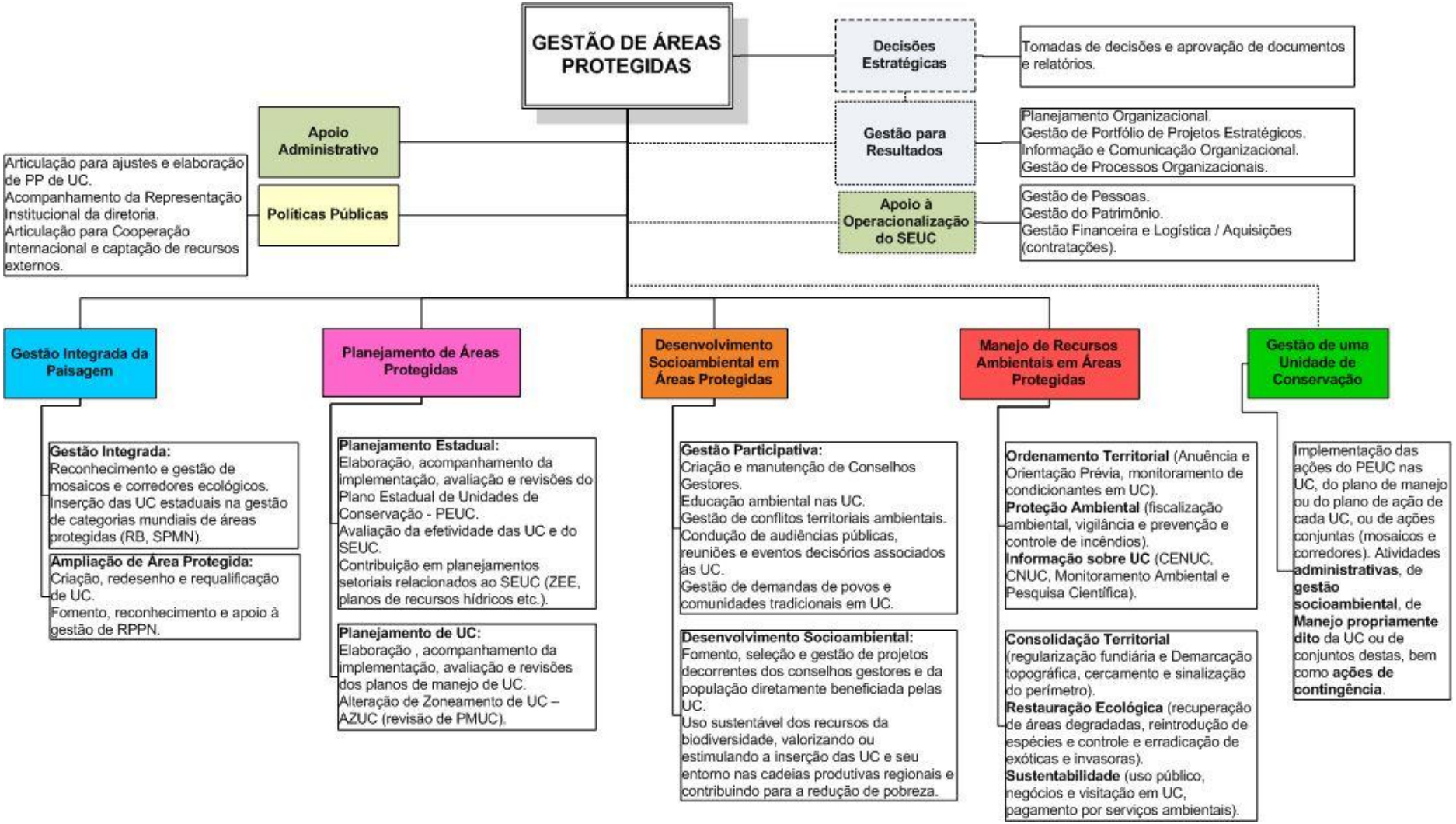


Ilustração 11: Fluxograma de Gestão de Áreas Protegidas.
Fonte: DIRUC/INEMA, 2011

3.4. PERCEPÇÃO DOS CONFLITOS, EXPECTATIVAS E OPORTUNIDADES PELA ÓTICA DOS STAKEHOLDERS

Ao se analisar os dados obtidos para esta pesquisa é possível desenhar algumas inferências a respeito da temática que nos elucidem e tragam respostas para o desenho de uma realidade aproximada, ao mesmo tempo em que traga subsídios à construção de um projeto de intervenção factível para este território-objeto do estudo em tela. Os *stakeholders* locais tem uma visão conflitiva a respeito da APA Estadual Serra do Barbado, pois ao mesmo tempo em que acham um território aprazível, tranquilo, belo, saudável, prenhe de possibilidades e potenciais, também tem uma visão de uma região economicamente pobre, inviável sob o ponto de vista produtivo no sentido de se inserir na economia local e regional com maior aporte de condições competitivas.

Ainda faz parte desse tensionamento o sentimento de que o Estado deveria se fazer mais presente como fomentador de desenvolvimento, promotor de incentivo às políticas públicas, e agente de comando e controle nas fiscalizações demandas, na prevenção de focos de incêndio florestal, no estabelecimento de iniciativas de uma agenda positiva como a promoção de educação ambiental, de projetos de intervenção socioambiental, Porém se ressentem de sua presença como repressor que acaba por coibir iniciativas de empreendimentos locais, com uma fiscalização principalmente em épocas de estiagem e de maior incidência de incêndios florestais, principalmente os ligados à agricultura de maneira geral.

A falta de esclarecimentos junto à população à época da decisão da criação da UC, sem consulta pública, sequer informativos a respeito do assunto, fica muito clara quando se entrevista a população envolvida, e mesmo os *stakeholders* ligados ao turismo na região, que tendem a olhar a UC com mais aceitação do que os agricultores moradores internos a ela, não sabiam durante anos da condição especial desse território. A ideia de que era uma APA só começa a aparecer no ano de 1998, quando foi designada a primeira gestora para a região, que permaneceu no cargo até 2002, quando entrou outro gestor efetivo, que permaneceu até 2004.

A antiga gestora retorna ao cargo interinamente até o ano de 2007, e nesse período estrutura o primeiro CG que a APA conheceu. Sua percepção de gestão de UC era o de tentar conter ações de agressão ao meio ambiente, como desmatamentos, retirada de lenha, caça, invasão de APPs. A gestora à época tinha

a competência de polícia administrativa, até por falta de clareza da estrutura administrativa, e podia lavrar autos de infração. É conhecido o número de casos onde os infratores ambientais foram conduzidos à delegacia por serem flagrados com madeira, lenha, gaiolas de passarinho.

A falta de uma estrutura de fiscalização e monitoramento personalizaram estas ações de comando e controle, o que causou sérios conflitos e retração no diálogo com a comunidade campesina local, e até a atualidade percebe-se o reflexo na população, que não consegue ainda enxergar o gestor como um articulador socioambiental, que deverá mediar os conflitos, buscar parcerias, fortalecer a interinstitucionalidade, mas um agente da repressão e coibição das práticas laborais não inscritas na legalidade stricto sensu. Há mais um problema nesse sentido, há certo consenso de que essas ações de coibição aconteciam amiúde com os pequenos agricultores e extrativistas locais, mas não havia o mesmo *animus operandi* quando se tratava de grandes agentes poluidores e empreendedores, a exemplo de políticos locais e grandes fazendeiros, muitas vezes de outras regiões que chegaram na UC ou nas proximidades dela para empreender grandes projetos de agronegócio. Mesmo assim, é inegável o legado deixado por esse período, pois se causou problemas de relacionamento entre a comunidade local e o órgão gestor da UC, também trouxe para a população uma nova maneira de perceber seu território, havia algo de especial nesta região, que precisava ser preservado.

É obrigatório ressaltar que esta UC ainda é palco de vários conflitos socioambientais os quais podemos destacar a caça, a incidência recorrente de incêndios florestais, o garimpo, o desmatamento e a extração de madeiras nobres para várias finalidades, e principalmente: o conflito por água que tem se acirrado bastante nestes últimos anos de seca no semiárido.

Após 2007 o conselho ficou 04 longos anos sem se reunir, e foi se desarticulando todo o acumulado de experiências, de demandas, de expectativas e reivindicações levantadas nesse período, Só depois de 04 anos o CG foi reestruturado, no ano de 2011, sob a nova estrutura administrativa que estava sendo gestada no sistema Sema. Muitos antigos conselheiros retornaram a assumir suas cadeiras, mas muitos também não se interessaram em retornar a compor o conselho, pois achavam que “isso não vai dar em nada, é só falatório”. Esta descrença no sistema estadual de gestão ambiental aparece em vários momentos das entrevistas entabuladas de maneira o mais informal possível.

Mas também é possível entrever nas respostas recebidas que os entrevistados sabem da importância desse território para a sua qualidade de vida, já possuem a percepção dos serviços ambientais que esse território fornece para seus habitantes, reconhecem em si o potencial de serem agentes da conservação, e reivindicam para si o reconhecimento do Estado em serem fornecedores da manutenção desses serviços, bastando para isso que haja capacitação, incentivo, mecanismos financeiros e administrativos para que possam desempenhar o papel de agentes conservadores da Natureza. Este anseio se traduz quando falam em qualidade e quantidade da água, necessidade de melhor estrutura para os serviços básicos como transporte, gestão de resíduos sólidos, saneamento básico e necessidade de educação ambiental e promoção de atividades como uma agricultura condizente com o ambiente e o ecoturismo para prover a manutenção das paisagens.

Muitos agricultores, moradores da APA e membros do CG têm trazido à tona, em vários momentos, conversas informais e reuniões ordinárias e extraordinárias, reuniões em separado com as Associações de Produtores, a necessidade de incentivos para a recomposição de áreas degradadas, principalmente no tocante à questão das águas jurisdicionais da UC. Há um terreno fértil para a questão dos Pagamentos por Serviços Ambientais, mesmo que ainda não conheçam o termo nestas palavras exatas. É uma necessidade premente que aparece quando dizem que o problema é abandonar as APP e deixá-las se recomporem sem ter uma alternativa econômica, haja vista a maioria dos terrenos terem uma declividade de suave a aguda e que muitas vezes estas declividades encontram outra APP, as matas ciliares, em uma situação de minifúndio.

Esses agricultores ainda se ressentem da falta de seus filhos, que aos dezoito anos, muitos migram para grandes capitais, em busca de emprego, por não enxergarem nas propriedades rurais de seus pais uma vida diferente da que estes tiveram. Também há uma pressão mercadológica para que esses agricultores se enquadrem em novas tecnologias para o aumento de produção e adequação dos tipos de produto que o mercado aceita. Muitos tem trocado culturas seculares de plantio, para experimentarem culturas da fruticultura do agronegócio, como o maracujá e a manga, com alto uso de insumos tóxicos, alta demanda por irrigação, e o que é pior, sem acompanhamento técnico algum.

Portanto, faz-se mister a intervenção das instâncias administrativas para que se reverta esse processo em ações que sejam benéficas do ponto de vista ambiental e social e que tenham viabilidade econômica para estes *stakeholders* locais.

Quanto aos planos de gestão da DIRUC percebe-se um amadurecimento no que tange ao planejamento estratégico a respeito da condução da gestão das UC baianas. Há um direcionamento a respeito dos objetivos, estratégias, dinâmicas, processos e distribuição de competências para a efetiva implantação das UC. Há ainda um estranhamento maior por parte das outras diretorias do sistema INEMA e até do Sistema SEMA, além de outras secretarias estaduais, em perceber as especificidades de se lidar com territórios especialmente protegidos e suas prioridades. É perceptível que, ainda é difícil para os *stakeholders* que detêm maior poder decisório entender que conservação pode ser compatível com desenvolvimento, mas em outras bases. É necessária a mudança de perspectiva e a quebra de paradigmas com a finalidade de se empreender esforços conjuntos e articulados para entender que UC são territórios vivos, sociais, culturais, e não apenas uma paisagem congelada em cartões postais.

4. RESIDÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL: (RE)CONHECENDO AS RAÍZES DO BRASIL

A Residência Social foi uma das etapas mais interessantes proporcionadas pelo Mestrado Multidisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, pois oportunizou sair e ver outra cultura, e ao mesmo tempo vermos a nós mesmos de outro lócus. Perceber as aproximações e os distanciamentos culturais, funcionais, administrativas que permeiam o objeto de pesquisa, no caso, a APA Estadual Serra do Barbado, e o objeto visitado: os Parques Naturais do Centro, Serra da Estrela e Norte de Portugal, Montesinho. Além dos PN, também serviu de baliza a gestão desses parques, a dinâmica socioambiental desses territórios, as atividades laborais relacionadas a esses parques, com ênfase na agricultura, no ecoturismo e na estrutura dos combates e prevenção aos incêndios florestais nestas áreas protegidas.

A escolha dos Parques Naturais de Portugal da região central e norte não foi aleatória. Em primeiro lugar a categoria desta área protegida chamou a atenção pela tipologia e uso que a faz muito próxima aos objetivos de uma APA. Em segundo lugar, escolhi Portugal pela proximidade histórico-cultural com as origens do povoamento da região sul da Chapada Diamantina. Ao pesquisar mais detalhadamente, percebi que muitos dos aventureiros portugueses que vieram para a Bahia, motivados pela mineração no século XVII e XVIII foram os camponeses e criadores de cabras e ovelhas das regiões das “beiras”, exatamente o centro-leste de Portugal, da região de Belmonte, e do nordeste do país, da região de Trás-os-Montes, onde inclusive já existiu exploração de ouro, desde a época dos romanos, mais especificamente na região que é tombada atualmente como Parque Natural de Montesinho.

Busquei nesta Residência encontrar as proximidades e distanciamentos entre o objeto de pesquisa, a APA Serra do Barbado, e os Parques Naturais europeus, em recorte, os da região norte e centro de Portugal. Em primeiro lugar busquei conhecer os instrumentos de gestão do Parque, a estrutura administrativa que o rege, e comparar com a estrutura administrativa baiana na área de gestão ambiental pública de áreas protegidas. Em segundo lugar, busquei encontrar abordagens na gestão que pudessem servir de inspiração para desenvolvimento de

projetos que pudessem ser replicados em nosso território com as devidas adaptações à realidade local.

Portanto, procurei atentar para a questão da gestão institucional, a prevenção e o combate aos incêndios florestais nos Parques Naturais, e a agricultura familiar, pelo perfil da APA Serra do Barbado. Nesse último quesito o distanciamento e a ausência de políticas públicas para o setor nos Parques Naturais do Norte e do Centro me deixaram um tanto que desanimada, pois não há muita coisa que nos sirva no sentido de reaplicabilidade. Mas em compensação, quando ative meu olhar para a condução de políticas públicas e programas focados em ecoturismo, percebi que esse seria o diferencial que traria na bagagem com grande potencial de reaplicabilidade, não exatamente da mesma maneira, mas com as adaptações necessárias, uma possibilidade de estruturar uma proposta voltada ao Ecoturismo nesta região tão profícua a esta atividade.

4.2. RESIDÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA A AÇÃO

O deslocamento físico, cultural, social oportunizada por esta atividade acadêmico-prática promove a abertura do horizonte do pesquisador para a reflexão sobre o objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que esse distanciamento tem como objetivo complementar e enriquecer a formação em gestão social do desenvolvimento. A Residência Social busca ser uma prática de inovação na articulação entre ensino teórico e prático, na qual os alunos deste mestrado conhecem novas realidades e podem observar a dinâmica do real funcionamento de um projeto, organização ou empreendimento que guarde correspondências com seu projeto de pesquisa.

Como residente Social, busquei atuar como observadora-participante nesta instituição, a DVAC/ICNF/MAMAGAOT, que me acolheu para o fomento de uma formação acadêmica de qualidade e experiência profissional, pois oportunizou a troca de experiências entre gestores sociais qualificados, num exercício de ensino-aprendizagem mútuo, e certamente contribuiu para o alcance de melhores padrões de desenvolvimento, através de integração e produção de novos saberes, e ainda auxiliou e subsidiou o desenvolvimento da atividade de pesquisa para a elaboração e defesa da dissertação-projeto.

4.3. MERGULHANDO NA CULTURA PORTUGUESA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A proximidade cultural e histórica entre Portugal e Brasil é algo que reverbera até os dias atuais, e notadamente no âmbito da região sul da Chapada Diamantina, o Circuito do Ouro, onde homens, na sanha da riqueza fácil e aventureira, atravessaram o Atlântico para buscar o ouro prometido nas montanhas baianas. Após o apogeu e queda do ciclo do Ouro, muitos não retornaram às suas terras, mas aqui permaneceram, tirando da agricultura o seu sustento e o da família.

E é nesse cenário que se desenvolveu outra cultura, a sertaneja brasileira, mas tributária da cultura portuguesa, principalmente na visão de mundo, da natureza a ser domada, na crença dos recursos ambientais infindos, do Deus antropocêntrico, do patriarcalismo, da suserania, no individualismo das ações aventureiras, do temperamento personalista, mas de grande obediência a um líder.

> A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com as raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes de nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (HOLANDA, 2013, p.40)

Esse pressuposto teórico de Sérgio Buarque de Holanda calou fundo em minha permanência em Portugal e a percepção que tive, desde detalhes aparentemente sem muita relevância nas metas para o momento, que era a gestão governamental de UC de uso sustentável, como a expressão do artesanato, da culinária, da alegria e o sentimentalismo do povo português, tão afeitas à nossa própria, até a maneira de perceber a gestão institucional, a tendência à centralização das ações em um único responsável, no caso, o governo central, as vulnerabilidades frente à correlação de forças ante o poder do capital e o poder público.

4.2.1. O INEMA e o ICNF

No âmbito institucional e na estrutura de governo, uma das maiores dificuldades sentidas por mim, foi de tentar transportar a realidade portuguesa à brasileira, principalmente por um motivo: Portugal é uma República Democrática, e o Brasil é uma República Federativa Democrática. Em Portugal não há estados federados, e sim regiões com municípios, ou concelhos, como são chamados. Eles não têm na estrutura política a mesma forma que temos aqui, mas mesmo assim foi possível estabelecer algumas relações de proximidade nesse âmbito.

O INEMA é fruto da reestruturação administrativa no sistema SEMA empreendida no ano de 2012, onde se fundiram dois institutos, Instituto do Meio Ambiente (IMA) e INGÁ, com a finalidade de otimizar as políticas ambientais do Estado da Bahia. Buscou-se assim “enxugar” áreas que estavam se sobrepondo em ações de gestão ambiental e criar diretorias e coordenações para se tratar de áreas que ainda não eram contempladas. Há uma clara perda de efetividade nesse início de gestão, pois o quadro funcional ainda está se adaptando às mudanças de fluxo que tal reestrutura trouxe ao cotidiano.

O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), também é fruto de uma reestruturação administrativa em 2011 implementada por Portugal, pois eram duas divisões diferentes: Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e a Agencia Nacional de Florestas (ANF). Enquanto que o ICNB cuidava das áreas conservadas, protegidas, a ANF implementava a política de florestas plantadas, de prevenção e controle de incêndio florestal, através de organização de grupos voluntários ou profissionais, mas todos apoiados pelo Governo Nacional através da ANF. Ambos institutos pertencem ao Ministério da Agricultura, Meio Ambiente, Águas e Ordenamento Territorial (MAMAGAOT), que também já foi alvo de reestruturação, pois o total de ministérios em Portugal se resume em 10. Estas reestruturações se deram principalmente em fase da crise econômica que o país enfrenta já há alguns anos e que tem assolado inclusive os serviços públicos e o estado de bem estar social do qual os europeus tanto se orgulhavam. Enquanto o INEMA tem a DIRUC e a DIBIO para planejar e implementar a política de biodiversidade e de conservação nas áreas relevantes na

Bahia, o ICNF tem a Divisão de Valorização de Áreas Classificadas (DVAC), que detém basicamente a mesma função, de se planejar e implementar a política de biodiversidade e de efetivação das UC portuguesas.

4.2.2. Instrumentos legais de gestão e os CG

Tanto os Parques Naturais portugueses quanto as APAs baianas e brasileiras contam com decretos que os instituem, Zoneamento Ecológico-Econômico, Planos de Manejo que definem seus possíveis usos, classificam áreas por tipologia, vocação e limites. Mas eles ainda se ressentem de que apesar de todas as áreas protegidas possuírem seus planos de manejo, não possuem Plano de Gestão, que não é um instrumento obrigatório, mas que é desejável para tomada de decisões e a criação de programas e projetos específicos a cada UC. No Brasil os Planos de Manejo já devem conter um plano de gestão na segunda etapa de sua elaboração, sendo a primeira a parte diagnóstica da UC. E no caso da Bahia, ainda temos muitos Planos de Manejo que não foram elaborados em UC que já deveriam estar consolidadas pelo tempo de existência.

Outra estratégia de gestão que nos chamou a atenção é que todas as Câmaras, como chamam as prefeituras de lá, de cidades que poderíamos classificar como polos microrregionais, possuem Planos Diretores de sua própria cidade e das cidadezinhas menores que compõem a microrregião. Seus Planos Diretores contemplam as demandas dos Planos de Manejo dos Parques Naturais, e não há demanda de licenciamento ambiental para as UC, principalmente na área agropecuária, estas são demandadas para o departamento de licenciamento dos municípios, que possuem equipes técnicas permanentes para dar respostas. Os Parques Naturais só são instados a darem anuências e licenciamentos de empreendimentos turísticos que queiram se instalar no território protegido.

Mas algo que me inquietou enquanto pesquisadora, observadora participante foi a ausência de Conselhos Gestores nas UC portuguesas. Nem nos moldes que conhecemos aqui: tripartites e paritários, e nem em moldes onde só participassem governo e município, como já chegou a existir, conforme me explicaram. Portanto, há baixa participação popular instituída pelo governo democrático português na prática. Há previsão de participação popular em sua

Constituição Nacional, mas não há previsões de mecanismos legais que garantam essa participação. E eles me dizem, frente ao meu espanto: Não há crise!!

4.2.3. A conservação e a biodiversidade

Enquanto a nossa biodiversidade e a nossa conservação florestal são temas caros ao meio dos ambientalistas, movimentos sociais, agroecológicos, governos de todas as esferas, muita discussão e artigos produzidos debruçados sobre o tema de como recompor nossas APPs, como frear nosso desmatamento, como recuperar as perdas de biomassa, como efetivar a inclusão da variável ambiental nos custos econômicos do mercado capitalistas ao qual estamos inseridos, os portugueses não tem maiores problemas com suas APPs ocupadas.

Da cobertura florestal original do país só restam 2%, concentrados no Parque Nacional do Gerês, único parque de proteção integral, de uso indireto que possuem. Partindo então desta análise podemos dizer que não há grandes problemas para o pequeno agricultor implantar uma lavoura, no tocante a quesitos de restrições ambientais. Por outro lado, boa parte dos rios pelos quais passamos estão com sua mata ciliar preservada, mas não os nossos sonhados 30 metros, talvez uns dez ou menos, em cada margem, de mata ripícola. Também, aparentemente, não há maiores sanções legais para quem não tem suas matas preservadas. Não existe RL, nem algo que o valha. Mesmo dentro dos Parques Naturais. Dentro desse contexto, é claro que os agricultores sofrem menos opressão no quesito conservação ambiental de suas áreas se os relacionarem aos seus pares brasileiros.

Quando pergunto pela ocupação de morros por lavouras de eucalipto e pinus, ou por parreirais em forma de socalcos, se há alguma sanção, ou algum problema legal e/ou ambiental decorrente dessas práticas, escuto a resposta: Não há crise!!

4.2.4. As APAS e os parques naturais
1.3.1

Se as APAs no Brasil, na verdade, de forma geral todas as UC, sofrem por falta de equipe técnica e operacional para dar resposta às demandas socioambientais comuns a esse tipo de território, o mesmo não podem dizer os portugueses. Seus Parques Naturais são atendidos por equipes multidisciplinares.

Para se ter uma ideia, enquanto a APA Serra do Barbado, com 6 municípios envolvidos, 636 km², várias comunidades rurais, povoados, distritos, possui uma sede (fora da APA), um gestor, um recepcionista, um estagiário, o Parque Natural de Montesinho, com 740 km², dois municípios, possui duas sedes (uma em cada município), uma em Bragança (fora da poligonal do Parque) e outra em Vinhais (dentro do Parque). Sua equipe é formada por 25 pessoas distribuídas entre turismólogos, biólogos, fiscais (chamados de Vigilantes da Natureza), recepcionistas, atendentes. E o Parque Natural de Montesinho ainda é considerado um dos mais pobres, pois se o compararmos com o Parque Natural da Serra da Estrela, a equipe é formada por 60 pessoas, distribuídas entre 3 municípios, Seia, Linhares, Manteigas e a Torre (ponto culminante do Parque).

Os Vigilantes da Natureza, por exemplo, além de procederem às fiscalizações de rotina ou demandadas pela população, também atendem os moradores do Parque quando esses precisam erradicar uma árvore, por exemplo, utilizar fogo para tratos culturais. Visitam a propriedade, vistoriam a árvore ou árvores a serem erradicadas, demarcam e o proprietário está autorizado a fazê-lo. Perguntei quanto tempo demora esse trâmite, e eles me responderam, olha, já foi mais rápido, mas atualmente com a crise, às vezes demora uma semana ou até dez dias... Isso me deixou realmente encabulada, pois quando demandamos ao nosso sistema de fiscalização vistorias, visitas in loco, como gestora levo até 3 meses para obter uma resposta, quando a obtenho...

4.2.5. Estratégias para prevenção e combate aos incêndios florestais

Um dos capítulos mais interessantes desta minha Residência Social foi seguramente conhecer o sistema para prevenção e combate aos incêndios florestais em Portugal. Na Bahia, mais notadamente na Chapada Diamantina, e principalmente em suas UC, os incêndios florestais, cada vez mais recorrentes, são problemas que muitas vezes parecem instransponíveis. O Governo do Estado, de forma mais sistematizada, nos últimos cinco anos, tem envidado esforços para diminuir a incidência destes episódios tão danosos ao ecossistema, porém ainda há um problema de articulação, alinhamento e apoio à sociedade civil que também atua voluntariamente como combatentes em áreas queimadas.

Portugal, nesse sentido, tem muito a ensinar. A rede que coordena as ações de prevenção e combate a incêndios florestais integra governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada de forma a evitar ou pelo menos, diminuir a área queimada com ações rápidas e concatenadas entre os parceiros. Na entrevista que fiz com o Dr. Rui Melo, egresso da extinta ANF, atual diretor dos Parques Naturais do Centro de Portugal, ficou claro que eles já possuem um bom sistema de combate a incêndios acidentais ou criminosos e envolvem: 1 – Os vigilantes da Natureza, que também detém a função de combater incêndios; 2 – Os bombeiros nacionais, ligados à instituição pública; 3 – Os bombeiros voluntários, o que equivaleria aos brigadistas nossos; 4 – Os sapadores, homens que atuam profissionalmente nesta área, inclusive nas entressafras de fogo, atuam no manejo florestal para particulares, 5 – A Guarda Nacional, similar à Polícia Federal brasileira, que participa do processo na investigação dos casos criminosos.

Além de manter a estrutura estatal, o Governo Nacional repassa, mediante convênio assinado, recursos anualmente a cada associação de bombeiros voluntários e sapadores, para que eles possam repor equipamentos e ter recursos para diárias e bolsas de segurança alimentar para seus homens. A contrapartida exigida nestes convênios é uma quantidade de horas estipuladas que as Associações de bombeiros voluntários e sapadores terão que cumprir a serviço do Governo.

Este é um modelo interessante, e o Governo do Estado da Bahia, através da SEMA/INEMA já está tentando implementar, pelo menos em relação às Associações de Brigadistas e alguns municípios, dotando-os de recursos para poderem atuar com o mínimo de autonomia na questão dos combates. O primeiro convênio está em vias de ser assinado entre a Brigada Gaviões da Chapada e o INEMA, como piloto para as outras associações ao longo do ano de 2014.

No Diário de Bordo que elaborei e compartilhei, inclusive em redes sociais, o detalhamento da entrevista, os passos que foram dados pelos portugueses, serviram de modelo para apresentar ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa pelo representante dos brigadistas da Chapada, como diretiva para a criação de uma lei que regulamente a existência dos brigadistas enquanto componentes do sistema de prevenção e combate aos incêndios florestais na Bahia.

4.2.6. A agricultura familiar (Brasil & Portugal)
1.3.2

Desde a consolidação do projeto colonizador no Brasil, nos anos 1500, a agricultura se deu de forma à atender demandas externas do mercado. As *plantations* ditaram a tônica da agricultura, seja da cana-de-açúcar, do café, do algodão e outros ciclos menores (PRIORE, 2006). A agricultura para o abastecimento interno da colônia, das fazendas, das vilas e dos povoados acabou acontecendo sempre de forma marginal, em terras menos férteis e não requisitadas pela monocultura de exportação. Foi assim que nasceu a agricultura familiar brasileira. Apesar de importante para o abastecimento interno, a agricultura familiar ainda é um gargalo a ser resolvido, e a correlação de forças que a tangem para a periferia das discussões econômicas estratégicas ainda é uma realidade nada desprezível. Mesmo com alguns avanços nos últimos anos, como a ampliação da base legal que prevê a agricultura familiar como estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com a inserção de programas financeiros de incentivo, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), há muito ainda o que se conquistar, principalmente em rincões mais distantes e menos articulados tanto internamente, entre seus pares, com baixa capacidade associativista e cooperativista, quanto com entidades com potencial de se estabelecer parcerias, a exemplo de instâncias públicas estaduais e federais.

Pela realidade da APA Estadual Serra do Barbado ser de formação social de agricultores familiares em sua base buscamos focar primeiramente a pesquisa no âmbito da Residência Social para a agricultura familiar nos Parques Naturais do Centro e do Norte português. Busquei olhar como se dava a dinâmica socioambiental e esta atividade econômica sem, contudo, encontrar nada que pudesse trazer para acrescentar à minha pesquisa, como modelo que serviria de inspiração, pelos motivos que constatei: 1 – A região de abrangência dos Parques Naturais está muito envelhecida. Composta em sua maioria por idosos, a força de trabalho jovem concentra-se atualmente nos grandes centros urbanos envolvidas em outros segmentos econômicos. Os mais velhos produzem realmente a agricultura de subsistência, para consumo próprio e escambo com os vizinhos. 2 – Há um programa da União Europeia de subsídios à produção agrícola de pequena escala, financiada pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento (FEADER), porém

estes subsídios se atêm à produção, mas não à comercialização. 3 – Em um país em crise, a tendência é de aumento de impostos e de maior rigor nas cobranças, e um agricultor só poderia colocar seu produto no mercado, seja por quais canais forem (entrega direta aos restaurantes, quitandas e afins) caso pagasse o Imposto sobre Valor Aumentado (IVA), que é recolhido mediante sistema eletrônico integrado, com alíquota de 23%, sobre qualquer produto e a implantação do sistema não fica por menos de três mil euros, ou seja, para produtores de hortícolas, pomares de pequeno porte, pequenas adegas de vinho ou ainda produção caseira de azeite torna-se inviável. 4 – Não conseguimos encontrar associações ou cooperativas de pequenos produtores rurais no âmbito dos Parques Naturais visitados, que pudessem fazer articulações no sentido de defender os interesses da classe. Soubemos que há uma grande associação que agrega produtores rurais orgânicos, na região do Alentejo, ao sul de Portugal, mas não funciona com o foco em áreas protegidas, portanto, este foco da Residência Social teve que ser reajustado para outra área de interesse possível, para o aproveitamento na dissertação-projeto a ser desenvolvida como resultado da pesquisa feita.

4.3. ECOTURISMO NOS PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DA SERRA DA ESTRELA: UMA INSPIRAÇÃO

O Ecoturismo em Portugal é chamado por Turismo de Natureza. É algo que está intrinsecamente ligada aos Parques Naturais. Portugal Continental possui 14 PN, distribuídos ao longo de suas cinco macrorregiões: Norte, Centro, Tejo (Lisboa e entorno), Alentejo e Algarve. Basicamente todas as rotas de Turismo de Natureza guardam alguma conexão com os Parques. Há outros roteiros, culturais, históricos, religiosos, arqueológicos, gastronômicos, porém para o Turismo de Natureza priorizam seu planejamento em Parques Naturais, PN.

Neste contexto, é a DVAC que detém a responsabilidade de planejamento, promoção, estruturação, normatização, regulamentação, monitoramento e fiscalização das atividades turísticas implantadas e desenvolvidas nos Parques.

A DVAC possui uma equipe técnica de 16 turismólogos localizados nas diferentes regiões de Portugal, e que são responsáveis por pensar o desenvolvimento turístico nos Parques. Isto inclui pensar, planejar, criar e executar as placas de sinalização dos PN. Também criam e normatizam roteiros, trilhas,

identificam os pontos turísticos, a segurança. Pensam ainda na comunicação, além da sinaléptica (como chamam a sinalização), elaborando panfletos, livretos, folders, guias, inclusive os direcionados (aos observadores de pássaros ou entomologistas, por exemplo). Planejam e articulam por quais canais irão promover os Parques, seja através de operadoras turísticas situadas em grandes centros urbanos e em aeroportos, gares, estações rodoviárias, agências de turismo, hotéis, locadoras de veículos. Ou seja, planejam e executam a política do turismo de natureza nos PN portugueses.

Outra atividade que implementam é a promoção do voluntariado estrangeiro que consiste em trazer jovens para passarem férias acampados, enquanto executam tarefas de manutenção nos Parques, nas trilhas e para as comunidades idosas habitantes destas áreas. Os jovens trabalham quatro horas por dia, em troca de um espaço para acamparem ou se alojarem com estrutura de banheiros e cozinha oferecida pelas câmaras (prefeituras), mas com as despesas com alimentação e manutenção do grupo em geral, assumida pelo próprio grupo de jovens.

São iniciativas que acabam funcionando, pois os Parques são todos sinalizados e as trilhas são mantidas em condições satisfatórias, Portugal recebe anualmente mais de 20 milhões de turistas, sendo o 19º destino turístico mais visitado no mundo, e boa parte desses turistas vão aos Parques Naturais.

Há outra atividade desempenhada pela DVAC que é a regularização e normatização quanto relacionadas aos empreendimentos a serem instalados (pousadas, restaurantes, lanchonetes, bares, resorts, albergues, hotéis, hotéis rurais, campings, lojas de souvenires e afins), além de empresas turísticas que fazem o trabalho do receptivo nos Parques (agências, operadoras, empresas de *off Road*, alpinismo, rapel e etc.).

Um dos aspectos que mais me chamou a atenção foram os centros de visitação dos PN. São chamados de Centros de Interpretação. Cada Parque possui pelo menos um. São estruturas relativamente simples, com quadros, banners, ilustrações, mapas, textos, artefatos interativos, para que se conheça o Parque de forma generalizada em várias perspectivas, desde a ecossistêmica, os biomas, bacias hidrográficas, aspectos culturais, históricos, sociais, a biodiversidade, a relação desta com a diversidade cultural. Não só o Governo Nacional mantém os seus próprios centros de interpretação como também os municípios possuem os

seus próprios centros, delimitando sua parcela nestes parques, seus pontos turísticos de forma mais detalhada.

Devo relatar que meu supervisor de estágio, o diretor da DVAC, o doutor João Farinha ficou boquiaberto quando soube que não há nenhum tipo de estrutura semelhante para as APAs baianas. Ficou estarrecido quando soube que, na maioria dos casos, não há sequer uma placa que sinalize: “Você está em uma Área Protegida.” ...

Todas as ações que envolvem turismo de natureza em Parques Naturais são desenvolvidas pela DVAC, enfim, com aporte de recursos próprios ou ainda com apoio, o mais comum, do Turismo de Portugal, empresa de turismo pública, ligada ao Ministério de Desenvolvimento Econômico. A autonomia no planejamento turístico em relação aos Parques Naturais foi algo realmente inspirador. Portanto, o que pude tirar de proveito na Residência Social, nesta imersão, foi a gestão do ecoturismo nos Parques Naturais, o planejamento, as políticas públicas de valorização destas áreas, a promoção destes parques tanto para o público doméstico, como para o público internacional. E nesta vivência e estudos que fiz suscitou-me que as UC brasileiras, em especial as baianas, e principalmente as UC de Uso Sustentável criadas na década de 90, inclusive a APA Serra do Barbado, foram principalmente criadas pelo apelo e potencial ecoturístico que possuem. Porém nunca foi criado um programa de ecoturismo específico para UC na Bahia, e essa Residência Social me despertou a necessidade de se repensar a política territorial das APAs e as possibilidades que o ecoturismo poderia estruturar, envolvendo comunidade, iniciativa privada e poder público. Infelizmente, nos sítios eletrônicos dos órgãos estaduais de turismo baianos, tanto a SECTUR, quanto a Bahiatursa, não fazem nenhuma menção às UC estaduais da Chapada Diamantina, nem no Circuito do Diamante e nem no Circuito do Ouro.

5. PROJETO DE INTERVENÇÃO

5.2. QUAL É O HORIZONTE? DESAFIOS, PROJETOS, PROPOSTAS E UTOPIAS

A partir dos pressupostos teórico-práticos estudados sob a perspectiva de gestão de áreas protegidas de uso sustentável pode-se perceber que é uma questão multidimensional, seja de enfoque ambiental, político, social ou econômico, e todas as questões colocadas precisam ser vistas de forma correlacionadas para poder propor estratégias de desenvolvimento deste território. Buscou-se assim a proposta de um programa estruturante que possa contemplar subprogramas e projetos complementares que abranjam as diversas vertentes possíveis de compatibilização da conservação ambiental, o desenvolvimento territorial, a satisfação das necessidades básicas e de realização das populações envolvidas, tratando assim o tema como ele merece ser tratado, sob a ótica multidimensional que tem.

Um dos grandes desafios avistados neste estudo indica a necessidade de se promover o pacto social como base para implantação de novas modalidades de gestão socioambiental neste território especialmente protegido, apresentando novas abordagens para a mudança estratégica na relação entre os *stakeholders* entre si e no trato com a APA Estadual Serra do Barbado. Neste contexto, após vários estudos a respeito do que se poderia propor como intervenção em uma APA chegou-se à conclusão que a proposta dos Pagamentos por Serviços Ambientais seria a melhor abordagem, pois esta estratégia é, por vários motivos, algo que dá concretude aos anseios da população rural, em especial, que habita este território, e com ênfase nas Bacias e sub-bacias hidrográficas, pela importância estratégica regional e estadual.

Não se pode desprezar que há uma série de etapas a serem conquistadas até se chegar a um patamar satisfatório, pois a Bahia ainda não possui marcos regulatórios específicos que tratem da questão de PSA, e em âmbito federal há projetos de lei que ainda tramitam pelo Congresso Nacional. Mesmo que o estado da Bahia não possua marcos regulatórios que tratem especificamente de PSA, é possível interpretar as leis que já existem à luz da aplicabilidade de programas e projetos que ganhem contornos de tal iniciativa através de seus princípios, objetivos e diretrizes, como, por exemplo, na Política Estadual de Recursos Hídricos, lei nº11.612/2008, que cita em seu artigo 2º o princípio do usuário-pagador e do poluidor-pagador, e ao discorrer sobre seus objetivos assegura o uso dos recursos

hídricos pelas atuais e futuras gerações, além de compatibilizar seu uso com os objetivos estratégicos da promoção social, do desenvolvimento regional, da sustentabilidade ambiental, e ainda assegurar a equidade e a justa distribuição de ônus e benefícios pelo uso de recursos hídricos. Ainda em suas diretrizes o Programa Estadual de Recursos Hídricos (PERH) prevê a utilização de instrumentos econômicos e tributários de estímulo ao uso racional e à conservação de recursos hídricos (BAHIA, 2008). É neste contexto que se delineia com clareza a materialização do valor econômico da água, da biodiversidade, da ciclagem de nutrientes dos solos, da tentativa enfim, de internalizar os elementos ambientais aos custos econômicos de mercado.

5.3. PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Segundo Wunder (2008) PSA é uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido é comprado por um comprador de um provedor, sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço. Os PSA podem ser pecuniários ou não, tanto podendo beneficiar diretamente com recursos financeiros como com estruturas que gerem melhoria na qualidade de vida dos beneficiários protetores ou ainda assistência técnica na gestão dos recursos naturais utilizados. Os PSA devem favorecer, por exemplo, o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de redução de desmatamento e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), serviços de armazenamento de estoques e sequestro de carbono; a produção de gases, água, sua filtração e limpeza naturais; o equilíbrio do ciclo hidrológico; a conservação da biodiversidade; a conservação do solo e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas; a paisagem; o equilíbrio climático; o conforto térmico; e outros processos que gerem benefícios decorrentes do manejo e da preservação dos ecossistemas naturais ou modificados pela ação humana.

Segundo Born e Talocchi (2002) desde a década de 1970 surgiram propostas para a adoção de mecanismos de caráter econômico para a gestão ambiental, apoiados em princípios como o poluidor-pagador, usuário-pagador e protetor-recebedor. Os dois primeiros tem sido mais difundidos e são utilizados pelos instrumentos de comando e controle com base na crença difundida de que “o dinheiro resolve mais que leis e decretos; enfim, que mercado e economia se

sobrepõem à política, à justiça e aos direitos.” (BORN; TALOCCHI, 2002, p. 35). É claro que os PSA não devem ser substitutos das políticas de comando e controle, mas pode ser utilizado como um instrumento de compensação ambiental pago por quem mais poluiu ou usufruiu dos recursos naturais àqueles que são hipossuficientes e que, muitas vezes, se veem obrigados a se sacrificarem para manter os estoques de recursos naturais utilizados pelos que mais poluem. (BORN; TALOCCHI, 2002)

Um dos principais focos dos PSA é o meio rural, por entender que a agricultura pode favorecer a implantação de práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, gerando externalidades positivas, ou ainda práticas que possam erodir o ecossistema, e consequentemente gerando externalidades negativas. Mas é necessário ter uma percepção bem clara e precisa de como devem ser distribuídos o papel de cada *stakeholder* na estruturação de um instrumento como os PSA, para evitar desvirtuamento de suas finalidades, garantir que a distribuição dos benefícios chegue de forma equitativa às populações diretamente envolvidas. É muito importante também desenvolver mecanismos de monitoramento e gestão para garantir que os benefícios planejados sejam efetivamente gerados, possibilitando assim a transparência e a credibilidade nas ações. Pelo fato dos PSA poderem ser ofertados nem sempre em forma de pagamentos diretos, mas com projetos e ações, Born e Talocchi ainda ressaltam que:

> Lembremos que, mesmo que as CSA (PSA) pudessem, com certa frequência, ocorrer na forma de provisão de serviços básicos, equipamentos, infraestrutura e capacitação ou assistência técnica, não se deveria confundir essas compensações com uma substituição do dever que têm os Estados de prover direitos básicos(...) O principal risco aqui é que instrumentos do CSA sejam usados para afastar o dever do Estado de assegurar direitos legalmente previstos, com a consequência de que as comunidades estariam recebendo algo por serviços ambientais que, na realidade deveriam estar usufruindo simplesmente por direito de cidadania. (BORN; TALOCCHI, 2002, p. 37)

Os autores colocam alguns riscos de “efeitos perversos” dos PSA, como por exemplo, o de assimetria na relação de negócios, entre países industrializados, ricos e desenvolvidos como compradores de Serviços Ambientais e países em desenvolvimento do eixo sul, fornecedores destes mesmos serviços. A respeito disso Alier (2009) chama a atenção para o fato da valoração econômica, e quem dita os preços, como se formula, quem formula e quem aceita receber. Ainda Born e

Talocchi afirmam que este tipo de efeito perverso, além de não promover equidade e nem equivalência poderia aumentar a quantidade de emissão de gases tóxicos por estes países industrializados, ou os grandes poluidores. Outro aspecto que precisa de atenção é que um PSA precisa ter uma abrangência de caráter coletivo, para não se correr risco de apenas grandes beneficiários privados serem contemplados por este instrumento econômico. E não se pode desprezar que uma consequência desejável e até deveria dizer, de caráter obrigatório, para o sucesso da implantação de tal instrumento econômico é promover o desenvolvimento local, de forma endógena, gerando autonomia, protagonismo, fortalecimento das bases associativistas, políticas e de apoderamento dos *stakeholders* locais.

Pelas entrevistas coletadas, principalmente junto aos *stakeholders* moradores ou ligados diretamente à APA Serra do Barbado, agricultores em sua absoluta maioria, percebe-se que há uma demanda reprimida por uma política de incentivo para a questão ambiental na região. E esta política pública poderia ser traduzida em PSA com o estabelecimento de normas e diretrizes que contemplem a compensação pelo trabalho de conservação ambiental que poderá ser realizado por estes atores. Além disso, a implantação de uma política pública que utilize como ferramenta o PSA e projetos subsidiados à produção mais limpa, a agroecologia, a permacultura, será percebida como uma prática inovadora no âmbito de APAs baianas, haja vista que são UC de uso sustentável, composta por terras privadas, e a questão fundiária em princípio não obstaculizaria a implantação deste instrumento, o que poderia ser um problema em UC de Proteção Integral.

Além de conservação ambiental nos ambientes rurais componentes da APA Serra do Barbado, o PSA poderá ser um excelente instrumento de inclusão social, participação ativa das comunidades envolvidas e de geração de renda sobre novas bases, se bem desenhada, bem articulada e bem gerida.

E assim sendo, é nesses moldes e sob esta perspectiva que buscamos desenhar a Proposta de Intervenção necessária à conclusão dessa dissertação, para deixar como colaboração do que poderá se transformar em uma política pública inovadora no Estado da Bahia já que ainda não há experiências similares no Estado da Bahia, utilizando-se deste tipo de estratégia, e com grande grau de reaplicabilidade para outros territórios especialmente protegidos, com perfil agrícola, no âmbito de UC de Uso sustentável.

5.4. ECOTURISMO COMO POLÍTICA ESTRUTURANTE

Um dos principais motivos para se criar a UC em tela, foi seu apelo paisagístico, dotado de grande beleza cênica, com o conjunto serrano de maiores altitudes da Bahia, com ponto culminante de 2033 metros no Pico do Barbado e várias outras serras e picos que se aproximam bastante dessa altitude. Além disso é uma região com muitas nascentes e sub-bacias hidrográficas que compõem a Bacia Estadual do Rio das Contas, Bacia Estadual do Rio Paraguaçu e Bacia Federal do Rio São Francisco. A APA Serra do Barbado é um território prenhe de possibilidades no Ecoturismo em várias de suas modalidades: o turismo de aventura, com trekking, montanhismo e escaladas, o ciclismo de montanha, o turismo cultural, roteiros que envolvam os trechos de Estrada Real, o turismo de base comunitária que envolva as comunidades tradicionais moradoras nesta UC ou em seu entorno imediato, turismo de lazer com contemplação, banho; observação de fauna, flora e paisagens; e turismo rural.

A partir da perspectiva da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) a definição brasileira para o Ecoturismo é:

> ... um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 1994)

A modalidade do Ecoturismo também é conhecida como Turismo Sustentável desenvolvido pela WWF que afirma:

> o turismo sustentável é aquele que busca as necessidades dos turistas atuais enquanto protege e incrementa as oportunidades para o futuro, por meio de produtos que são operados em harmonia com o meio ambiente local, comunidades e cultura, de maneira que estas tornem-se as grandes beneficiárias e não as vítimas do desenvolvimento do turismo (WWF, 1995, p. 17).

Por este conceito ser muito questionado por diversas entidades e especialistas, atualmente a WWF busca trabalhar com o conceito de turismo responsável, pois o conceito de turismo sustentável seria “ambígua e discutível”, já que envolve aspectos de impactos ambientais de difícil resolução, como por exemplo as emissões de CO2 dos meios de transporte turístico, principalmente o aéreo (VITAE CIVILIS; WWF, 2003).

Assim sendo, a partir do conceito de turismo responsável buscou-se delinear princípios que o norteasse: O turismo deve ser parte de um desenvolvimento

sustentável amplo e de suporte para a conservação; O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades às comunidades locais; O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável; o turismo deve ser informativo e educacional. (WWF, 2001).

Esses princípios devem reger as diversas modalidades do turismo, inclusive o de negócios e o de massa, para a busca da sustentabilidade da atividade a partir da lógica de responsabilidade ambiental e social. Neste sentido o ecoturismo é um segmento do turismo responsável que precisa considerar as relações que estabelece com as diversas dimensões de sustentabilidade: na minimização de emissões de gases de efeito estufa, ecológica; pela continuidade de fornecimento de bens e serviços naturais que representam a base física do crescimento; na capacidade de carga dos ecossistemas com consequências sobre as taxas de recomposição e de regeneração; a cultural, a exemplo da conservação da diversidade agrícola; a social, através da justa distribuição de bens e serviços; pela política, a partir do fortalecimento de processos democráticos e que sirvam de pilar para a construção da cidadania, e a sustentabilidade institucional. Estes são critérios de sustentabilidade que precisam ser observados e seguidos no ecoturismo, e o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) acrescenta mais sete princípios, que em grande parte coadunam com os princípios da WWF, mas acrescentam a temática do planejamento e da gestão responsável ao rol de princípios. E por fim, a WWF lança os princípios do Ecoturismo de Base Comunitária em 2003:

O ecoturismo deve contribuir para a conservação do meio ambiente minimizando os impactos ambientais negativos, por meio de estudos de planejamento integrado, informação e educação para visitantes e residentes e capacitação ampla; e deve ainda gerar benefícios por meio da destinação de recursos financeiros para conservação (manejo, criação de UC, apoio) e estimulo ao voluntariado; deve ainda viabilizar o retorno econômico e social para as UC e/ou entorno, por meio da participação nos conselhos gestores das UC, de avaliações de capacidade local de desenvolver negócios sustentáveis para o ecoturismo, e do preparo, da capacitação e convite à sociedade local para participar de processos de co-gestão e terceirização dos serviços em parques, induzindo o empreendedorismo comunitário.

O ecoturismo deve promover, onde possível, a valorização cultural das comunidades, bem como a capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos através da interpretação do processo histórico de colonização e uso do solo, promovendo a autoestima da comunidade, apoiando e promovendo a articulação de políticas públicas voltadas para o benefício das comunidades.

O ecoturismo deve buscar a diversificação e integração econômicas para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades através do estímulo ao ecoturismo como atividade econômica complementar e integrada a outras atividades locais, deve ainda organizar e fortalecer as entidades locais (públicas, rurais, comerciais, de classe, etc.) e manter um monitoramento dos impactos sociais da mesma forma como se deve monitorar os impactos ambientais.

Percebe-se que estes aspectos de referenciais teóricos e práticos, de marcos lógicos planejados e definidos, vão diretamente ao encontro do perfil da APA Estadual Serra do Barbado em trabalhar com o Ecoturismo de Base Comunitária, por seu perfil cultural, ambiental, político, econômico e de potencial em desenvolver atividades que possam integrar as cadeias produtivas locais com o incremento desta atividade, que dentre outras coisas, poderá contribuir para a manutenção da beleza cênica da paisagem local, um dos principais objetivos para o qual foi criada esta UC na década de 1990.

5.5. AGROECOLOGIA COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POSSÍVEL

A agroecologia é uma abordagem produtiva que prevê a soberania alimentar, a conservação de recursos naturais e a superação da pobreza a partir do desenvolvimento endógeno local, promovendo uma dinâmica social de participação, autonomia e protagonismo das populações envolvidas. Segundo Campos (2009) a agricultura familiar dentro de moldes agroecológicos poderá trazer as seguintes consequências para os *stakeholders* diretamente envolvidos:

a) Possibilitar condições sustentáveis para a agricultura familiar, aumentando a renda, diversificando a produção e garantindo o autoconsumo por parte das famílias de agricultores/as; b) Melhorar a qualidade (maior disponibilidade de alimentos *in*

natura, agroindustrialização artesanal, etc.) e a diversidade de alimentos disponíveis nos municípios, com menores gastos energéticos (transporte – pneu, combustível, estradas, perda por danos no transporte) e respeitando a cultura alimentar local. c) Amplificar a relação rural-urbano estimulando a construção de mecanismos e estratégias pautadas no desenvolvimento local, possibilitando a constituição de redes sociais, culturais e políticas entre as comunidades rurais e urbanas.

Veiga *apud* Campos (2009) ressalta que quando se evoca a necessidade de conservação da biodiversidade, o mais comum é que se pense em espécies que estão mais ameaçadas de extinção e nas consequentes perdas de informação genética. Contudo, além de não serem estes os únicos prejuízos impostos pela redução da biodiversidade, talvez nem sejam os principais. Bem pior é o enfraquecimento dos ecossistemas que os torna vulneráveis aos choques. Isto é, uma diminuição da capacidade de enfrentar calamidades ou destruições provocadas pelas sociedades humanas sem que desapareça seu potencial de auto-organização. Em resumo, há muitas razões para se afirmar que está em curso uma forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização. São rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações (CAMPOS, 2009).

A variável ambiental e os problemas resultantes de manejo inadequado têm ganhado cada vez mais, importância na percepção dos pequenos agricultores que habitam a APA Estadual Serra do Barbado, pois os últimos anos foram particularmente difíceis pela questão de prolongada estiagem vivenciada neste território, ampliando largamente os episódios de conflitos por água. Existe, portanto, um contexto socioambiental à introdução e/ou fortalecimento das práticas agroecológicas com vistas a aumento de produtividade em qualidade e em quantidade, promoção de estratégias de recomposição de APP através de agroflorestas permaculturais, fomento à melhoria das sub-bacias hídricas que compõem as Bacias Hidrográficas Estaduais do Rio das Contas, Rio Paraguaçu e Bacia Hidrográfica Federal do Rio São Francisco através da Bacia Hidrográfica do Rio Paramirim.

Neste sentido, a agroecologia fortalecida através de ATER articulada com estratégias de PSA e fortalecimento das organizações envolvidas poderá ser uma

grande oportunidade de desenvolvimento endógeno, de fixação dos moradores no campo, de reconhecimento deste território como um vetor de desenvolvimento sustentável para as populações da APA e da zona imediata de seu entorno.

De acordo com Franco (2001) *apud* Campos (2009), o Estado passa a ter um papel de constituir uma ordem jurídica e econômica que sinalizasse para os demais agentes sociais a primazia de padrões de organização de relações sociais fundados em redes horizontais ou redes de parceria (ao invés de padrões de organização hierárquico-verticais, que estabelecem formas competitivas de interação social) e de modos democráticos de regulação de conflitos, ao invés de modos autocráticos de resolução dos mesmos. Este é então um modelo mais apropriado para neutralizar possíveis assimetrias nas relações de poder quando estabelecido um instrumento econômico como o PSA a partir do fomento da agroecologia, para que se promova a equidade e a justa distribuição dos benefícios gerados por tais políticas públicas, ao invés de simplesmente colocar o PSA sob o viés mercadológico capitalista sem maiores intervenções que promovam a regulação e a gestão da dinâmica a ser estabelecida.

5.6. PROJETO DE INTERVENÇÃO

Com base nos aspectos discutidos anteriormente neste capítulo, no contexto socioambiental e histórico da APA Estadual Serra do Barbado, nos princípios que regem o PSA e na experiência da residência social será apresentado a seguir um conjunto de ações específicas para expor os pontos de atuação citados anteriormente tentando obter um encadeamento lógico. O projeto de intervenção foi embasado no PSA Produtor de Água de autoria da ANA, que possui uma experiência referendada por vários estudiosos na Bacia do Rio Piripipau no Distrito Federal. É lógico que além da inspiração deste programa, também foram observadas as especificidades locais de um território baiano, situado no semiárido, sendo uma APA Estadual, com suas potencialidades e limitações operacionais.

Foi previsto um conjunto de ações concatenadas, distribuídas no tempo e com *stakeholders* envolvidos para buscar efetivar as soluções, potencializar as atividades e aumentar o poder de articulação da base local com os demais *stakeholders* que detém maior poder sobre as decisões políticas e orçamentárias.

Estas ações estão apresentadas na forma de quadros de execução onde sinalizamos Metas e Ações Específicas, sinalizando as instituições que poderão ser responsáveis de acordo com sua atuação na região e os insumos básicos necessários para o desenvolvimento bem como o tempo mínimo de execução de cada meta estabelecida.

	META: FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROJETO RESPONSÁVEL: COPLAN/DIRUC/INEMA		
	Ações específicas	**Tempo demandado**	**Insumos necessários**
	Promover uma articulação institucional com os *stakeholders* para formação do CG do Projeto PSA, a exemplo SEMA, Superintendência de Políticas Ambientais (SPA), INEMA (DIRAG, DIRUC, DIBIO, DIRAF), CAR, CERB, EMBASA, Representante de CG da APA Serra do Barbado, ANA, SEDES, Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego (SETRE), SEAGRI, EBDA, Comitê de Bacias do Rio das Contas, do Paraguaçu e do Paramirim, ONGS ambientalistas, Associações de Produtores Rurais, Prefeituras municipais de Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Jussiape, Érico Cardoso, Rio do Pires, CIARC.	3 meses	Veículos para o deslocamento dos técnicos; Instalações para o escritório de AT; Computadores; Internet; Telefone, correios; Material de consumo; Recursos para as despesas operacionais;
	Definição dos técnicos locais e planejamento das ações para operacionalizar o Projeto	2 meses	Material didático e de consumo; Assessoria especializada em gestão social e interorganizações.
	Realização de uma oficina de nivelamento dos técnicos e membros do Conselho Gestor do Programa (CGP) em metodologias planejamento participativo	2 meses	Material didático e de consumo; Assessoria especializada em metodologia de trabalho com agricultores;
	Nomeação por indicação dos técnicos e representantes no CGP	3 meses	Local para evento, transporte e alimentação para agricultores, equipamentos e materiais específicos.

META: IDENTIFICAÇÃO DA BACIA E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PSA
RESPONSÁVEL: CGP

Ações específicas	Tempo demandado	Insumos necessários
Levantamento da situação das sub-bacias hidrográficas das Bacias Estaduais do Rio das Contas, do Paraguaçu e do Rio Paramirim. Responsáveis: CGP	06 meses	SIG; Assistência técnica em georreferenciamento. Infraestrutura (carro, computador, material bibliográfico e de consumo etc.). Planos de Bacias Hidrográficas. SIG; Assistência técnica em georreferenciamento. Infra-estrutura (carro, computador, material bibliográfico e de consumo etc.).. Planos de Bacias Hidrográficas
Identificação da situação da degradação ambiental em 03 sub-bacias para intervenção, quantificando o tamanho em hectares, incluindo as APPs (florestas ripárias e encostas) que tenham perfil de produção de água Responsáveis: CGP	08 meses	

Identificação dos principais beneficiários dos serviços ambientais, bem como dos produtores que executarão as atividades com o objetivo de promover os serviços ambientais Responsável: CGP	03 meses	SIG; Assistência técnica em georreferenciamento. Mobilizadores sociais Infraestrutura (carro, computador, material bibliográfico e de consumo etc.). Planos de Bacias Hidrográficas.
Mobilização dos diversos *stakeholders* para a importância da recomposição de áreas degradadas através de seminários, oficinas, visitas in loco às propriedades rurais. Responsável: Técnicos do CGP	03 meses	Espaço para realização de seminários e oficinas nos 06 municípios da APA Infraestrutura (carro, computador, material bibliográfico e de consumo etc.).
Planejamento estratégico do plano, projeto e ações de recuperação das áreas degradadas e/ou a serem mantidas (floresta em pé) Responsável: Equipe técnica do CGP	03 meses	SIG; Assistência técnica em georreferenciamento. Mapas, Infraestrutura (carro, computador, material bibliográfico e de consumo etc.). Planos de Bacias Hidrográficas.

	META: IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO. **RESPONSÁVEL: CONSELHO GESTOR DO PROJETO, EQUIPE TÉCNICA, BENEFICIÁRIOS E PRODUTORES DE SERVIÇOS AMBIENTAIS**

	Ações específicas	Tempo demandado	Insumos necessários
	Cadastrar todos os proprietários rurais (com regularização fundiária ou não) sob o âmbito das 03 sub-bacias hidrográficas escolhidas Responsável: CGP e equipe técnica	4 meses	Carro, material de consumo, computadores, GPS.
	Elaboração do TDR para lançamento do edital de seleção dos produtores rurais. Responsável: CGP e equipe técnica	4 meses	Computadores, legislação, material bibliográfico
	Lançamento do edital de seleção de produtores com a adesão voluntária dos interessados através de meio eletrônico e seminários presenciais Responsáveis: CGP, produtores rurais	2 meses	Computadores, internet,
	Elaboração do Projeto Individual de Propriedade para os produtores que tenham aderido ao programa Responsável: Equipe técnica	08 meses	Assistência Técnica para elaboração dos materiais.
	Execução das ações, depois de identificados e selecionados os proprietários rurais (técnicas de manejo de solo, plantio, cercamento, execução das obras) Responsável: Equipe técnica e produtores rurais	02 anos	Viveiros de mudas, insumos agrícolas, estacas, cercas. Assistência Técnica
	Acompanhamento e monitoramento das ações Responsável: Equipe técnica e produtores rurais, CGP	02 anos	Assistência Técnica Tabelas e gráficos de acompanhamento
	Pagamento pelos serviços ambientais Responsável: Beneficiários diretos e/ou indiretos	05 anos	Recursos financeiros

META: PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO
RESPONSÁVEL: CONSELHO GESTOR DO PROJETO, EQUIPE TÉCNICA, BENEFICIÁRIOS E PRODUTORES DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

Ações Específicas	**Tempo determinado**	**Insumos Necessários**
Definir um Núcleo de ATER	03 meses	Telefone, carro, computadores, internet, escritório.
Através de articulação com órgãos parceiros (EBDA, IES, SEMA, Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente)	03 meses	Assistência técnica especializada em agroecologia.
Responsável: CGP		
Escolha dos técnicos em número proporcional ao número de produtores rurais participantes do programa PSA	03 meses	Material bibliográfico, computadores, internet.
Responsável: Equipe técnica de agroecologia	06 meses	
Elaboração de plano estratégico definindo as ações de ATER, Fortalecimento Institucional do Associativismo e Educação Ambiental.	03 meses	Computadores, carros, projetor de slide
Responsável: Equipe técnica de agroecologia		Carro, computadores, material de escritório,
Mobilização e identificação dos produtores rurais interessados em aprender e trabalhar com técnicas agroecológicas através de visitas de campo, palestras, seminários e oficinas.	05 meses	
Responsável: Equipe técnica de agroecologia		Assessoria técnica em comunicação e design
Realização de atividades planejadas conjuntamente com os produtores rurais e comunidades inseridos no projeto PSA, com foco em ações para a ressignificação da agroecologia, formação de banco de sementes crioulas, ativação de hortas e pomares	08 meses 02 anos	Assistência técnica

agroecológicos. Elaboração de uma marca agroecológica da APA Serra do Barbado, como diferencial na comercialização. Articulação com as Prefeituras da APA para a separação de um espaço nas feiras livres para a implantação de uma feira agroecológica dos produtores rurais inseridos no projeto do PSA Promoção de cursos, oficinas e capacitações em práticas agroecológicas e agroflorestais (adubação verde, manejo do solo, biofertilizantes e defensivos, apicultura, meliponicultura, intercâmbio de saberes ancestrais).		Assistência técnica, espaço para a realização dos cursos.

META: PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO APA SERRA DO BARBADO
RESPONSÁVEL: CONSELHO GESTOR DO PROJETO.

Ações Específicas	**Tempo determinado**	**Insumos Necessários**
Realização de diagnóstico participativo para definição dos vários subsistemas do turismo, potenciais e gargalos. Responsável: CGP	03 meses 06 meses	Telefone, carro, computadores, internet, escritório, mapas, PM da APA Serra do Barbado, Zoneamento Ecológico e Econômico.
Elaboração de plano estratégico para desenvolvimento do turismo que contemple: Roteiros e Trilhas, capacitação dos agentes de receptivo (hospedagem, alimentação, serviços, produtos e condutores de turismo), Atrativos turísticos (culturais, históricos e ambientais), capacidade de carga, promoção e divulgação, preparação dos *stakeholders* envolvidos, ações de saneamento, infraestrutura, prevenção e conservação ambiental.	09 meses 06 meses 03 meses	Assistência técnica especializada em turismo sustentável de base comunitária. Material bibliográfico, computadores, internet, mobilizadores socioambiental. Computadores, carros, material bibliográfico, telefones, espaço para reuniões.
Promoção do fortalecimento institucional do Associativismo, Cooperativismo, Fórum de Educação Ambiental e Patrimonial.	12 meses	Carro, computadores, material de escritório,
Elaboração de um plano de comunicação, promoção e divulgação do território turístico para captação de público em centros urbanos regionais, estaduais e nacionais. Execução da campanha publicitária de divulgação junto à operadoras e agências especializadas em trabalhar com turismo de base comunitária.	08 meses	Espaços para a construção, material de construção, mobiliário e equipamentos. Assessoria técnica em comunicação e design

Articulação com as Prefeituras dos municípios abrangidos pela APA para a criação, instalação e funcionamento de centros de interpretação ambiental e de visitação pública em parceria com o INEMA, preferencialmente construídos com técnicas de bioconstrução permacultural. Elaboração de campanha de sinalização da APA com placas, banners, outdoors que identifiquem o território especialmente protegido.		

6. CONCLUSÕES

Posso considerar que a experiência de vivenciar a gestão de uma UC de uso sustentável juntamente a pesquisa foi uma experiência muito rica, gratificante e que me ajudou muito a tomar decisões e fazer a gestão, ao mesmo tempo em que a prática diária auxiliou na percepção do foco que deveria dar ao meu projeto, principalmente à intervenção proposta. Não foi feita sem sofrimento, pois vivenciar a prática, ler a teoria, os marcos regulatórios, ver como deveria funcionar uma UC de uso sustentável e como de fato acontece a gestão não poucas vezes trouxe momentos de crise ao longo do processo da pesquisa. Sabemos ainda que o Circuito do Ouro é o “lado B” da Chapada Diamantina, não tão famoso, não tão festejado pela mídia, nem estruturado e nem com tantos formadores de opinião como vemos no Circuito do Diamante.

Destarte isso, uma UC de uso sustentável é um território prenhe de potencial e não se pode afirmar que entre uma UC de uso sustentável e uma UC de proteção integral há diferenças relevantes para se proteger mais uma em detrimento do que a outra. Por exemplo, o Parque Nacional da Chapada Diamantina é lindo e especial para a preservação de espécies e dos recursos hídricos, mas neste quesito podemos afirmar sem medo de erros, que a APA Estadual Serra do Barbado e a Marimbus-Iraquara são tão importantes quanto pelos mesmos motivos. O fato de termos uma UC de uso sustentável não deveria em nada diminuí-la, muito pelo contrário, ela apresenta o desafio de integrar e conciliar as atividades humanas à conservação ambiental. Se a experiência em uma APA funcionar no sentido de se integrar a componente humana poderá servir de exemplo com ricas experiências aos territórios contíguos, o que muitas vezes, um Parque Nacional não poderá oferecer.

É necessário não se pensar UC como ilhas isoladas de proteção ambiental, e o restante do entorno não ter importância, e também não é possível olhar UC de uso sustentável como estrelas de menor grandeza que não mereçam ações políticas consistentes e constantes. A Bahia precisa avançar nas políticas públicas concernentes às UC, em especial às de uso sustentável. É necessário estabelecer orçamento, estrutura e equipe mínima, que contemplem as demandas

socioambientais. Desenhar projetos e programas que possam dar vertente ao potencial deste território, a exemplo deste projeto de intervenção, é um caminho.

Nesta discussão não se pode desprezar a tendência arcaica de se tomar sempre o caminho do preservacionismo como solução para a proteção ambiental. É possível conciliar o conservacionismo com a justiça ambiental para conseguir a manutenção de uma área protegida, sem alijar seus moradores de seus direitos, nem reprimi-los, ou ainda deixá-los à própria sorte e encolher a presença do Estado em territórios especialmente protegidos com propriedades privadas.

Os PSA podem ser realmente uma saída efetiva para conciliar as atividades produtivas, especialmente no meio rural, em uma região semiárida, e a conservação ambiental. Para isso se tornar realidade é necessário que aconteçam algumas coisas fundamentais antes. Em primeiro lugar não é mais possível que uma APA que já tem 21 anos de existência esteja com o seu PM pendente e seu ZEE desatualizado em, pelo menos, cinco anos. Depois é importante que os tomadores de decisão, legisladores e gestores de alto escalão insiram no cenário baiano leis ou decretos, ou ainda artigos em leis pré-existentes que prevejam legalmente a política de PSA, seja na área temática de recursos hídricos, na de mudanças climáticas, na de proteção e fomento à biodiversidade, pois é a partir de um marco regulatório que se desenham as políticas públicas de forma mais perene.

Não se pode perder de vista, que mesmo com um PM e seu ZEE aprovado, um CG funcionando plenamente, Câmaras Técnicas capacitadas para atuarem suplementarmente aos CG, estes instrumentos demonstram não serem suficientes para que a APA ganhe uma dimensão concreta aos olhos dos *stakeholders*, principalmente os moradores e agricultores deste território.

O que propusemos foi um projeto piloto, em certa medida, ousado, se considerarmos a situação atual em que as UC baianas se encontram, e sem o respaldo legal específico, apesar de outras leis, inclusive nacionais, se aplicarem à questão. Mas talvez, quem sabe, é de um projeto piloto executado em uma UC de uso sustentável, em uma das regiões mais antigas da Bahia, e a mais antiga da Chapada Diamantina certamente, que nasça o desenho de uma política pública mais profícua às outras UC de uso sustentável.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os Domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades Paisagísticas. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

AGÊNCIA PRODETEC. Câmara retém PEC que transforma a Caatinga em Patrimônio Natural. 2013. In http://www.agenciaprodetec.com.br/especiais/190-camara-retem-pec-que-transforma-caatinga-em-patrimomio-natural.html acessado em 14 de novembro de 2013 às 14h34min.

ALIER, JOAN MARTINEZ. **O Ecologismo dos Pobres**. Tradução, Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.

ANDRADE, José Célio Silveira, GÓES, Maria de Fátima Barbosa, RIBEIRO, Maria Teresa Franco, VARGENS, Emiliana da Costa. **Conflitos Sócio-ambientais**: Análise da relação entre o complexo da Costa de Sauipe e os Atores Locais. In http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf acessado em 10/10/2012 às 13h54min.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Versão fac-similada. 3 ed. São Paulo: USP, 1982.

ARAUJO, Gustavo Henrique de Sousa, ALMEIDA, Josimar Ribeiro de, GUERRA, Antônio José Teixeira. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2009.

BAHIA. Lei nº 12.377/2011. Política Ambiental da Bahia.

__ Decreto nº 14.024/2012. Regulamentação da Lei nº 12.377/2011

__ Decreto nº 2183/1993 – Criação da APA Serra do Barbado

__ Resolução CEPRAM nª 2945/2002 – ZEE APA Serra do Barbado.

__ **Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**: Chapada Diamantina. Salvador: 2004

__ BAHIATURSA. **Unidades de Conservação da Bahia**. In http://bahia.com.br/atracao/unidades-de-conservacao/ acessado em 20/01/2013 às 22h15min.

___ BAHIATURSA. **Destinos turísticos:** Chapada Diamantina In http://bahia.com.br/destinos/chapada-diamantina/ acessado em 20/01/2013 às 22h35min.

__ INEMA. **Comitê de Bacias. 2013**. In http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/ acessado em 13/01/2014 às 15h46min.

__ SEI. **Síntese dos municípios baianos**. In www.sei.ba.gov.br acessado em 18/01/2014 às 13h45min.

__ SEMA, **Contribuição das UC na Economia Nacional**. 2011. In http://www.conferenciaestadualdomeioambiente.ba.gov.br/ArquivosSistemas/SistemaConferencia/Biblioteca/Contribui%C3%A7%C3%A3o%20das%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Economia%20Nacional.pdf acessado 12/01/2014 às 14:20 horas.

__ SEMA. **Lei complementar 140/2011**. In http://www.conferenciaestadualdomeioambiente.ba.gov.br/ArquivosSistemas/SistemaConferencia/Biblioteca/Lei%20Complementar%20no.%20140%20de%2008%20de%20dezembro%20de%202011.pdf acessado em 10/01/2014 às 10:30 horas

__ SEMA. **Mapa do Programa Gestão Ambiental Compartilhada**. 2013. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapa_gac.html acessado em 15/12/2013 às 13h42min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação**. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=UNICODEF&p=UNIDADEC acessado em 10/10/2012 às 13h40min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado, definição**. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=UNICOEST&p=UNICODEF acessado em 10/10/2012 às 13h42min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado, APA**. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APAAPA&p=UNIDADEC acessado em 13/10/2012 às 08h32min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado, mapa**. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/pdf/Mapasuniconservacao.pdf acessado em 15/01/2014 às 13h43min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado, APA**. APA Serra do Barbado. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APABARBA&p=APAAPA acessado em 15/01/2014 às 13h05min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado**. Decreto APA Serra do Barbado. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/DecretosUnidadesdeConservacao/DECRETO%20N%C2%BA%202183%20DE%2007%20DE%20JUNHO%20DE%201993%20-%20Serra%20do%20Barbado.pdf acessado em 24/06/2013 às 18h:04min.

__ SEMA. **Unidades de Conservação do Estado**. Zoneamento Ecológico Econômico da APA Serra do Barbado. In http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao_2945_22_fevereiro_2002.pdf acessado em 24/06/2013 às 18h07min.

__ SETRE, CESOL. **Economia Solidária**. Salvador, Bahia: SETRE, 2011

__ SEPLAN. Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia in www.zee.ba.gov.br acessado em 28/03/2014 às 16h35min.

BENSUSAN, Nurit. (org). **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade: como, para que e por quê? 2 ed. Brasília, DF: Editora da UNB, 2008.

BORN, Rubens Harry, TALOCCHI, Sérgio (coord). **Proteção do Capital Social e Ecológico por meio de Compensações por Serviços Ambientais**. São Lourenço da Serra, SP: Fundação Petrópolis, 2002.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

__ Lei 6938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente, 1981

__ Lei 6902/81 – Instituição de APAS no Brasil

__ Lei 9985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

__ Decreto 4340/2002 – Regulamentação do SNUC

__ Projeto de Lei 792/2007: Política Nacional dos Serviços Ambientais, Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

__ Lei 140/2011. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm acessado em 18/01/2012 às 17h32min.

__ CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988 in **http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=74** acessado em 13/10/2012 às 14:55 horas.

__ CONAMA. RESOLUÇÃO N° 428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010. In http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641 acessado em 13/10/2012 às 16h23min.

__ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Planejamento e Gestão de APAS**. Enfoque institucional. Brasília: 1997. In www.mma.gov.br acessado em 08/10/2012 ás 16h00min.

__ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural**. Biodiversidade. Brasília, SBF: 2006.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.** Salvador, Bahia: EDUFBA, 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de Planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

CAMPOS, Erika. **Certificação Participativa e Transição Agroecológica: considerações a partir do caso do projeto Nascentes do Paraguaçu no Território da Chapada diamantina na Bahia**. Dissertação de Mestrado. CIAGS:UFBA,2009.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, SP: EFPAbramo, 2000.

CORREIO DA BAHIA. **Bahia deve adotar o ICMS ecológico a partir de 2013**. 2012. In http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/bahia-deve-adotar-o-icms-ecologico-a-partir-de-2013/ acessado em 05/02/2013 às 21h20min.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

DIAS, Roberta Leocádio. **Compensação Ambiental em Unidades de Conservação**. in http://jus.com.br/revista/texto/20126/compensacao-ambiental-em-unidades-de-conservacao-de-uso-sustentavel/1 acessado 14/10/2012 às 19h03min.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da Natureza intocada**. 6 ed. Ampliada. São Paulo, SP: Hucitec: Nupaub-USP/CEC,2008.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia**. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990.São Paulo, SP: UNESP, 2002.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da cultura e turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. **A Caatinga é o patinho feio dos ecossistemas brasileiros**. In http://envolverde.com.br/noticias/a-caatinga-e-o-patinho-feio-dos-ecossistemas-brasileiros/ acessado em 28/07/2013 às 15h04min.

GALEANO, Eduardo. Tradução de Sérgio Faraco. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

KRUCKEN, Lia. **Design e Território**. Valorização de identidades e produtos locais. São Paulo, SP: Studio Nobel, SEBRAE, 2009.

LANDIM, Leilah, TREVISAN, Maria Carolina (orgs). **Apoio internacional ao desenvolvimento local.** Experiências sociais com juventudes no Nordeste. São Paulo, SP: Peirópolis, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**. A territorialização da racionalidade ambiental. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. Tradução de Luís Carlos Cabral. **Racionalidade Ambiental, a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Uaçaí de Magalhães, TENÓRIO, Robinson Moreira. **Educação como fundamento da sustentabilidade.** Salvador, Bahia: EDUFBA, 2011.

LOVATO, Paulo Emídio, SCHMIDT, Wilson (orgs). **Agroecologia e Sustentabilidade no meio rural.** Chapecó, SC: ARGOS, 2006.

MACIEL, Bruno de Amorim. **Mosaicos de Unidades de Conservação**: Uma estratégia de conservação para a mata atlântica. Dissertação de Mestrado. 2007 in http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2722/1/Dissert_Bruno.pdf acessado em 13/01/2014 às 10h05min.

MATTEDI, Raquel Mattoso. **Planejamento e Gestão do Turismo e do Meio Ambiente na Bahia** in http://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewArticle/129 acessado em 10/10/2012 às 17h45min.

MERCADANTE, Maurício. **Compensação Ambiental**. in http://uc.socioambiental.org/sustentabilidade-financeira/compensa%C3%A7%C3%A3o-ambiental acessado em 10/01/2014 às 13h45min.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 6ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2009

MITRAUD, Sylvia (org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**. Brasília, DF: WWF Brasil, 2003.

NOVION, Henry Phillipe Ibannes de. **Pagamentos por serviços ambientais**. in http://uc.socioambiental.org/sustentabilidade-financeira/pagamento-por-servi%C3%A7os-ambientais acessado em 18/11/2013 às 19h10min.

NÓBREGA, Marcelo Araújo da, SANTOS, Rafael Carvalho, ROCHA, Genival dos Santos. **Solos do sudeste da Chapada Diamantina**, Bahia, Brasil. In http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Marcelo-Rafael-Genival.pdf acessado em 20/01/2014 às 16h43min.

OCT, OSCIP. **Produtores de Água do Pratigi**. In www.oct.org.br acessado em 27 de março de 2014 às 19h40min.

OLIVEIRA JR, Altino Bonfim de Oliveira. **Ecoturismo**. Conflito entre teoria e prática. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2010.

PINHEIRO, Marcos. **Memórias da OFICINA APA BAHIA:** Diagnóstico Geral e Alternativas de Implementação. 20 f. Relatório para a DIRUC/INEMA. 2012

PORTUGAL. ICNF. **Sistema Nacional de Áreas Classificadas**. In http://www.icnf.pt/portal/naturaclas acessado em 15/05/2013 às 14h00min.

PRIORE, Mary Del, VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2006.

QUINTÃO, A. T. B. **Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. *Brasil Florestal*, Brasília, 1983.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). 2 ed. **Turismo e Ambiente**. Reflexões e Propostas. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo, SILVA, Edson Vicente da. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2009.

ROVAI, Renato, STREIT, Jorge, MELLO, Claiton (orgs). **Geração de Trabalho e Renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários.** São Paulo, SP: Publisher, 2009.

SANTA CATARINA. **Política Estadual de Serviços Ambientais**. 2010. in http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/015133-011-0-2010-001.htm acessado em 02/02/2014 às 18h20min.

SOUZA, Priscila Marques de. **IICA**. Análise dos Modelos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil e no Mundo no que concerne a restauração e conservação de matas ciliares e outras Áreas de Preservação Permanentes (APP), a fim de contribuir para o modelo de PSA para as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA do leste e do Paraguaçu.2011. In http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/361/Priscila%20M%20M%20de%20Souza%20-%20110102%20-%20ING%C3%81.pdf acessado em 24/06/2013 às 18h04min.

TEIXEIRA, Cristina. **O Desenvolvimento Sustentável em uma Unidade de Conservação:** A “naturalização” do social. 2005 in http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf acessado em 13/10/2012 às 14h13min.

VALLEJO, Luiz Renato. **Políticas Públicas e Conservação Ambiental**: Territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005, 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. In http://www.dominiopublico.gov.br acesso: 15 de setembro 2013 às 09h55min.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2007.

VITAE CIVILIS e WWF. **Sociedade e Ecoturismo**: Na trilha do desenvolvimento sustentável. Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos da conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo, SP: Peirópolis, 2003.

WALDMAN, Maurício. **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2006.

ZARIN, J. Daniel, ALAVALAPATI, Janaki R.R., PUTZ, Francis E., SCHMINK, Marianne (orgs). Traduzido por Rutecleia Portilho Zarin e Patrícia Delamônica

Sampaio. **As florestas produtivas nos neotrópicos.** Conservação por meio do manejo sustentável? São Paulo, SP: Peirópolis; Brasília, DF: IEB, 2005.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (org). **A insustentável leveza da política ambiental:** Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, MG.

ANEXO A

RELATÓRIO DA OFICINA DE ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DO BARBADO E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DA NASCENTE DO RIO DAS CONTAS

Salvador, Bahia

maio

2013

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO 5

II. LISTA DE PARTICIPANTES 5

III. PROGRAMAÇÃO DA OFICINA 7

IV. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES E EXPECTATIVAS SOBRE A OFICINA 8

V. INTRODUÇAO SOBRE PLANEJAMENTO DE UC, OBJETIVOS E PRODUTOS ESPERADOS DA OFICINA 11

VI. O PROCESSO DE GESTÃO DA ARIE DA NASCENTE DO RIO DE CONTAS **Erro! Indicador não definido.**

VIII. O PROCESSO DE GESTÃO DA APA SERRA DO BARBADO 16

VIII. EQUIPE DE PLANEJAMENTO ..... **Erro! Indicador não definido.**

IX. ESTADO DA ARTE DO CONHECIMENTO SOBRE A APA SERRA DO BARBADO E ARIE DA NASCENTE DO RIO DE CONTAS:MATRIZ DIAGNÓSTICO. 28

X. ESTADO DA ARTE DO CONHECIMENTO SOBRE A APA SERRA DO BARBADO E ARIE DA NASCENTE DO RIO DE CONTAS:MAPA FALADO 28

XI. PROCESSO PARTICIPATIVO 32

XIII. CRONOGRAMA PRELIMINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO 33

XIV. PRÓXIMOS PASSOS ..... **Erro! Indicador não definido.**

XV. REFERÊNCIAS UTILIZADAS ..... **Erro! Indicador não definido.**

XVI. ANEXO 1 – CONVITE PARA PARTICIPACAO NA OFICINA .. **Erro! Indicador não definido.**

ÍNDICE DE FIGURAS

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório traz a compilação de dados primários e sistematização de informações colhidas e registradas durante a “Oficina de Planejamento de Plano de Manejo - Oficina de Mapa Falado”, realizada na data de 14 de março de 2013 em Rio de Contas/Bahia, das 08h30 às 17h30.

Esta Oficina é parte do processo participativo de construção do Plano de Manejo para a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Barbado e Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Nascente do Rio das Contas, e vem nortear a elaboração do Termo de Referência para contratação do referido Plano de Manejo destas Unidades de Conservação Estaduais no estado da Bahia.

Mediante moderação da Diretoria de Unidades de Conservação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (DIRUC / INEMA), por meio da Coordenação de Planejamento/Coordenação de Plano de Manejo desta instituição, a oficina reuniu representantes da sociedade civil, ambientalistas e estudiosos, professores, gestores ambientais e técnicos de municípios do estado da Bahia, a saber:

II. LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	TELEFONE	E-MAIL
Aliomar Souza Pina	(77) 9147-2616	-
Amaira Almeida Torres	(77) 3677-2647	-
Ana Carla Souto Rocha	(71) 3116-3009	anacarla.rocha@inema.ba.gov.br
Ana Paula Soares da Silva	(77) 8140-6466	apaserradobarbado@gmail.com
Ana Rosa Soares da Silva	(77) 8144-2620	anarosamel@gmail.com
Ângela Leony	(77) 9144-4249	angela.leony1@inema.ba.gov.br
Antônio Américo da Silva	-	-
Antônio Lima de Oliveira	(77) 3476-9020	-
Antônio T. Novais	-	-
Arlindo José dos Santos	-	-
Derly José Bordin	(75) 8215-1347	derlybordin@ig.com.br
Douglas Pereira	(77) 3476-2348	douglascaraguatai@yahoo.com.br

Edelzute Abreu Ramos	(77) 3677-2168	edelzute_ramos@bol.com.br
Edilena Mafra da Silva	(77) 3475-5046	edilenamafra07@gmail.com
Edvaldo Flores	(77) 9122-5190	edivaflores@hotmail.com
Elcio Silva Santana	(77) 9148-6980	-
Erialdo O. Ribeiro	(77) 9143-9161	altitudedachapada@gmail.com
Felipe F. T. A. de Oliveira	(77) 9194-3538	-
Felipe Serra da Silva	(71) 3116-3275	felipe.silva@inema.ba.gov.br
Fernando Silva Pereira	(77) 3693-2900	leandrodasilvapereira@yahoo.com.br
Francisco José dos Santos	-	-
Gabriel Soares	(77) 9146-8527	gabrielsoarescd@gmail.com
Idauton Silva	(77) 9196-3067	dautonouroverde@hotmail.com
Janho B. Azevedo	-	-
José Rocha da Trindade	(77) 3475-2251	joserochadatrindade@gmail.com
Kátia Cristina Caires S. Luz	(77) 8120-0038 /3475-2482	katia_caires@hotmail.com
Lays Pierote	(77) 3475-2204	lays_pierote02@hotmail.com
Leandro dos Santos	9130-8897	-
Leonardo Freitas	(77) 3479-2627	leonardombf@gmail.com
Luciana T. Cardoso	(77) 3475-2421 /8110-6188	cecs.riodecontas@educacao.ba.gov.br lucianatcardoso@yahoo.com.br
Manoel Neves da Silva	-	-
Maria do Rosário Freitas	(75) 3331-3476	maria.freitas@inema.ba.gov.br
Noedi de Mello Soares	(77) 8151-8738	noedi_rc@gmail.com
Roberto Lins Fróes	(77) 9191-7718	roberfroes@yahoo.com.br
Roberto Solano Freitas	(77) 9196-9285	solanofreitas@gmail.com
Rodolfo Moreno Costa Rodrigues	(77) 9176-4686	rodriguesrmc@gmail.com
Rodrigo Junior Amorim Silva	(77) 8101-5934	rodrigo.amorimsilva@inema.ba.gov.br
Salvador Xavier de Paula	(77) 3479-6050	salvador_xavier@hotmail.com
Sara Maria Guimarães Reis	(77) 3475-2421/ 8140-6033	saraguireis@hotmail.com
Uilson Araújo Oliveira	-	-

III. PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

08:30 hs – Recepção dos participantes

09:00 hs – Abertura da Oficina

09:10 hs – Acordo de Convivência

09:15 hs – Apresentação dos Participantes

09:30 hs – Objetivos, Metodologia e Produtos Esperados

10:00 hs – Panorama da UC

10:20 hs – Dinâmica da Oficina

10:30 hs – Painel de Informação

12:30 – 14:00 hs – Almoço

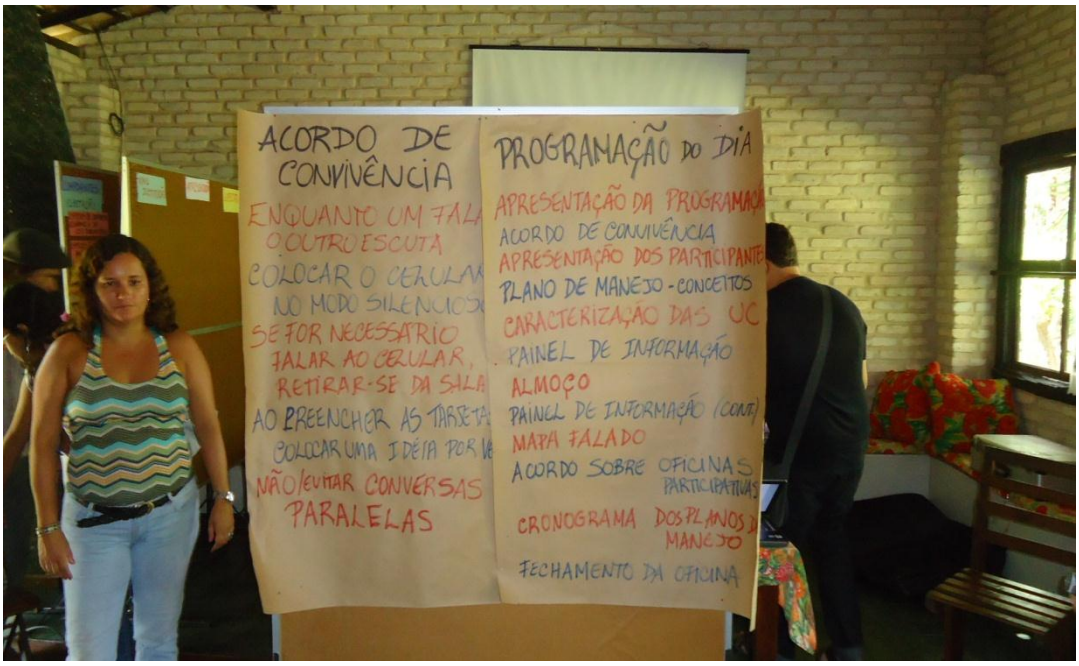
14:00 hs Painel de Informação (continuação)

14:30 hs – Mapa Falado

15:30 hs – Acordo sobre Oficinas Participativas

16:00 hs – Cronograma de Elaboração do Plano de Manejo

17:00 hs – Próximos Passos e Considerações Finais



17:30 hs – Encerramento

Figura 01. Abertura da Oficina com a presença de Ana Carla Souto Rocha – Coordenadora de Planejamento - Diretoria de Unidades de Conservação/DIRUC do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/INEMA

IV. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES E EXPECTATIVAS SOBRE A OFICINA

Orientados pela moderadora Ana Carla, cada um dos integrantes da Oficina se apresentou e relatou sua expectativa em relação à oficina. Estas informações foram registradas com o uso de cartões e pincéis atômicos, e estão abaixo descritas:

NOME/ INSTITUIÇÃO	EXPECTATIVA
Aliomar Souza Pina - Abaíra	Mais proteção ao meio ambiente e às nascentes com segurança.
Amaira - Atendente - Saúde Érico Cardoso	Que o Plano de Manejo seja realizado.
Ana Rosa - Ponto de Cultura	Que seja criativa, produtiva, eficiente, prática, colaborativa.
Angela Leony - Gestora ARIE Nascentes do Rio de Contas	Um Plano de Manejo socioambiental, considerando os pequenos produtores locais.
Antônio Américo da Silva - Mato Grosso	Um bom futuro para todos, proteção para o lugar.
Antônio Lima de Oliveira - Associação dos Moradores e Produtores de Ribeirão de Cima	Espero que resolva os problemas das queimadas.
Arlindo José dos Santos - Engenho de Baixo	Bons resultados e melhoras no lugar.
Carla Rocha - INEMA - DIRUC	Contribuir para a conservação das UC e da região.
Derly - EBDA	Que o resultado da oficina não fique no papel.
Douglas Pereira - COOPAMA	Objetiva e funcional.
Edelzute - Sindicato de Trabalhadores Rurais - Érico Cardoso - Conselheiro	Que o meio ambiente seja melhor observado.
Edilena/ Mato Grosso	Produtividade e participação.
Edvaldo Flores/ PM Erico Cardoso – SEC. Meio Ambiente	Discutir problemas ambientais do meu município e dos demais da APA.
Elcio Silva Santana - Ass. Porteiras	Parceria com os órgãos ambientais para o trabalho.
Eraldo O. Ribeiro/ AAACD – Brigada	Prevenção e resgate ambiental.
Felipe Serra - INEMA	Contribuir na construção do Plano de Manejo.
Felipe Toé - STTRA – STTRP – COOPAMA – CDL/ Abaíra-Piatã	Realização.
Francisco José dos Santos - Brigada de Catolés	Melhora do meio ambiente, que o plano seja realizado.
Gabriel Soares - ADAB	Saia da inércia e da pouca ação.
Hernando - Assoc. Curralinho	Que a oficina seja proveitosa.

Idauton Silva/ Ass. Ouro Verde.	Que seja boa.
Janho P. S./Associação Pinga-Pinga / Vereador	Que seja proveitosa.
José Rocha da Trindade - Oliveiras, Azeitonas e Azeites do Brasil LTDA – Rio de Contas, Bahia	Contribuir com os projetos, passando as informações para pessoas que ainda não tenham conhecimento.
Kátia Cristina - Prefeitura de Rio de Contas	Receber e compartilhar conhecimentos.
Lays Pierote - Estagiária APA	Resolver em grupo os problemas que assolam nossas comunidades.
Leonardo Freitas - Terroá Cafés Especiais – Piatã, Bahia	Conhecer proposta INEMA. Contribuir onde puder para um mundo melhor.
Luciana Cardoso - SEC-BA Col. Est. Carlos Souto – Rio de Contas - Conselheira APA – Serra do Barbado	Planos de Trabalho e projetos efetivos que entrem em prática para a preservação ambiental.
Luiz C. Farias - Brigada Voluntária Gaviões da Chapada	Levantar o que cada comunidade tem de valor, e que esta oficina ajude a tornar real este trabalho.
Manoel Neves da Silva - Quilombola – Pico da Itobira	Implantar boas informações.
Mariano Santos Azevedo - Ass. de Prod. de Café Agroecológico - Pinga-Pinga Catolés	Expectativa de que haja mais consciência entre as comunidades.
Noedi Mello Oasis e MAG	Que seja produtiva, eficaz e objetiva.
Paula Soares - APA Serra do Barbado – INEMA	Uma nova etapa para a gestão das UC (APA e ARIE).
Roberto Freitas - GULAM - Gerais de Piatã	Mananciais de água preservados e enriquecidos.
Roberto - Piatã	Contribuir.
Rodolfo Moreno - Pref. Municipal de Piatã – Sec. de Meio Ambiente	Engrenar o Plano de Manejo.
Rodrigo Júnior - APA Serra do Barbado	União das comunidades (pessoas) para um melhor trabalho.
Rosa Maciel Freitas- INEMA – Chapada Gerais de Piatã	Conhecer mais da nossa região, contribuir para efetivar o Plano de Manejo.
Salvador - Comunidade Quilombola Palmeiras de Inúbia – Várzea Grande	Projeto recuperação de mananciais e preservação da fauna e flora.
Sara Reis - Sec. de Educ. Estadual – C.E.C.S.	Produtividade – Utilização efetiva das informações coletadas.
Tiago José de Souza - Associação comunitária do PV Engenho de Baixo – produtor feijão, açúcar, café	Espero bons resultados e melhoria.
Vilson Araújo - GEAS	Conservação e Pequenas Barragens.

Figura 2. A) Apresentação dos Participantes da Oficina

Figura 2. B) Nome e Expectativas dos Participantes da Oficina

V. INTRODUÇÃO SOBRE PLANEJAMENTO DE UC, OBJETIVOS E PRODUTOS ESPERADOS DA OFICINA

A moderadora Carolina Machado, coordenadora de Plano de Manejo da DIRUC/INEMA, fez uma apresentação sobre os objetivos gerais (conhecer a unidade de conservação) e específicos (planejamento de elaboração de plano de manejo na UC) da oficina, iniciando sua fala com a definição do conceito de "plano de manejo" e a metodologia do Mapa Falado utilizada nesta oficina.

O Plano de Manejo foi definido como um documento orientador do manejo e da administração de uma área protegida e utilizado para assegurar o alcance dos objetivos para os quais a unidade de conservação foi criada.

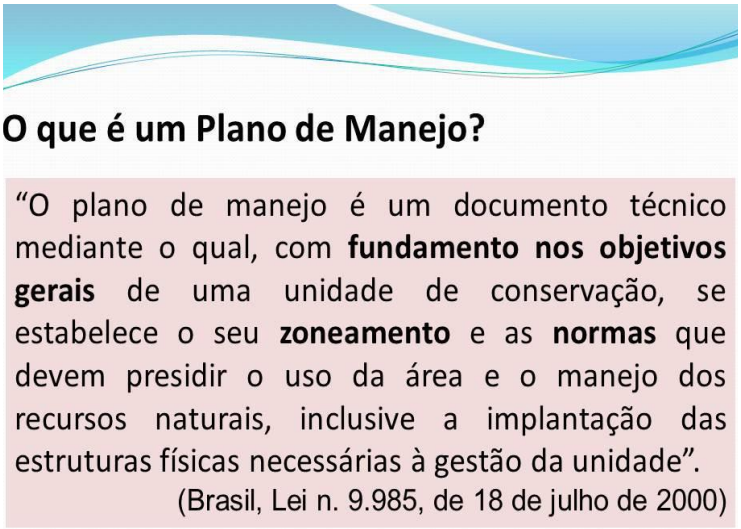


Figura 3. Definição de Plano de Manejo

O que se entende por Plano de Manejo?

"Para a gestão da UC precisamos estabelecer os meios de monitoramento da área preservada, minimizando os impactos ambientais e socioeconômicos, contando com as instituições locais para que a UC permaneça com os objetivos pelos quais foi criada." (coordenadora Carolina – DIRUC / INEMA)

Avançando um pouco mais no histórico dos processos de gestão de unidades de conservação no Brasil, a moderadora comentou a existência do

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/ LEI 9.985/2000 - ver em http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc) e seus instrumentos de gestão, como o Conselho Gestor e o próprio Plano de Manejo e comentou:

"*(...) durante muito tempo o Plano de Manejo foi elaborado dentro de escritórios sem a participação da sociedade civil e das comunidades localizadas nas áreas de preservação ambiental e entorno. Hoje em dia o planejamento dos Planos de Manejo prevê a participação das comunidades locais em todas as suas etapas, e a elaboração de um Termo de Referência que norteia a elaboração e execução do Plano de Manejo por uma empresa contratada e terceirizada. Este documento, por fim, norteia todo o plano de gestão da área preservada."*

A metodologia da oficina foi baseada no Roteiro Metodológico para elaboração de planos de gestão das unidades de conservação do Amazonas, segunda edição. Segundo a moderadora, com base nos documentos já existentes em outras unidades de conservação no Brasil, o INEMA repensou a forma de elaboração dos Planos de Manejo e passou a organizar este planejamento seguindo as seguintes etapas:

1. Organização do Planejamento (Oficina de Mapa Falado – etapa atual)
2. Diagnóstico / Caracterização da UC
3. Integração e Avaliação Estratégica da Informação – dados primários e científicos.
4. Identificação de Estratégias
5. Aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, divulgação do Plano de Manejo publicamente.
6. Monitoramento da Implementação do Plano do Manejo (etapa transversal a todas as outras).

A presente oficina é uma das atividades previstas na primeira etapa do trabalho (Organização do Planejamento) e tem como produtos esperados os seguintes:

- Estado da arte do conhecimento sobre a Unidade de Conservação;
- Elaboração de Mapa Falado;
- Construção do Diagrama de Venn sobre as Instituições presentes na APA;

- Definição do nível e momento de participação social na elaboração do Plano de Manejo;
- Cronograma de elaboração do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE Nascente do Rio das Contas.

A moderadora fez menção especificamente à orientação metodológica da organização do planejamento do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE das Nascentes do Rio das Contas, fazendo inclusive colocações sobre o histórico de criação destas Unidades de Conservação que não se fundamentou no levantamento e análise de dados junto à comunidade local e sim realizado hierarquicamente "de fora para dentro da área preservada", situando o presente momento da oficina num contexto participativo, onde a metodologia de organização do planejamento pode ser exposta no quadro a seguir:

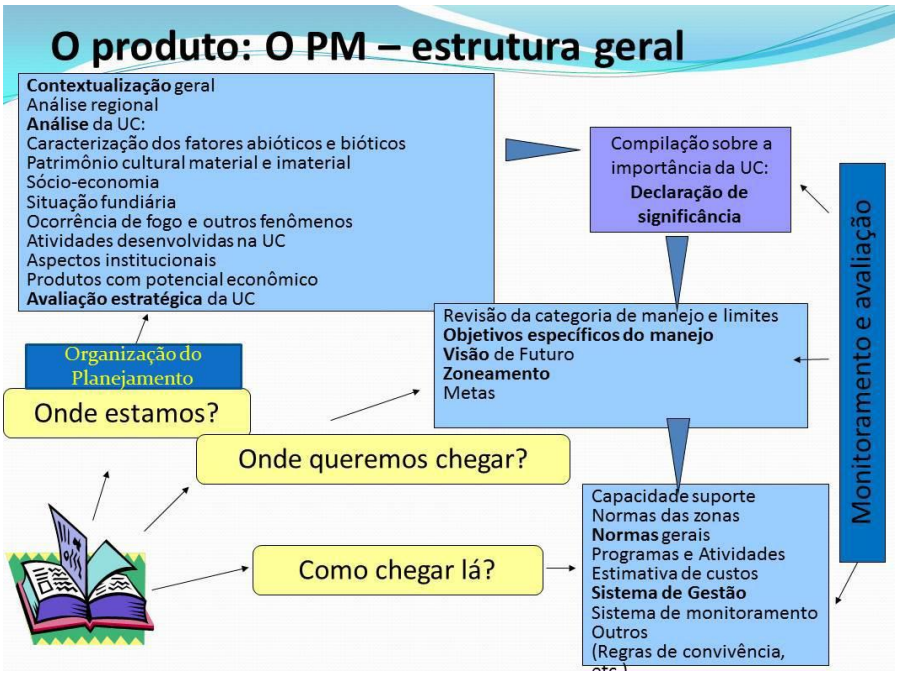


Figura 4. Estrutura Geral do Plano de Manejo

Assim, evidenciam-se os seguintes objetivos para a elaboração participativa do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas, aqui resumidos:

- ✓ Garantir a participação da sociedade no processo de elaboração do Plano de Manejo das UC;
- ✓ Valorizar o conhecimento local no processo de planejamento das UC;

- ✓ Subsidiar a elaboração do Termo de Referência para a contratação da elaboração do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE das Nascentes do Rio das Contas.

A moderadora ainda teceu considerações quanto ao levantamento de dados sobre a UC com relação à: mapas já construídos para subsidiar a Oficina de Mapa Falado e a coleta de dados primários empíricos e científicos em andamento e que não finda com a oficina, valorização da experiência e vivência das comunidades e seus saberes locais, afirmando a co-responsabilidade de todos os sujeitos e instituições envolvidas no processo de gestão das Unidades de Conservação.

Posteriormente, comentou sobre os sujeitos e instituições envolvidas em todo este processo, mencionando as próximas tarefas e respectivos responsáveis. Fez uma breve exposição sobre as futuras etapas de planejamento da elaboração participativa do plano de manejo, fazendo menção especificamente à etapa de zoneamento.

Fez considerações sobre a metodologia de levantamento e organização de dados primários sugerindo a organização dos participantes da oficina em dois grupos complementares de trabalho, um para levantamento de dados e caracterização do meio socioeconômico da área preservada e outro para levantamento de dados e caracterização do meio físico/biológico da Unidade de Conservação. Este primeiro diagnóstico e caracterização da UC subsidiará a elaboração do Termo de Referência e orientará a elaboração do diagnóstico previsto na elaboração do plano de manejo propriamente dito.

Dando prosseguimento à Oficina, Carolina passou a palavra para as gestoras de unidades de conservação Ana Paula Soares e Ângela Leony que falaram, respectivamente sobre a APA Serra do Barbado e a ARIE Nascente do Rio de Contas, áreas protegidas de grande relevância para a conservação da sociobiodiversidade da Chapada Diamantina. Ana Paula Soares em sua fala relevou os aspectos culturais e ambientais únicos desta região, o potencial que existe neste território, e a necessidade de implantação de políticas públicas que tratem este território com o diferencial de uma área especialmente protegida, e também que traga novas tecnologias de inserção social e ambiental para as

comunidades da APA. Ela ressaltou que a APA seja vista como uma oportunidade e que tenha seu potencial efetivado, e não apenas um local onde as pessoas são mais fiscalizadas.

Angela reforçou as palavras de Ana Paula e citou a necessidade de que as políticas publicas a serem implementadas priorizem sempre as áreas protegidas das UCs como contrapartida do seu engessamento, sendo isto encarado como uma compensação pela proteção implementada pelo Estado, dando prioridades de escolha destas áreas dos projetos e programas governamentais que não impactem o meio ambiente local. Além disto ela enfatizou que devemos, nestas áreas protegidas e seus entornos, buscar meios de manter o homem local em suas terras, priorizando, fortalecendo e viabilizando a agricultura familiar como a base de um desenvolvimento autossustentável.

VI. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

A moderadora explicou a função da equipe de planejamento (EP) do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas, salientando que esta é formada por técnicos da instituição, consultores *ad hoc,* pesquisadores e/ou técnicos.

A Equipe de Planejamento tem a função de acompanhar todo o processo de elaboração do Pano de Manejo, se reunindo para colaborar no processo de elaboração e definições do Termo de Referência que norteará a elaboração do Plano de Manejo das Unidades, assim como o cronograma e as metodologias que deverão ser utilizadas no processo de elaboração deste instrumento de gestão. Salienta-se que esta Equipe de Planejamento não elabora o Plano, mas conduz o processo para que garanta a qualidade esperada nos produtos, bem como o caráter participativo desejado.

A Equipe de Planejamento do Plano de Manejo da APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas se apresentaram na Oficina e ficou assim definida:

Quadro 01 - Composição da Equipe de Planejamento do Plano de Manejo da APA
Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas:

Ana Paula Soares da Silva – INEMA/DIRUC
Ângela Leony – INEMA/DIRUC
Carla Rocha – INEMA/DIRUC
Felipe Serra – INEMA/DIRUC
Brígida – SEPLAN /Piatã
Erasmo – SOCIEDADE CIVIL
Kátia Cristina Caires Luz – Prefeitura de Rio de Contas
Luciana Cardoso – CECS/SEC-BA
José Carlos – IPAC

Concluída esta etapa, a moderação da oficina propôs atividades para os participantes, a fim de dar início a um dos princípios do trabalho: planejamento participativo.

VII. ESTADO DA ARTE DO CONHECIMENTO SOBRE A APA SERRA DO BARBADO E ARIE DA NASCENTE DO RIO DAS CONTAS: MATRIZ DIAGNÓSTICO

A primeira atividade participativa da Oficina consistiu em montar nos painéis e nos mapas o estado da arte do conhecimento sobre a APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas, considerando-se o conhecimento dos participantes presentes. A moderação explicou a atividade e os participantes se dividiram em dois grupos:

Grupo 1: Informações socioeconômicas e políticas
Grupo 2: Informações ecológicas e ambientais

Foram montados painéis com matrizes com componentes que serviram como orientação nesta atividade de prospecção do conhecimento. E com a utilização de cartões, os integrantes de cada um dos grupos eram estimulados a apresentar as seguintes informações:

- ✓ O que já sabemos que pode colaborar com o planejamento das Unidades.
- ✓ O que falta saber para orientar o planejamento das Unidades.

Estas perguntas deverão ser respondidas sobre cada um dos temas apresentados, e novos temas também foram acrescidos ao longo da atividade pelos participantes. Estas informações foram posteriormente compiladas e são apresentadas abaixo.

Tabela 2 – Matriz de Planejamento da APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas

Grupo 01: Informações Socioeconômicas e Políticas

MEIO SOCIOECONÔMICO		
COMPONENTES	**O QUE JÁ SABEMOS?**	**O QUE RESTA SABER?**
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	Festa João Batista - Junho - Engenho	Procurar no Arquivo Municipal Documentos Históricos da comprovação de existência de moradores no Mato Grosso séc. XVIII
	Queima do Judas: Festa tradicional realizada uma vez por ano - Arapiranga	
	Levantada do Mastro - Caiambola	Breve caracterização histórico-cultural da região
	Festa de Reis, São Pedro Roda de Capoeira - Ouro Verde	
	Pinturas Rupestres - Barra de Catolés	Entrevistar idosos para preservar história
	Reis dos Gerais - Rio de Contas	
	Estrada Real Catolés - Arapiranga	Registros em audiovisual da Cultura Oral
	Zé de Teco: Um dos melhores sanfoneiros da região - Curralinho	
	Casarão do Curral de Varas	
	O Reisado - Mato Grosso	
	Festa tradicional Nossa Senhora do Bom Sucesso que canta uma ladainha em latim - Estrada Real em Catolés a Rio do Pires	
	Festa Junina Padroeiro Santo Antonio – Caraguataí	
	Festa dos Reis – em extinção Tradicional São João - Piatã	
	Corrida de Cavalo - Porteiras/Gerais Piatã	
	Festa do Padroeiro São Bernardo (20 de agosto – anualmente)	
	Pinturas Rupestres em toda a região APA – ARIE	
	Grupo de Reisado (Rio da Caixa) Nome que deu origem ao Rio da Caixa	
	Alvorada do São João (Sede Piatã)	
	Festa da padroeira NSrª do Bom Sucesso em 08 de setembro (Catolés) e São João Batista (Engenho)	
	As ruínas da igreja negra de Santa Efigênia - Mato Grosso	

	Estudo dos irmãos Mucunã – José de Souza/ João Ferreira/ Antonio de Souza/ Zé Ferreira	
	Coluna Prestes	
	Igrejas e Capelas	
	Gruta dos Revoltosos (Pé da Serra) – Coluna Prestes	
	Em Catolés tem uma cachoeira subterrânea - Igreja de 1775	
	Casa na Gruta – Garimpo – Lapinha (Piatã)	
	Complexo arquitetônico de Catolés	
	Desfile 07 de setembro com fanfarra organizada pelo colégio – tocado pelos estudantes - Érico Cardoso (sede). Morro do Fogo – Romaria N. Sra. do Carmo Monumentos relevantes	
	Terno de Reis – Malhadinha Brejo – Barro Vereda Queima do Judas – Malhadinha.	
	Inscrições rupestres/ sítios arqueológicos nos gerais de Piatã - Porteiras, Três Morros e próximo ao Patrício	
	Érico Cardoso Sede - Festa Junina Nossa Senhora do Carmo Serra Santa Quadrilha Filarmônica Visita do Cruzeiro	
	Maculelê Danças folclóricas Carnaval	
	Estrada Real Ouro Verde – Arapiranga via Porco Gordo	
	Estrada Real Guarda-Mor	
	Dissertação de mestrado de Ana Carla	
	Estudo de Fernando Bonetti (Pinturas Rupestres)	
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	Dados do IBGE	
COMUNIDADES TRADICIONAIS	Quilombolas (Barra/ Bananal/ Riacho das Pedras, Brumadinho/ Barreiro/ Palmeiras/ Várzea Grande, Régua, Malhada de Areia)	Breve caracterização das comunidades tradicionais da região, como quilombolas, fundo de pasto e ribeirinhos.
	Érico Cardoso: Comunidade Quilombola Paramirim das Crioulas. Falta pavimentação: Esgotamento sanitário.	Levantamento/ Pesquisas sobre Estrada Real.

		Identificação de vaqueiros e garimpeiros
	Paramirim das Crioulas. Comunidade Tradicional Quilombola. Pontos turísticos. Balaio, Poção, Brejó, Poço da espingarda.	Buscar Informações com agentes comunitários. Secretaria de Saúde.
PERFIL SOCIOECONÔMICO	Perfil de trabalho, emprego e renda: aposentadoria, funcionalismo público, bolsa família, agricultura, PRONAF. Informal: comércio/ doméstico, trabalhador rural.	
ASPECTOS SOCIAIS	Saneamento inadequado Doenças de veiculação hídrica	
	Violência doméstica	
	Prostituição, drogas, alcoolismo	
ECONOMIA	**FRUTICULTURA**	
	(manga/ melancia/ maracujá/ laranja)	
	Mangaba/Pequi/Umbu/Cagaita/ Boca doce, Jatobá, Macaca, Mucugê	
	RIZICULTURA	
	Arroz (variedades vermelho/ jaguari/ maranhão)	
	Alho (oeste APA)/Arroz vermelho	
	OLERICULTURA	
	Horta	
	PECUÁRIA	
	Agroindústria artesanal de derivados do leite: queijo, requeijão e manteiga	Transformação no modelo na criação do gado
	Criação de pequenos animais: galinha/ cabra/ovelha/ porco	
	Corte e leite	
	MINERAÇÃO	
	Pedra/Areia/Argila	Caracterização da atividade garimpeira Ouro/ Diamante/Minérios diversos (Ferro e Manganês)
	Garimpo	
	MANDIOCULTURA	
	AGROINDÚSTRIA ARTESANAL DE CACHAÇA	
	TURISMO	
	Rio de Contas/Mato Grosso	Estudo de vocação turística
		Buscar plano turístico para região
		Estudo para interiorização do

		turismo na Chapada Nelia - Mucugê
		Levantamento/ pesquisas sobre circuitos turísticos
	Floricultura: Mato Grosso	
	EXTRATIVISMO VEGETAL	
	Candobá/ Quina	Potencial do extrativismo vegetal nativo
	Cafeicultura	
	Alteração na estrutura fundiária	
	ARTESANATO	
	- Mineral - Renda/ bordado/ crochê/ chinil/ fuxico/ madeira/ pedra/couro	
	Agricultura familiar	
	MOVELARIA	
	Crivo rústico (Barra e Bananal)	
	RECURSOS HÍDRICOS	
		Caracterização do uso da água de tipos de irrigação
		Buscar integração do Plano de Manejo com Plano de Bacia
USO DE RECURSOS NATURAIS	Mastro da Carambola Molói de Mata	
	Uso comercial: Candombá, sempre-viva, plantas medicinais	
	Plantas medicinais: Unha danta/ chapéu de couro/ Rui Barbo/ barbatimão/ carqueja/ alcaçuz/ capim lanceta/ marcela/ junco/ cavalinha/ guiné, cipó de prata,	
EMPREENDIMENTOS E INFRAESTRUTURA	Falta saneamento básico	Informações sobre infraestrutura
	Melhor conservação na malha viária entre os povoados da APA Serra do Barbado	
POTENCIALIDADES E VOCAÇÕES	Piscicultura com espécimes nativos	Buscar informações na SEPLAN e Governo Federal sobre investimentos públicos e privados.
	Fruticultura gourmet de clima temperado de altitude	
	Extrativismo vegetal (coco de Licuri) e coco babaçu	Potencial/ Limitação Águas subterrâneas
	Meliponicultura Apicultura	

	Floricultura	
	Turismo de: - Aventura/ Religioso - Base comunitária - Rural	
	Infra de receptivo turístico	
CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Rio de Contas, Piatã, Abaíra, Jussiape Rio do Pires Érico Cardoso	Locais onde encontram informações: FETAG, STR, EBDA, ADAB, prefeituras
AMEAÇAS PRESSÕES	Uso indiscriminado de agrotóxicos	
	Agronegócio sem planejamento	
	Caça: Tradição Uso recreativo/churrasco entre amigos teiú, mocó, veado, tatu, jibóia, perdiz, codorna	
	Uso desordenado dos recursos naturais	
	Queimadas	
	Desmatamento, escassez de água, mudança no regime de chuva	
	Uso do fogo para pequena pecuária em geral	
	Cascas de árvores para presépios Bromélias/ Orquídeas	
	Agronegócio sem planejamento	
CONFLITOS	Hídrico	
	Conflito por posse de terra	
	Conflito de interesses	
	Conflito de uso X conservação	
	Falta de interesse/ informação gerando dificuldades na gestão	
	Conflito racial, classe e gênero.	

Figura 5 a. Resultados do Painel de Informações produzidos no Grupo de Trabalho da Socioeconomia

Figura 5.b – Resultados do Painel de Informações produzidos no Grupo de Trabalho da Socioeconomia.

Tabela 3 – Matriz de Planejamento da APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio de Contas.

Grupo 2: Informações ecológicas e ambientais

MEIO FÍSICO-BIOLÓGICO		
COMPONENTES	**O QUE JÁ SABEMOS?**	**O QUE RESTA SABER?**
VEGETAÇÃO	**ESPÉCIES DE INTERESSE ECONÔMICO E DE USO COMUNITÁRIO**	
	Cerrado	
	Caatinga	
	Remanescente de Mata Atlântica	
	INSTRUMENTO MUSICAL	
	Arco da Caixa de Pódoi (pau d'oléo)	
	Tambor de Tamboi (surdo)	
	Quina de padejo (medicinal para mulheres)	
	Coco Ticum (para fazer fogos de artifício)	
	Mangaba (comercialização/consumo/doce)	
	PLANTAS MEDICINAIS	
	Pessoas com conhecimento nas plantas medicinais da área de estudo	
	Valdemar – Bateias	
	Maria das neves – Ouro Verde	
	João de Tereza – Tamboril	
	Nêgo do - Guail(13)	
	Carlito – Porteiras	
	S. Joaquim da Passagem Nova - Tangará(13)	
	S. Alípio – Catolés	
	Tinhô - *Encizillal abaixyaconva*	
	Jorge e Luizio - Lixto da Furna	
	S. Arlindo – Engenho	
	J. Rosalino – Catocis	
	Neco do Patrício	
	S. Manoelzinho Rayanbola	
	Laudi	
	Quaresma	
	Cedro d'água	
	Aroeira	
	Jacarandá	
	Quira	
	Braúna	
	Sucupira	
	Angico	
	Ipê/pau'darco	
	Fumeiro	
	Jundiaú	
	Massaranduba	
	Jatobá	
	Barbatimão	

	Carqueja	
	Braquiaria	
	Samambaia	
	Maliça	
	Tiririca	
	Mata pasto	
	Gilo (espinho)	
	Palmeira Art.	
	Candombá	
	Licuri art.	
	Mangaba (c)	
	Salvia	
	Salsa caroba	
	Piquí	
	Chapéu de couro	
	Babatimão	
	Damola	
	Marcela	
	Caim	
	Quirra	
	Pimentinha	
	Praiva	
	Unha D'anta	
	Cipó de caititu art.	
	ESPÉCIES RARAS, AMEAÇADAS E ENDÊMICAS	
	Doutor Harley (botânico) A flora do Pico das Almas	
FAUNA	**FAUNA LOCAL**	
	Pessoas com conhecimento nas espécies na área de estudo	
	Chicão – Guarda-mor, Carlito, S. Valdinho, Neco do Patrício	
	Perdiz	
	Codorna	
	Mocó	
	Veado	
	Paca	
	Inhambu(26)	
	Meia-noite	
	Papa-mel	
	Jacu	
	Onça	
	Raposa	
	Aracon(26)	
	Carcará	
	Gavião soim	
	Sussuarau – periquito	
	Lebre	
	Juriti	
	Tamanduá mirim	
	Barbado	
	Siriema	
	Guigó	

	ESPÉCIES ENDÊMICAS, RARAS E AMEAÇADAS		
	Perdiz		
	Codorna		
	Mocó		
	Veado		
	Onça (pintada preta)		
	Sussuarana- (26)		
	Tamanduá mucrim		
	Barbado		
	Tatu bola		
	Canário da terra		
	Curió		
	ESPÉCIES INVASORAS		
	Pardal		
	Pomba		
	Papa-capim		
	Tico tico		
	Pardal do brejo		
	Abelha europeia		
	ÁREAS DE INTERESSE PARA CONVERVAÇÃO		
			Definir a área de autoria da ARIE e da APA no Plano de Manejo com possibilidade em alguns lugares relevantes para proteção (34)
	PONTENCIALIDADES E VOCAÇÕES		
	Apicultura		
	Abelhas nativas	Bucaína	
		Gerdis	
		Barra	
		Mandaçaia	
		Uruçu	
		Jataí	
	AMEAÇAS		
	Fogo		
	Caça		
	Desmatamento		
	Grandes empresas comprando área da agricultura familiar usando o órgão ambiental como facilitador de venda da terra por causa da possibilidade ventilada de criação de um parque		
	POTENCIALIDADES E VOCAÇÕES		
	CACHOEIRAS		
	Pessoa com conhecimento nas cachoeiras – Fabinho	Jiboia	
		Capão	

HIDROGRAFIA		Mocotó	
		Firmo	
		Plido (3)	
		Ciência	
		Michelana(3)	
		Água suja	
		Canta galo	
		Guarda mar	
		Coral (3)	
		Samambaia	
		Lavra velha (3)	
		Bicho	
		Andorinhas	
		Galinha	
		Ciane	
		Pinga pinga	
		Brenha	
		Mutuca	
		Tomboró	
		Patrício	
		Chocá	
		Gentil	
		Yoá Teixeira	
		Basílio	
		Igrejil (4)	
	Poço de Dantas – A mãe das nascentes da região: Curralinho, palmeiras, etc.		
	AMEAÇAS		
	Grandes empresas com projetos de construção de grandes barramentos em pequeno riacho (gritador = riacho pedras)		Fazer barragem no Rio de Contas logo após receber águas dos riachos gritador e três morros
	Fogo		
	Desmatamento		
	Rio Baú / Rio Catolés – Esgoto Urbano		Descobrir a qualidade de água dos principais rios
			Buscar cadastro de outorga
	CONFLITOS		
	Pouca água e muito “queredor” sem licença (pequenos x empresas)		
SOLOS	**POTENCIALIDADES**		
	Vossorocas e ravenas		
	AMEAÇAS		

	Não utilizar técnicas agrícolas adequadas		
	Agrotóxicos na agricultura		
	Abertura de estradas sem assistência técnica		
	CONFLITOS		
	Conflito no território Quilombola		
	Vendas de terra		
ROCHAS/ GEOMORFOLOGIA	**POTENCIALIDADES**		
	Geólogo – Erasmo		
	Pinturas Rupestres (Brumadinho)		
	Visitação Turística	Pico do Itobira	
		Morro do Cuscuz	
		Pico do Barbado	
		Pico das Almas	
		Tromba	
		Três morros	
		Porco Gordo	
		Pedra Lisa	
	AMEAÇAS		
	Mineração		
	CONFLITOS		

X - ESTADO DA ARTE DO CONHECIMENTO SOBRE A APA SERRA DO BARBADO E ARIE DA NASCENTE DO RIO DAS CONTAS: MAPA FALADO

Em um segundo momento os participantes da Oficina foram estimulados a interagir com os mapas, buscando assim criar registros de localização espacial das diferentes informações geradas neste processo coletivo. Assim, os mapas foram riscados apontando-se e registrando informações atuais sobre a região sob a ótica dos participantes, indicando novos empreendimentos turísticos e regiões de interesse das comunidades para uso de recursos naturais (extrativismo), áreas de conflitos, área de relevante interesse para conservação, dentre outros. As informações registradas nestes mapas foram posteriormente transcritas e digitalizados e serão insumos a serem enviados à empresa contratada para a elaboração do Plano de Manejo da Unidade e são apresentados a seguir:

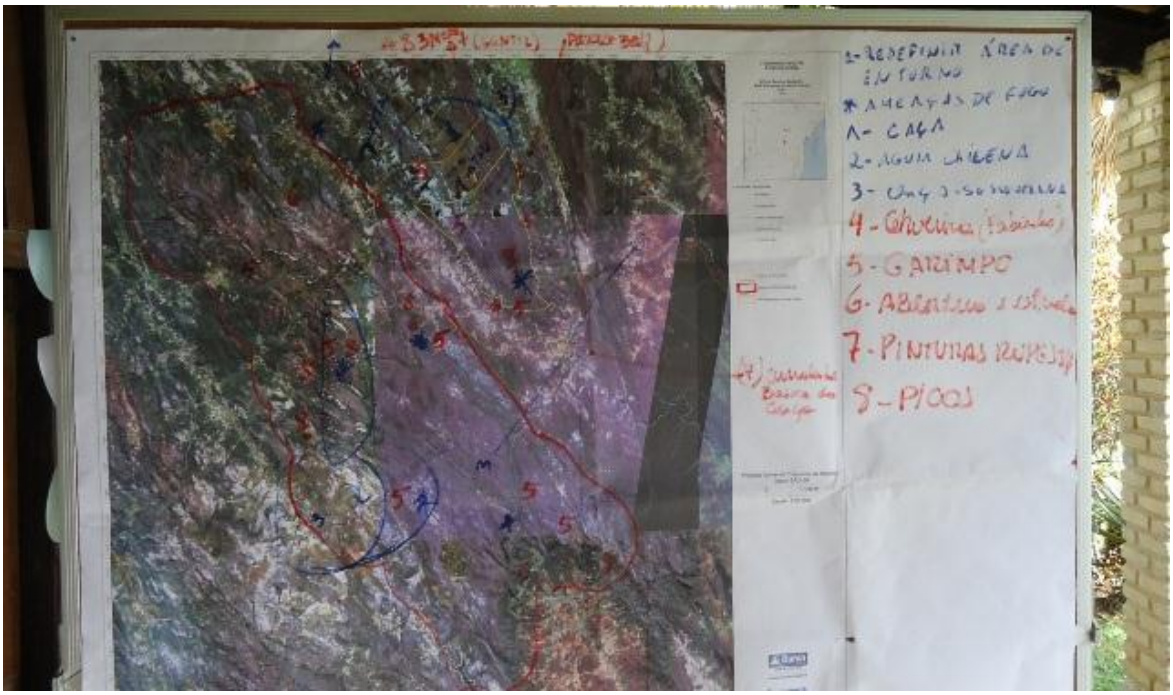


Figura 6 b. Construção do Mapa Falado – Grupo de Trabalho Informações Socioeconômicas e Políticas

Figura 13 - Mapa Falado de comunidades tradicionais presentes na APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas

Tabela 4 - Síntese do Mapa Falado das Localidades e Comunidades Tradicionais presentes na APA Serra do Barbado e ARIE da Nascente do Rio das Contas. As localizações dos eventos estão espacializadas no Mapa Falado de Comunidades Tradicionais.

N°	Comunidade / Localidade
A – RIO DE CONTAS	
1	Barra
2	Bananal
3	Caiambola
4	Fazendola
5	Mato Grosso
6	Bittencourt
7	Zé Ferreira
8	Juliana
9	Riacho das Pedras
10	Lavra Velha
11	Capoeira
12	Ventador
13	Gojo
14	Olaria (“Léria”)
15	Barra de Cima
B – ABAÍRA	
11	Ouro Verde
12	Engenho de Baixo
13	Catolés
14	Ribeirão de Baixo
15	Guarda Mor
16	Catolés de Cima
17	Barra dos Catolés
18	Cafundó
19	Mendonça
20	Água Suja
21	Várzea dos Catolés
22	Barriguda
23	Tromba
24	Correia

C – JUSSIAPE	
25	Caraguataí
26	Bananeira
27	Paixão
28	Engenho Velho
29	Cruz
30	Itaubira
D – ERICO CARDOSO	
31	Sapé
32	Gerais
33	Bicho
34	Brejo
35	Paramirim das Crioulas
36	Rio da Caixa
37	Zé de Souza
38	João Ferreira
39	Morro do Fogo
E – PIATÃ	
40	Palmeira de Inúbia
41	Ribeirão de Lima
42	Barreiro
43	André
44	Tamboril
45	Curral das Varas
46	Inúbia
47	Bateias
48	Porteiras
49	São Bartolomeu
50	Cipó
51	Várzea Grande
52	Regras
53	Caraíbas
54	Capão da Palmeira
55	Brejinhos
56	Ribeirão do Meio
57	Limoeiro
58	Quilombo
59	Tamanduá

60	Malhada de Areia (do Boqueirão)
61	Malhada de Areia (do Tomborô)
62	Baixa da Onça
63	Baixa da Horta
64	Goiabeira
65	Tombador
F – RIO DO PIRES	
66	Contagem
67	Curralinho de Salú
68	Jibóia
69	Engenho do Cardoso
70	Capoeirão
71	Quebra Chifre

XI. PROCESSO PARTICIPATIVO

Considerando as particularidades locais da APA Serra do Barbado e ARIE das Nascentes do Rio de Contas e a existência de dezenas de comunidades tradicionais, e por entender que é fundamental desenvolver uma metodologia apropriada que garanta a efetiva participação destas populações nos processos de decisão bem como o reconhecimento das suas formas tradicionais de uso de recursos naturais (mapeamento participativo) foi decidido que deverão ocorrer três Oficinas de Planejamento Participativo. E ainda em decorrências das peculiaridades locais e o grande número de estudos relacionados com esta Unidade decidiu-se pela realização de duas Reuniões Técnicas com Pesquisadores.

As Oficinas de Planejamento Participativo ocorrerão em três momentos distintos e também apresentam objetivos distintos. No entanto, todas serão realizadas em três localidades distintas do território da APA e ARIE, facilitando o processo de deslocamento e assegurando a participação do público alvo destas Oficinas, que são os moradores e comunidades locais.

Cada uma das Oficinas de Planejamento Participativo deverá ocorrer em três localidades que englobem sub-regiões do território desta unidade e que serão posteriormente indicados pela DIRUC. Estas definições ocorrerão com o

apoio da Equipe de Planejamento, a fim de abarcar maior representatividade e participação social. O resultado de cada uma das OPP é a somatória dos resultados das três oficinas regionais realizadas em locais distintos.

O público alvo desta Oficina foi indicado durante a Oficina de Organização do Planejamento e deverá sofrer ajustes posteriormente.

VIII. CRONOGRAMA PRELIMINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Cronograma Preliminar de Elaboração do Plano

– Reuniões Equipe Planejamento.

– Reuniões Equipe Planejamento, coleta, sistematização de dados, preparação de mapas e organização da Oficina.

- Reuniões Equipe Planejamento, coleta, sistematização de dados, preparação de mapas e organização da Oficina.

- Realização da Oficina, Produção do Relatório, Elaboração e encaminhamento da minuta do Termo de Referência para DIRUC.

– Conclusão do Termo de Referência pela DIRUC.

– Licitação e Contratação da empresa para elaboração do Plano

– Plano de Trabalho aprovado.

– Realização de Oficinas Comunitárias e de Pesquisadores.

– Realização do diagnóstico, coleta, sistematização informações.

– Realização da Oficina de Planejamento Participativo – OPP1 e Oficina de Pesquisadores.

– Compilação dos dados OPP1 e Oficina Pesquisadores.

– Realização da Oficina de Planejamento Participativo – OPP2.

– Compilação dados OPP2 e preparação produto final.

– Reunião Conselho Gestor para apresentação do Plano de Manejo.

– Encaminhamento do Plano de Manejo ao CEPRAM.

– Aprovação e publicação no Diário Oficial do Plano aprovado.

IX. PRÓXIMOS PASSOS

Atividade	Responsável	Data
Entrega do Relatório da Oficina	DIRUC	
Distribuição do Relatório da Oficina	Gestoras das Unidades	
Socialização da Minuta do Termo de Referência com a EP	DIRUC	
Versão Final do Termo de Referência	Gestora/DIRUC e Equipe de Planejamento	
Encaminhamento do Termo de Referência à Diretoria Administrativa e Financeira	DIRUC	
Licitação e Contratação da empresa		

X. ANEXO 1 – CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA OFICINA